



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGGEOG
MESTRADO EM GEOGRAFIA**



**CAMPESINATO E MELIPONICULTURA NO MUNICÍPIO DE
ITAPIRANGA – MÉDIO AMAZONAS/AM**

KLETEN KELLE LIMA DE OLIVEIRA

**MANAUS – AM
2019**

KLETEN KELLE LIMA DE OLIVEIRA

**CAMPESINATO E MELIPONICULTURA NO MUNICÍPIO DE
ITAPIRANGA – MÉDIO AMAZONAS/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, nível de Mestrado, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia Território e Ambiente. Linha de pesquisa: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

**MANAUS – AM
2019**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Oliveira, Kleten Kelle Lima de
O48c Campesinato e meliponicultura no município de Itapiranga –
Médio Amazonas/AM / Kleten Kelle Lima de Oliveira. 2019
148 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. camponês-ribeirinho. 2. município de Itapiranga/AM. 3. modo
de vida. 4. meliponicultura. I. Cruz, Prof. Dr. Manuel de Jesus
Masulo da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DEDICATÓRIA

Dedico ao meu pai Anágio de Oliveira (em lembrança), que partiu muito cedo, mas que deixou ensinamentos significativos para a minha vida. Mãe Maria Luciene, irmã Hellem e sobrinho Felipe, pela união e por nunca desistir em momentos de adversidade, ao três contigo que me acompanhou durante as noites nesta pesquisa. A todos os cabocl@s do município de Itapiranga/AM, por colaborar com este trabalho. Gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as energias positivas que contribuíram com a minha aprovação para cursar e também concluir o Mestrado em Geografia na UFAM.

A minha família, minha mãe Maria Luciene Queiroz Lima (*♪ te olhando eu posso a uma Deusa adorar ♪*), minha irmã Hellem Lima de Oliveira (pela amizade e confidências), e meu sobrinho querido Felipe Levi de Oliveira Coelho (ser de luz e continuidade). Gratidão pelo apoio e a compreensão durante a vida, fontes de força e amor para continuar a concretizar o que eu acredito.

Ao Dion Réullis Ferreira Viana, por ter me apresentado o município de Itapiranga/AM, em uma viagem a trabalho, e por todo companheirismo nestes anos de estudos, e nesta etapa da minha vida acadêmica, obrigada por tudo e por tanto!

Ao professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, pela orientação nesta dissertação, que soube ser paciente e pontual na composição deste estudo, sempre me orientando da melhor forma para alcançar com êxito este título.

Ao professor Dr. Rinaldo Sena Fernandes, pela revisão e orientação a este estudo, que dispôs do seu precioso tempo para me ajudar no que foi necessário, pelas conversas que ampliaram o meu entendimento sobre a meliponicultura e o modo de vida na Amazônia. Gratidão.

A Dr^a Marília Gabriela Gondim Rezende, pela presteza e atenção dada quando necessitei de um livro, e pela disposição oferecida a me auxiliar no que fosse preciso.

Ao Professor e Mestrando em Geografia/UFAM Igor Amorim de Carvalho, colega da turma de 2014, que sempre foi solícito e fez os mapas dos diversos trabalhos durante a graduação e na pós-graduação, agradeço imensamente pelo apoio.

Ao Professor e Mestre em Geografia/UFAM Rildo Oliveira Marques, pelo apoio na produção de mapas e desenhos, e compreensão por já ter sido bolsista, muito obrigada.

Ao secretário municipal Antonilson Rodrigues por me receber tão bem na Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas, me auxiliando com o suporte de informações e nas visitas para conhecer as comunidades de terra de várzea e terra firme, minha total Gratidão.

Ao poeta e itapiranguense Jucimar José de Araújo Barbosa (1963-2019), agradeço pela recepção ao município de Itapiranga, pelo tempo dispensado a este estudo, em que às 23h na sala da secretaria de cultura conversávamos sobre a parte cultural, festas e também das letras das músicas que retratam o modo de vida camponês. Gratidão por me acompanhar também à distância e torcer por mim.

A todos os professores e professoras do Departamento de Geografia/UFAM, por despertar em mim um olhar especial pela ciência geográfica e que me estimularam a continuar no curso durante a Graduação e seguir na Pós Graduação. Mestres que cada um em sua particularidade contribuíram de maneira significativa no meu processo de aprendizado constante, muito obrigada!

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento deste estudo.

A todos os cabocl@s que residem no município de Itapiranga/AM, que desde o primeiro momento me receberam de braços abertos, colaborando com este estudo de maneira humilde e sorridente. Gratidão!

Epígrafe

The Show Must Go On (Queen – 1990)

O show deve continuar

O show deve continuar, sim...

Por dentro meu coração está se partindo

Minha maquiagem pode estar escorrendo

Mas meu sorriso

Permanece

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo principal compreender a produção e reprodução do modo de vida do caboclo/ produtor a partir da atividade de meliponicultura no médio Amazonas, no município de Itapiranga/AM. Como recorte geográfico foram determinadas o aprofundamento da pesquisa em duas comunidades, na terra de várzea a Comunidade Santa Ana do Paraguai, e na terra firme a Comunidade São José da Enseada, ambas situadas em áreas rurais do município. Este estudo pretendeu conhecer o contexto de formação do município de Itapiranga-AM, de que forma se constituiu a sociedade cabocla e as motivações que foram decisivas para a ocupação e contribuíram para a permanência dos sujeitos sociais na localidade de Pedras, que mais tarde com o adensamento populacional receberia o status de município. Compreender as formas de produção e reprodução que o camponês-ribeirinho pratica em sua unidade familiar, no qual tem como base principal atender as necessidades básicas da sua família, sendo um ser ambivalente, pois lida com uma força exógena, no qual é entendido como uma contradição do capital, pois ao se reproduzir também produz formas não capitalistas de produção, o acúmulo de capital não é almejado nas suas práticas. Descrever o seu modo de vida interiorano e as dinâmicas que possuem na organização sócio-espacial do ambiente em que vivem, através da territorialidade, as festas, as músicas, e suas formas de lidar com a terra envolvendo suas dinâmicas internas do uso coletivo e individual do arranjo da produção, pois são realidades que se complementam na cheia e seca dos rios. Buscou entender como se constituiu historicamente a introdução da produção do mel no Estado do Amazonas, e também no município de Itapiranga-AM, pois o camponês-ribeirinho adota estratégias de sobrevivência e permanência no campo, para manter seu modo de vida. Adotando o manejo da atividade de meliponicultura (criação de abelhas indígenas sem ferrão), visando compor sua renda familiar, através da Associação dos Promotores de mel do Estado do Amazonas, que propôs a inserção desta atividade aos camponeses e que foi bem aceito. A rede de comercialização e estrutura produtiva de mel comunidades de terra firme e várzea presentes na produção camponesa no ambiente amazônico. Portanto o estudo demonstra a resistência dos camponeses-ribeirinhos em manter seu modo de vida e autonomia, sem a interferência invasiva do capitalismo, e que busca estratégias que não modifiquem suas práticas com a terra e a água para perpetuar sua reprodução social.

Palavras-chave: camponês-ribeirinho; município de Itapiranga/AM; modo de vida; meliponicultura.

ABSTRACT

The present research had as main objective to understand the production and reproduction of the way of life of the caboclo / producer from the activity of stingless bees in the middle Amazonas, in the municipality of Itapiranga / AM. As a geographic cut, the research in two communities was deepened, in the land of várzea the Community of Paraguay, and on the mainland the Community of San José da Enseada, both located in rural areas of the municipality. This study aimed to know the context of formation of the municipality of Itapiranga-AM, in what form was the caboclo society and the motivations that were decisive for the occupation and contributed to the permanence of the social subjects in the locality of Pedras, that later with the population density would receive the status of municipality. Understand the forms of production and reproduction that the peasant-riverine practices in his family unit, in which he has as a primary basis to meet the basic needs of his family, being an ambivalent being, since it deals with an exogenous force, in which it is understood as a contradiction of capital, because in reproducing also produces non-capitalist forms of production, the accumulation of capital is not sought in its practices. To describe their inner way of life and the dynamics they possess in the socio-spatial organization of the environment in which they live, through territoriality, parties, music, and their ways of dealing with the earth, involving their internal dynamics of collective and individual use of the arrangement of production, since they are realities that complement each other in the flood and drought of the rivers. It sought to understand how the introduction of honey production in the State of Amazonas and also in the municipality of Itapiranga-AM was historically constituted, since the peasant-riverine adopts strategies of survival and permanence in the field, to maintain their way of life. Adopting the management of the activity of stingless bees (creation of indigenous bees without sting), aiming to compose their family income, through the Association of Honey Promoters of the State of Amazonas, which proposed the insertion of this activity to the peasants and was well accepted. The description of the commercialization network and honey production structure of the terra firme and várzea communities present with the peasant production in the Amazonian environment. Therefore, the research demonstrates the resistance of the peasants to maintain their way of life and autonomy, without the invasive interference of capitalism, and that seeks strategies that do not modify their practices with land and water to perpetuate their social reproduction.

Keywords: peasant-riverine; municipality of Itapiranga / AM; lifestyle; stingless bees.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do Município de Itapiranga – AM.....	19
Figura 2. Casa em ruína no município de Itapiranga (AM).....	29
Figura 3. Fenômeno das terras caídas no Rio Urubu - Itapiranga/AM.	32
Figura 4. Detalhe do município de Itapiranga/AM.	34
Figura 5. Município de Itapiranga de frente para o Rio Urubu.....	36
Figura 6. Processo de deposição de sedimentos na comunidade Santa Ana do Paraguai.....	44
Figura 7. Terras novas no trecho da comunidade Santa Ana do Paraguai.	46
Figura 8. Trabalho feminino presente na atividade de meliponicultura na comunidade Santa Ana do Paraguai.....	47
Figura 9. Igreja e casas na comunidade de terra de várzea Santa Ana do Paraguai.....	48
Figura 10. (A) Forma de construção das casas. (B) Igreja católica São José. (C) Centro Comunitário, na comunidade de terra de várzea.....	50
Figura 11. Igreja evangélica na comunidade de terra de várzea Santa Ana do Paraguai.....	51
Figura 12. Camponeses-ribeirinhos no meliponário na comunidade Santa Ana do Paraguai.....	52
Figura 13. Meliponário na época da cheia, na comunidade Santa Ana do Paraguai.....	52
Figura 14. Cultura temporária: plantação de milho na comunidade Santa Ana do Paraguai.....	55
Figura 15. Tipologia das Casas e Produção Hortaliças na Comunidade São José da Enseada.....	58
Figura 16. Camponeses-ribeirinhos na comunidade São José da Enseada. ...	59
Figura 17. Festividades no município de Itapiranga/AM.....	60
Figura 18. Horta suspensa na comunidade São José da Enseada na terra firme.	62
Figura 19. Quintal agroflorestal na comunidade Santa Ana do Paraguai na terra de várzea.....	63

Figura 20. Meliponário na terra de várzea na comunidade Santa Ana do Paraguai.....	68
Figura 21. Cortiço para a criação de abelhas sem ferrão.....	69
Figura 22. Layout da colmeia modelo Fernando Oliveira.	71
Figura 23. Recebimento e troca das caixas racionais na comunidade Santa Ana do Paraguai.....	73
Figura 24. Reivindicação de política pública estadual na Assembleia Legislativa do Amazonas.	76
Figura 25. Sede da APAMEA e “entrepasto”.....	82
Figura 26. Distribuição de caixas racionais aos camponeses-ribeirinhos que exercem a atividade de meliponicultura.	84
Figura 27. Assembleia e reunião com os camponeses-ribeirinhos.	85
Figura 28. Atividades da unidade familiar camponesa: cultura temporária de feijão e pesca.	87
Figura 29. Plantação de bananas na comunidade Santa Ana do Paraguai, de uso coletivo.	88
Figura 30. Criação de gado na comunidade São José da Enseada, de uso coletivo.....	89
Figura 31. Representação da comunidade em terra firme São José da Enseada e na terra de várzea Santa Ana do Paraguai no município de Itapiranga/AM. .	94
Figura 32. Construções abandonadas na antiga comunidade São José da Enseada.....	95
Figura 33. Moradia flutuante de camponeses-ribeirinhos no Rio Urubu-Itapiranga/AM.....	97
Figura 34. Casa de farinha comunitária na terra firme São José da Enseada.	98
Figura 35. Casa de farinha na terra de várzea na comunidade Santa Ana do Paraguai.....	99
Figura 36. Mercado Municipal de Itapiranga Urbano Fernandes da Costa. ...	100
Figura 37. Peixe vendido na Feira Municipal de Itapiranga-AM.	102
Figura 38. Variedade de produtos vendidos na Feira Municipal de Itapiranga/AM.....	102
Figura 39. Localização das comunidades de terra firme São José da Enseada e na terra de várzea Santa Ana do Paraguai no município de Itapiranga/AM. ...	106

Figura 40. Caixa racional para a criação de abelhas indígenas sem ferrão disposta em cavaletes.....	114
Figura 41. Produtos naturais produzidos pelas abelhas indígenas sem ferrão: mel, pólen, cera.....	117
Figura 42. Gráfico demonstrativo das safras da colheita do mel nas comunidades no município de Itapiranga-AM.	120
Figura 43. Meliponário com colônias de abelhas dispostas em cavaletes individuais. Sede em Itapiranga- AM.....	122
Figura 44. Esquematização da cadeia de valor da meliponicultura no município de Itapiranga/AM.	128
Figura 45. Coleta do mel na comunidade Santa Ana do Paraguai e São José da Enseada.	129
Figura 46. Coleta do mel na comunidade Santa Ana do Paraguai na terra de várzea.	130
Figura 47. Transporte do mel na comunidade de terra de várzea.....	131
Figura 48. Envasamento do mel na sede da APAMEA em Itapiranga-AM.....	132
Figura 49. Processo de envasamento do mel na sede APAMEA.....	133
Figura 50. Produto final na APAMEA em Itapiranga-AM e no mercado do município.....	134
Figura 51. Exemplo de cálculo de rendimento do mel coletado.	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição Quantitativa de famílias por comunidades camponesas.	107
Tabela 2. Quantitativo de espécies de abelhas indígenas sem ferrão.	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Elementos que caracterizam a produção camponesa.....	39
Quadro 2. Quadro de produção camponesa no município de Itapiranga/AM... 56	
Quadro 3. Marco temporal legislativo sobre abelhas.	77
Quadro 4. Integração de camponeses-ribeirinhos a APAMEA.....	79
Quadro 5. Compilação das etapas da produção da farinha de mandioca.....	98
Quadro 6. Demonstrativo Quantitativo de Gênero na atividade de meliponicultura no município de Itapiranga/AM.....	107
Quadro 7. Ilustração de espécies de abelhas indígenas.....	112
Quadro 8. Ilustração de árvores com flores benéficas às abelhas indígenas. 117	
Quadro 9. Ilustração de plantas com flores benéficas às abelhas indígenas. 121	
Quadro 10. Metodologia da execução dos procedimentos na atividade de meliponicultura.	128

LISTA DE SIGLAS

ABEMEL	Associação Brasileira dos Exportadores de Mel
ACAM	Associação de Criadores de Abelhas do Amazonas
ADAF	Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas
APAMEA	Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEMAAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas
CODEAMA	Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CTF	Cadastro Técnico Florestal
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FSC	Forest Stewardship Council
GPA	Grupo de Pesquisa em Abelhas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
LAU	Licença Ambiental Única
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG's	Organizações não Governamentais
PEN	Partido Ecologico Nacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

RTS	Rede de Tecnologia Social
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEPROR	Secretaria de Produção Rural do Amazonas
SIF	Serviço de Inspeção Federal
STRI	Sindicado Dos Trabalhadores Rurais de Itapiranga

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
I CAPÍTULO	25
FORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO: O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E OS SUJEITOS SOCIAIS	25
1.1 – Sociedade cabocla: princípio e permanência	25
1.2 – Formação do camponês-ribeirinho no Médio Amazonas.....	37
1.3 – Modo de vida campesino: comunidade e o real imaginário do lugar	44
1.3.1 Ambiente de terra de várzea	44
1.3.2 Ambiente de terra firme.....	56
II CAPÍTULO	65
A ORGANIZAÇÃO SOCIO ESPACIAL DA ATIVIDADE DE MELIPONICULTURA ...	65
2.1 – Historização da atividade de meliponicultura no Estado do Amazonas	65
2.2 – Iniciação da Associação e parcerias	78
2.3 – Diferentes formas de uso da terra	87
III CAPÍTULO	105
A REDE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO MEL NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA	105
3.1 – Espacialização das comunidades Meliponicultoras	105
3.2 – Redes de Estrutura e Produção do mel	111
3.3 – Fluxos de Comercialização do mel.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

Os sujeitos sociais no qual abordamos neste estudo, historicamente constituídos nos ambientes de terra firme e na várzea do médio Rio Amazonas, mais precisamente no município de Itapiranga/AM. Nessa localidade em um sistema tridimensional envolvendo sociedade–espaço-tempo, desde meados de 1888 novas territorialidades foram sendo estabelecidas, assim como a formação de relações econômicas, sociais e políticas, que em decorrência da dinâmica das enchentes e vazantes, comum nos rios do Amazonas, formaram um novo núcleo populacional para o surgimento do município.

O processo de migração das pessoas que residiam nos municípios vizinhos foi gradativo, de maneira que muitas famílias atraídas pelo trabalho com a agricultura, pecuária, extrativismo e caça, buscaram nesta terra uma forma de produção e reprodução da vida, combinado ao desenvolvimento de novas atividades.

O presente estudo teve como objetivo principal compreender a produção e reprodução do modo de vida do camponês-ribeirinho a partir da atividade de meliponicultura no médio Amazonas, no município de Itapiranga/AM. Os objetivos específicos traçados para delineamento deste estudo foram: a) Conhecer o contexto de formação do município de Itapiranga-AM e do modo de vida do caboclo/produtor. b) Entender como se constituiu historicamente a introdução da produção do mel no Estado do Amazonas e a organização da produção no ambiente de várzea e terra firme no município de Itapiranga/AM; c) Descrever a rede de comercialização e estrutura produtiva de mel no município de Itapiranga/AM.

Dessa maneira, para a compreensão das relações sociais, econômicas e geográficas que são presentes no município, foram propostos os seguintes questionamentos: Como se constituiu historicamente a introdução da produção do mel no Estado do Amazonas? De que forma se deu a organização da produção no ambiente de várzea e terra firme no município, considerando

como prioritário o caso dos produtores de mel. Como se inseriu a atividade de Meliponicultura no município de Itapiranga-AM?

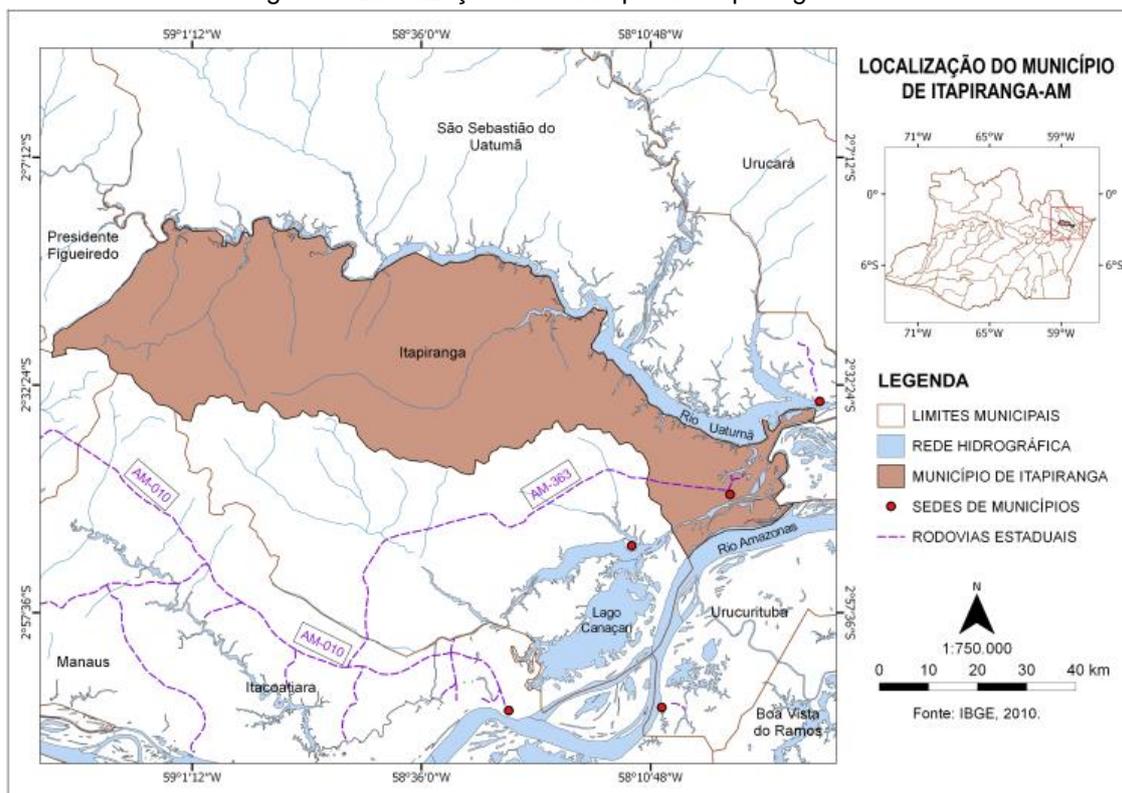
O universo do estudo está concentrado no município de Itapiranga/AM. De acordo com o IBGE (2018), o município pertence à Região geográfica intermediária¹ do município de Parintins, que abrange a Região geográfica imediata² de Itacoatiara, no qual compõe os municípios de Itacoatiara, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Silves, Uruará e Urucurituba. Localiza-se nas seguintes coordenadas geográficas: latitude 02° 44' 56" S e longitude 58° 01' 19" W.

O mesmo apresenta os seguintes municípios vizinhos limitando-se ao Norte com São Sebastião do Uatumã e Presidente Figueiredo; ao Sul com Urucurituba e Silves; a Leste com Uruará, e a Oeste com Itacoatiara e Rio Preto da Eva. Tem uma população estimada em 9.064 habitantes e unidade territorial de 4.335,075km². Abaixo a demonstração do mapa de localização (Figura 1) do município de Itapiranga/AM.

¹ As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. Fonte: Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE.

² As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos. Fonte: Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE. As regiões geográficas intermediárias foram apresentadas em 2017, com a atualização da Divisão Regional do Brasil de 1989, por Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, que estavam em vigor. As regiões geográficas imediatas, por sua vez, substituem as microrregiões.

Figura 1. Localização do Município de Itapiranga – AM.



Fonte das Bases Cartográficas: IBGE, 2010. Organizador: Rildo Marques, 2018.

Quanto ao histórico dos antecedentes de formação do município o Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas - CODEAMA (1984) e IBGE (2018), afirma que foi fundado em 1660 por Frei Raimundo, da ordem das Mercês, com denominação de Missão de Saracá. Habitavam a região, na época, os índios Caboquenas, Bururus e Guanavenas. A denominação de Saracá dada a Missão pelo seu fundador, originou-se no lago onde se instalou cujo centro se encontra a Ilha de Silves ou de Saracá. Em 1759, a aldeia de Saracá foi elevada a vila com a denominação de Silves e foi a primeira sede do atual município e o primeiro núcleo europeu criado em território do atual Estado do Amazonas.

Em 1922, a sede do município foi transferida para a povoação de Itapiranga, elevada a vila em março do mesmo ano. Em virtude do Decreto nº 23, de fevereiro de 1925, a sede do município retornou para Silves, que foi posteriormente, em 1930 anexado ao município de Itacoatiara. Em 1935, Silves readquiriu sua condição de município autônomo, passando a denominar-se Itapiranga em 1938, e foi elevada a categoria de cidade. Era constituído de um

só distrito: Itapiranga. No mesmo ano foi criado o distrito de Silves, passando então, o município de Itapiranga a constituir-se de dois distritos: Itapiranga e Silves. Em 1956, Silves foi definitivamente criado e desmembrado do município de Itapiranga, passando a constituir-se em dois municípios distintos.

O contexto histórico da formação dos municípios de Itapiranga e Silves são entrelaçados, pois sua proximidade e políticas de administração empregadas na época os formaram e marcaram o início de novos significados, pertencimentos e continuidade de novas territorialidades. Assim as atividades produtivas como a pesca, agricultura e extrativismo, praticados pelos sujeitos sociais deste município estão ligados à subsistência.

De acordo com a Secretaria de Produção do Estado do Amazonas o IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas), atua com apoio técnico aos produtores rurais e desenvolve um trabalho com tecnologia de treinamento para a produção do mel. Logo desenvolve atendimento/serviço com os produtores a meliponicultura, a criação de abelhas silvestre nativa sem ferrão, diferente da apicultura que trabalha com abelha com ferrão. De acordo com a SEPROR (Secretaria de Produção Rural do Amazonas) a meliponicultura é executada em 42 municípios do Estado do Amazonas, especialmente em Boa Vista do Ramos, Manacapuru, Benjamim Constant, Barreirinha, Maués, Urucuritiba, Manaquiri, Itapiranga e Uruará, cuja produção de mel gira em torno de 21.763,60 toneladas por ano.

Levando em consideração a expressiva produção de mel cultivada por esses produtores, o município de Itapiranga/AM foi definido para este estudo, por fazer parte da produção agro ecológica da região e que indica grande potencialidade operando no município oportunizando um nicho de enraizamento e continuidade do modo de vida interiorano. Pois para o camponês-ribeirinho é interessante à atividade de meliponicultura, uma vez que os recursos para se desenvolver um meliponário são de baixo custo e ajudam na polinização das espécies agrícolas cultivadas na unidade familiar, o manejo ocorre de maneira prática sem oferecer riscos acidentais, favorecendo assim a sua criação.

A meliponicultura é uma atividade econômica que envolve famílias, produz renda, oportunidade e qualidade de vida, além de ter um alcance social, econômico e político que fortalece a reprodução de um modo de vida no interior do Estado do Amazonas.

Ao que tange os procedimentos metodológicos, este estudo tem caráter exploratório, pautando se em uma abordagem de cunho qualitativo, tendo como área de estudo o município de Itapiranga e seus meliponários. O método de abordagem é dialético, que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. (Lakatos e Marconi (1995, p. 106).

O procedimento técnico adotado foi a este estudo foi bibliográfica pertinente ao objeto da pesquisa, e apoio de literaturas regionais que envolvem o tema, e de áreas correlatas que agreguem valor e sentido teórico a esta linha de abordagem amazônica. Como houve dificuldades em encontrar literatura referente ao histórico do município, para complementar a coleta de dados, a pesquisa de campo foi realizada, recorrendo às vozes dos moradores estabelecidos na terra firme e na várzea, buscou-se através de entidades sociais (igreja, sindicatos, cooperativas, associações, ONGs) e dos organismos governamentais (prefeitura, câmara dos vereadores, secretarias) localizados na sede municipal, instituições foram consultadas servindo de suporte, com materiais que embasassem o estudo.

As pesquisas de campo foram realizadas no primeiro e segundo semestre de 2018, na área periurbana na sede do município e na área rural das comunidades Paraguai, Santa Maria do Madrubá, Ilha Grande, São José da Enseada e Terra Nova por se tratarem da espacialidade e conter territorialidades produzidas pelo camponês-ribeirinho, em que pratica a atividade de meliponicultura. Tendo assim como recorte geográfico duas comunidades, sendo uma na terra firme³, a comunidade São José da Enseada e outra na terra de várzea⁴, a comunidade Santa Ana do Paraguai.

³ As terras firmes são consideradas como os baixos platôs da Amazônia Centro-Oriental, recobertos por Mata de Terra Firme, ocupam expressivas extensões da porção oriental do Estado do Amazonas e são

Durante as etapas do estudo, foi determinada a faixa etária acima de dezoito anos para conversas abertas, considerando que os moradores do município podem voluntariamente contribuir, pois são detentores de conhecimentos empíricos sobre o local estudado, levando em consideração suas experiências de vida e observações.

Através de seus relatos desvendam as entranhas que ligam esses produtores ao passado recente, para assim compreender as atividades econômicas que predominam nas várzeas e terra firme e impulsionam a visibilidade do município, desde as relações estabelecidas com o mercado, suas práticas sociais, culturais e políticas, as formas de organização que fortalecem a luta de resistência, a inserção da atividade de meliponicultura nas unidades familiares, entre outros fatores que acontecem no seio das relações capitalistas aos quais participam.

Os instrumentos de apoio metodológico utilizados neste estudo consistiram em conversas abertas com as famílias produtoras de mel da região do Médio Amazonas, município de Itapiranga-AM, nas comunidades rurais Santa Ana do Paraguai, e São José da Enseada. Na pesquisa de campo foram sistematizadas as informações relacionadas à produção dos meios materiais para reprodução familiar, as técnicas de produção, espécies utilizadas, o conhecimento da ecologia local, organização sócio-espacial e relações mercantis, para a compreensão acerca da economia gerada com a comercialização do mel de abelhas sem ferrão.

Para assim compreender em quais circunstâncias foram iniciadas as atividades de meliponicultura no município. Também foram utilizadas anotações de campo, registro fotográfico, confecção de mapas cartográficos, acompanhamento da socialização dos produtores, realizado em

caracterizados por terrenos baixos (em cotas inferiores a 200 m), com solos espessos, pobres e bem drenados, em geral, Latossolos Amarelos. (MARQUES, 2017, p. 67).

⁴ As terras de várzea – planície de inundação, periodicamente inundada pelas cheias anuais e fertilizadas pelos sedimentos dos rios de água branca (Amazonas e seus afluentes). São terras mutáveis, assim como sofrem um processo de sedimentação, portanto, de ampliação, em outras ocasiões, particularmente nas grandes enchentes, sofrem um processo de erosão que podem alterar profundamente o quadro físico em pouco tempo (MONTEIRO, 1981, p. 83).

observação as vivências destes sujeitos em determinado período do ano da atividade e da sua produção, bem como nos eventos culturais (festas, torneios, brincadeiras, etc.).

O primeiro capítulo intitulado “Formação e adaptação: o município de Itapiranga e os sujeitos sociais” apresenta uma abordagem do pensamento social da fala e visão eurocêntrica pela Amazônia, que ainda hoje luta para ser desmistificada, em uma breve retrospectiva desta composição externa frente ao vivenciado aqui pelos caboclos filhos desta terra e que formaram assim o marco do adensamento populacional na região por volta do ano de 1888.

Trazendo a formação e a transformação do camponês-ribeirinho no Médio Amazonas que habitam o ambiente de terra firme e várzea em diversas atividades e sistemas de produção, tendo assim um modo de vida particular de um tempo acíclico e diferente, consolidando sua estrutura econômica atual, fundamental para sua reprodução e manutenção das necessidades da sua família.

O segundo capítulo intitulado “A organização sócio-espacial da atividade de meliponicultura”, faz uma abordagem sobre a historização da atividade no Estado do Amazonas, tecendo assim a trajetória percorrida por vários municípios e que foi ganhando fôlego e força durante a implantação, sendo esta a iniciativa dos seus idealizadores abraçada pelos camponeses-ribeirinhos.

A proposta efetiva de composição de renda aliada as outras atividades desenvolvidas nas unidades familiares, detalhando a introdução da Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas no município e o seu histórico durante os treze anos atuando junto às comunidades, e de que maneira a associação busca se manter financeiramente para dar continuidade ao projeto. E as diferentes formas de uso da terra utilizada por esses posseiros são usufruídas pela complexidade na imensidão da Amazônia.

Por fim, o terceiro e último capítulo intitulado “A rede de produção e comercialização do mel no município de Itapiranga”, do qual trata das espacializações materializadas nas comunidades que já possuem uma estrutura organizada, e nelas os meliponários se encaixam no molde que é estabelecido pelos membros deste grupo. Assim a distribuição desses meliponários nas comunidades é formada por características que se assemelham e variam de acordo com os arranjos de cada família, fortalecendo o grupo de trabalho.

Em seguida, demonstra a rede de estrutura e produção do mel que envolve os aspectos ambientais, econômico e socioeducativo junto aos camponeses que se adaptaram muito bem a atividade de meliponicultura. Finalizando com os fluxos de comercialização do mel, que em decorrência da introdução desta atividade transformam o espaço gerando novos fixos, assim como o detalhamento do processo de coleta do mel até a formação final do produto para a venda, tornando o incremento e investimento desta produção uma das importantes alternativas de renda anual dos camponeses associados.

O estudo se fundamenta em variadas bases da literatura, levando em consideração o seu cunho teórico e prático, buscando essencialmente os meios que sustente a compreensão da problemática proposta a ser trabalhada e a realização dos objetivos da pesquisa. O estudo é norteado a partir das abordagens como: modo de vida, camponês-ribeirinho e meliponicultura.

I CAPÍTULO

FORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO: O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E OS SUJEITOS SOCIAIS

1.1 – Sociedade cabocla: princípio e permanência

Eles estabelecem que a pobreza de recursos ambientais na Amazônia limitou o desenvolvimento das sociedades indígenas, impedindo assim, a concentração e o crescimento populacional e a intensificação econômica, fatores esses considerados pré-requisitos para o desenvolvimento da complexidade cultural. A teoria identifica como o meio adaptativo básico da Amazônia a floresta tropical, cujos solos ácidos, lixiviados e frágeis teriam propiciado um habitat pobre para a subsistência humana.

Anna Roosevelt, Determinismo Ecológico da Amazônia.

A epígrafe de Roosevelt (1991) expõe os princípios do determinismo ecológico de um pensamento eurocêntrico sobre a Amazônia que perdura ainda nos dias atuais, a desmistificação é continuamente discutida. As etnias que habitavam a Amazônia mesmo antes do período da colonização já vivenciavam a fartura e abundância de fauna e flora, o que não gerava impedimento ou limitação de produção e reprodução da vida neste ambiente, assim como sua cultura e novas espacialidades nas mais diversas formas de organização.

Considerando assim o fato da colonização e a descaracterização dos nativos da terra em virtude da miscigenação e da grande matança dos grupos autóctones, resultou no denominado caboclo amazônico, que consiste em um “sistema adaptativo” que possui flexibilidade e resiliência para mudanças no qual a natureza os impõe, devido à sazonalidade dos rios no período de cheia e vazante, produzindo assim um modo de ser e viver nas comunidades ribeirinhas, chamado de caboclização.

Denominou esse processo de caboclização, referindo-se a integração dos ameríndios a sociedade brasileira, nos séculos XVIII E XIX, e a criação de uma nova categoria de pessoas e cultura. Os ameríndios capturados nas missões e, posteriormente, nos diretórios dos povoados, foram forçados a sujeita-se as demandas impostas sobre eles e

o seu trabalho. O resultado é o caboclo, uma consequência de heterogeneidade das forças conquistadoras da Amazônia. (PARKER, 2006, pág. 88)

Segundo Harris (2006), a flexibilidade e a resiliência (capacidade de adaptação ambiental e acomodação às demandas econômicas externas) apresentam-se como as principais características do campesinato amazônico. Tais características, entretanto, foram forjadas em meio às pressões externas impostas, sobretudo sobre as sociedades indígenas, as quais foram destruídas com a colonização europeia do vale amazônico, desde o início do século XVII. O campesinato amazônico, assim entendido, não é uma nova sociedade fruto “das pessoas que a viveram, mas das condições externas que a geraram”.

Assim Parker trata da ambivalência presente no homem da Amazônia, que possui a fluidez da identidade e a inconsistência dos modos colonial e eclesiástico de autoridade. Compreende-se que suas práticas convivem bem com a tradição ancestral das práticas com a terra, lida com o interno das suas relações familiares e o externo de convivência com outros grupos sociais, o local do seu modo de vida interiorano e o global no qual absorvem técnicas de melhoria de manejo com a terra e outras estratégias de produção e reprodução. O autor diz que o termo caboclo é uma consequência da heterogeneidade das forças conquistadoras da Amazônia.

Para Fraxe et.al. (2009), o homem amazônico é fruto da confluência de sujeitos sociais distintos, ameríndios da várzea e/ou terra firme, negros, nordestinos e europeus de diversas nacionalidades (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, etc.) que inauguram novas e singulares formas de organização social nos trópicos amazônicos. Diferenciada em suas matrizes geracionais, marcada por dinamismos e sincretismos singulares, a formação social amazônica foi fundamentada historicamente em tipos variados de escravismo e servidão.

Em muitos momentos da história da Amazônia houve encontros e desencontros de etnias indígenas que foram registradas durante o tempo, cujas visões eurocêntricas por cronistas e viajantes tiveram suas

interpretações expostas ao mundo e assimiladas pela população local, como diz Porro:

Com a conquista europeia, a rede hidrográfica condicionou a penetração e a fixação do branco e, conseqüentemente, a dizimação da população nativa. Já em fins do século XVIII as tribos de várzea haviam praticamente desaparecido, em seu lugar ia-se reconstituindo um novo povoamento a partir de índios descidos dos médios e altos cursos dos rios, de portugueses e mamelucos das mais variadas origens. Essa nova população, o caboclo amazonense, embora assimilando uma série de elementos culturais que permitiam a adaptação a vida na várzea, não chegou a reconstituir um sistema integrado que otimizasse o aproveitamento dos recursos naturais como no período indígena. (Porro, 1996, p. 14).

Há uma escassez de dados históricos da colonização na região em que se concentra o município de Itapiranga-AM, as etnias amazônicas foram atingidas pelo convívio, a contaminação de sua população por doenças, e enfrentamento direto que resultaram em muitas mortes e dizimação indígena, Oliveira aponta as etnias que foram presentes neste ambiente:

No Rio Urubu, em 1663, depois de matarem o sargento-mor Antonio Arnau de Vilela numa emboscada, defendendo suas terras, os índios Caboquena. Bararuru e Guanavena foram exterminados pela tropa do capitão Pedro da Costa Favela. A expansão e ocupação eram realizadas para defesa e posse do território, atividades econômicas como o plantio da cana-de-açúcar e a coleta das drogas do sertão. (OLIVEIRA, 1988, p. 73).

Anterior ao processo de caboclicização habitavam a região do Médio Amazonas, as etnias Caboquenas, Bururus e Guanavenas. De acordo com o CODEAMA (1984) e IBGE (2017), no ano de 1660 o Frei Raimundo, da ordem das Mercês, com denominação de Missão Saracá, que originou-se do lago onde se instalou, cujo centro se encontra a Ilha de Silves ou de Saracá. Em 1663, sangrentas lutas são travadas entre os colonizadores portugueses e os silvícolas, próximos ao Rio Urubu. Assim em 25.11.1663, Pedro da Costa Favela, chega à foz do rio Urubu, aí desembarcando parte de sua tropa para a manutenção da ordem.

Em 1759, a chamada aldeia de Saracá é elevada à Vila, com a denominação de Silves e como sede de município de mesmo nome no qual se integrava o território que hoje constitui Itapiranga, foi o primeiro núcleo europeu criado em território do atual Estado do Amazonas. Na Amazônia, pode-se exemplificar o papel político das representações pelo processo de troca de topônimos, isto é, a substituição dos nomes de lugares que expressam características regionais por nomes de lugares portugueses no século XVII como forma de legitimação do controle do território amazônico pela coroa portuguesa (OLIVEIRA, 1988), fato que não aconteceu no município, pois já havia uma população formada quando os colonizadores chegaram.

Um breve panorama da formação dos caboclos na Amazônia é bem amplo e vasto, demonstra a presença dos negros, assim como a facilidade que a navegação a vapor oferecia ao transporte e ao comércio, os imigrantes começaram a chegar de mais longe, vindo principalmente do nordeste. Nesse sentido Oliveira:

O que se conhece a numero aproximado de 53 mil indivíduos negros para mais. Chegavam a Belém e espalhavam-se pelo resto da Amazônia colonial, sendo utilizados tanto em serviços domésticos quanto de fortificações, pecuária, mineração, atividades agrícolas, transportes, construções navais e outros que se faziam necessários. (OLIVEIRA, 1988, p. 88).

Durante o século XVIII (ação política pombalina na Amazônia), foi detectado:

A alteração na composição étnica da região, com o aparecimento de i) mameluco, como resultado da política de uniao de colonos com mulheres indígenas, ii) cafuzo, filho do negro introduzido na região como escravo e o índio. Numa de suas cartas Mendonça Furtado diz “Justamente receia V. Sa. As liberdades dos pobres homens a que chamam de cafusos... (Mendonça, 1963, 3º tomo:1139), iii) mulato, descendente da união entre pretos e brancos. Com o incremento das atividades agrícolas e pecuárias e a política de Pombal a “civilizar” compulsoriamente o indígena, começou a formação de uma classe agrária, dele provinda. Principiava nascer o caboclo da Amazônia. (OLIVEIRA, 1988, p. 93).

Entre os principais acontecimentos da época se destaca a Criação da província do Amazonas em 1850, cuja população era formada por negros, índios descidos e deculturados e pacificados, e os caboclos totalizavam a maioria e estavam engajados em trabalhos domésticos, agrícolas e industriais. Viviam dispersos ao longo do Amazonas e alguns de seus afluentes. (OLIVEIRA, 1988, p. 95).

A partir da ocupação das terras por jesuítas em missões, se formaram as vilas e cidades. A população de caboclos em Itapiranga já era composta quando houve a chegada dos colonizadores europeus e o alcance pelas missões religiosas dos jesuítas junto a Prelazia de Itacoatiara por volta do ano de 1919, e posteriormente no ano de 1934 à imagem de Nossa Senhora de Nazaré chega ao município. Algumas variáveis tem sido propulsores de mudanças na Amazônia, se sobressaem à procura da terra (Figura 2), vista como meio de produção principal. Ressalta Batista:

Os habitantes das vilas, povoados, freguesias, aldeias, sítios, fazendas, seringais, castanhais, pontos de comércio, e “colocações”. Essas colocações são uma criação típica da Amazônia: locais tanto na terra firme quanto a beira dos rios, ou nos flutuantes construídos as suas margens, onde o homem faz a sua habitação rústica, abrigando mulher e filhos, e tem seu ponto de apoio para atividades extrativistas, freguesia é outro conceito amazônico representando o conjunto de seringueiros ou roceiros que trabalham para o mesmo patrão, cujas barracas ou tapiris ocupam determinada área ou situação. (BATISTA, p.115).

Figura 2. Casa em ruína no município de Itapiranga (AM).



Autor: Aranha, Wilson de Souza; Dias, Catharina Vergolino. Ano: fev.1965. Fonte: Biblioteca IBGE. Org: Oliveira, 2018.

Afirma Witkoski (2007:292), que os ameríndios, precursores da ocupação humana na bacia amazônica, tiveram como seus descendentes os caboclos, matriz histórico-cultural que acabou por formar as populações humanas que hoje habitam as várzeas, o qual conceituou de um ponto de vista sociológico, como camponeses.

A formação da população cabocla/camponesa ocorreu espontaneamente na imigração, devido as condições que a natureza oferece em relação à cheia e seca dos rios. De acordo com Spínola e Barbosa (2012), a frente da localidade chamada pelos habitantes de Pedras era um grande capoeirão que pertenceu a Dona Eugenia França, onde havia uma plantação de cem pés de café, por volta do ano de 1888 vendeu a posse de sua propriedade ao Sr. Joaquim Almeida da Costa, que morava no Paraná do Periquito, assim ele doou parte de suas terras a seus dois irmãos e outro senhor para construírem casas em Pedras e retornou ao Paraná. Foram construídas três casas de tapiri⁵ (uma no igarapé do Piégas, Pedras, igarapé do Caracará). A referência para saber se já estava chegando a Pedras era a copa da árvore Sumaumeira símbolo da futura Itapiranga.

Segundo relato do caboclo J. A. B. (55 anos), a localidade de Pedras era próximo ao Cucuiari, que na época era distrito do município de Silves, que concentravam as famílias que posteriormente após a caboclicização formariam o adensamento populacional do município de Itapiranga. Uma região muito rica em pescado, cacau, pecuária e agricultura. Suas áreas de várzea sempre foram muito sacrificadas pelas cheias. Até 1907 na localidade de Pedras havia três famílias e vinte e três habitantes.

No ano de 1908 relata o professor S. R. G. V. (79 anos) houve uma grande enchente⁶, os moradores do Cucuiari, Furo do Chapéu, Ilha Grande e Periquito, vivenciavam grandes dificuldades, pois suas terras, casas, animais e plantações sofriam com a grande cheia e também com o fenômeno

⁵ Para Freire, Sergio (2017:114), Tapiri s.m. – casebre coberto com palha.

⁶ Ano: 1908 – Cota máxima da enchente registrada em 28,92m em 09/06/1908. Níveis Máximo e Mínimo do Rio Negro. Disponível em <<https://www.portodemanaus.com.br/?pagina=niveis-maximo-minimo-do-rio-negro>> .Acesso em: 16/03/2018.

das terras caídas, assim o senhor Joaquim saiu do Paraná do Periquito e retornou a Pedras. Os ribeirinhos migraram para a terra firme e pediram ao senhor Almeida que cedesse partes de sua terra para que cada família ali se estabelecesse, realizando a construção de novas moradias, após ceder às terras, propôs que fixassem duas frentes de trabalho, uma na várzea e outra na terra firme, posteriormente outros moradores vizinhos à localidade de Pedras, dos municípios de Silves, Ucuracará e Urucurituba, vieram compor parte dos habitantes.

Os fenômenos que envolvem a questão da natureza como a área que erodi e deposita o material não se perde, apenas migram, populações perdem terras e necessitam recuar as suas casas, na complexidade da Amazônia é um fenômeno muito comum, como relata o camponês itapiranguense. As terras caídas (Figura 3) levam sítios inteiros e as pessoas tem que carregar literalmente a casa nos ombros pra recuar ou em cima de toras de madeira, e também das terras altas do Médio Amazonas:

Terras caídas é uma terminologia regional amazônica usada para designar genericamente erosão de margem. Trata-se de um processo predominantemente natural marcante na modelagem da paisagem ribeirinha do Rio Amazonas e de seus afluentes de água branca com várias implicações sociais. Resulta de processos do mais simples a altamente complexo englobando indiferecialmente escorregamento, deslizamento, desmoronamento e desabamento que acontece as vezes em escala quase que imperceptível, pontual, recorrente e não raro, catastrófico, afetando em muitos casos distancias quilométricas. É um fenômeno predominantemente complexo, multicausal envolvendo fatores hidrodinâmico, hidrostático, litológico, climático, neotectônico e ainda que em pequena escala antrópico. (CARVALHO, 2006).

Em diversos pontos do médio Amazonas se explorou sítios de antigas aldeias, geralmente situadas sobre elevações da várzea e as altas barrancas. São sítios muito grandes pelos padrões etnográficos das tribos amazônicas conhecidas, já que a extensão ao longo do rio (identificada pela presença de concentração de cerâmica nas camadas superficiais do solo) variava desde 80 a 100 metros e até mais de dois quilômetros, e eles cobriam as áreas às vezes superiores a dez hectares. (PORRO, 1996, p. 19).

Figura 3. Fenômeno das terras caídas no Rio Urubu - Itapiranga/AM.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

Reforça Rezende (2018), é importante destacar que os camponeses não veem as cheias e secas como problemas, apenas compreendem a importância do regime das águas e traduzem essa profunda compreensão em uma práxis centrada no respeito à resiliência ecossistêmica e à conservação ambiental. As atividades produtivas se desenvolvem de acordo com as modificações sazonais, de modo que o calendário agrícola segue, rigorosamente, as cheias e secas da comunidade. No período da cheia, ocorre o que as famílias camponesas chamam de renovação dos solos, por meio da expressão “a terra fica nova”.

Destaca Nascimento (2016), que entre várzea e terra firme é motivada tanto pela necessidade de proteção da família, que não raro fica desalojada pela água que lhe inunda a casa de moradia, quanto pela necessidade de proteger seus bens e a pequena criação. Apresenta-se também como uma necessidade de manter as atividades agrícolas na terra firme, de modo a garantir a manutenção econômica da família.

De acordo com o caboclo C. M. P. (34 anos), logo após a cheia de 1908, as famílias presentes durante este período nas terras de Joaquim Almeida da Costa encontraram-se diante de um dilema, voltar para os lugares habitados outrora, ou fixar moradia na localidade de Pedras, que havia

se revelado um lugar propício ao plantio e a comunicação com outros locais por consequência de sua boa localização, na época as correspondências e grande parte dos comerciantes tinham suas mercadorias trazidas pelos barcos que elegiam por motivo de praticidade, navegar pelo chamado Paraná⁷ de Urucará, que nas proximidades do município de Itapiranga recebe o nome de Paraná de Itapiranga. Ao observar este entrave, somados ao intuito destas famílias em permanecer na localidade, o senhor Joaquim Almeida, resolveu por lotear as terras a todos aqueles caboclos que estavam instalados provisoriamente, iniciando assim a aglomeração populacional que mais tarde seria chamado de Itapiranga.

Segundo o relato da cabocla M. A. A. (45 anos), um fato importante na história do município de Itapiranga, está à perda de parte do território para Presidente Figueiredo através da emenda constitucional nº 12 de 10/12/1981. Essa anexação territorial ocorreu por decorrência da proximidade das referidas terras ao município recém-criado, visto que os moradores desta parte do território não mantinham relações diretas com Itapiranga, mas sim com o outro município onde trabalhavam, comercializavam seus plantios e etc., a contribuição e movimentação econômica eram realizadas em outra territorialidade. O nome Itapiranga tem origem indígena⁸ (*ita*= pedra / *piranga* = vermelho), este nome está relacionado à grande quantidade de pedras vermelhas ou roseadas presentes no porto do município. Mas antes deste nome a localidade era chamada de Pedras ou Três Casas.

Em 1918 já eram setenta e duas pessoas habitando a localidade de Pedras. Em registros do município de Itapiranga (Figura 4), foi construído de frente para o Rio Urubu. O rio é a passagem, no passado o único acesso ao município, à terra alta e firme significando segurança, mas sempre próxima ao rio, complemento da fonte de vida. Para Tocantins (1985), o rio

⁷ Para Freire, Sergio (2017:96), Paraná s.m. - Braço de rio que contorna uma ilha.

⁸ Para Luciano (2006:30), Esta denominação é o resultado de um mero erro náutico. O navegador italiano Cristóvão Colombo, em nome da Coroa Espanhola, empreendeu uma viagem em 1492 partindo da Espanha rumo às Índias, na época uma região da Ásia. Alcançar uma região continental que Colombo imaginou que fossem as Índias, mas que na verdade era o atual continente americano. Foi assim que os habitantes encontrados nesse novo continente receberam o apelido genérico de “índios” ou “indígenas” que até hoje conservam.

comanda a vida, demonstra que a vida do homem amazônico está intimamente ligada ao curso dos rios, os quais inspiram poesia, trazem o alimento, e mantêm a floresta.

Figura 4. Detalhe do município de Itapiranga/AM.



Autor: Aranha, Wilson de Souza; Dias, Catharina Vergolino. Ano: fev.1965. Fonte: Biblioteca IBGE. Org: Oliveira, 2018.

Diante do exposto Witkoski et.al. (2009), é preciso entender que os povos da Amazônia não vivem isolados no tempo e no espaço, pelo contrário, sempre estabeleceram e continuam a estabelecer relações de trocas materiais e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas e com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e o urbano e a vida em escala global. A Amazônia nasce e se desenvolve no âmago e nos dilemas da moldura da civilização euro antropocêntrica. A ideia de que esses povos sustentam um modo de vida estritamente tradicional não deve ser considerada, tal como se vivessem de modo estático e congelado. Suas manifestações culturais e sociais se expandem pelo mundo urbano e vice-versa, assimilando algumas práticas e rejeitando outras. Ainda que reproduzam manifestações ditas tradicionais em suas vidas cotidianas, não podemos afirmar que esses grupos sociais não estejam inseridos em um processo progressivo de diferenciação e transformação.

Corroborando Miguez (2009), na Amazônia, como de resto na Terra, às condições naturais são imperativas, mas não sem as mediações da cultura objetivada em práticas sociais e modos de vida que as superam. Aqui, não podemos deixar de mencionar que as possibilidades de mudanças estão em todas as partes, o acesso a informações e tecnologias garante uma era de transições, de separações e de fusões. Essas diferenciações ocorrem de modo gradual e interno, algumas são assimiladas e outras são rejeitadas. Ambas as possibilidades fazem parte das escolhas e dos interesses que, para quem se atreve em entender, logo abandona a ideia romântica do que é ser da Amazônia.

Portanto Fraxe et.al. (2009), em face das misturas e presenças entremeadas nesse vasto território emergiram diferentes tipos sociais, trabalhadores que, diante das condições mais adversas, inventaram e reinventaram formas de sobrevivência, adaptaram-se passiva e ativamente às sutilezas complexas dos seus múltiplos ecossistemas. A alteração na composição étnica da região fez surgir não só novos tipos sociais, frutos da mistura social, cultural e racial, mas também um novo estilo de vida. Embora as tentativas de eliminar e/ou esconjuram qualquer traço da cultura e modo de vida indígena tenham sido inflexíveis e avassaladoras, o resultado não foi plenamente alcançado. O ser da Amazônia permanece imbuído da identidade dos nossos mais antigos ancestrais os ameríndios da várzea e/ou terra firme.

Segundo Bateson (1979:134) afirma “o mapa não é o território”, se referindo à concepção de que pode haver diferentes representações da realidade por diferentes observadores e de que o foco em “diferentes aspectos do fenômeno” é o que dá origem as diferentes teorias. Isto se refere à forma como abordamos as diferentes faces da história e do tempo, ambas contadas por diferentes sujeitos que através da sua memória, concluem do seu ponto de vista a formação e permanência no município de Itapiranga/AM.

De acordo com o IBGE (2018), o município de Itapiranga (Figura 5), se localiza na região geográfica intermediária do município de Parintins (mesorregião centro amazonense), que compõe a região geográfica

imediate do município de Itacoatiara (microrregião) que abrange o município, com a distância da capital Manaus de 225,72 km. Encontra-se em bacia hidrográfica do Rio Amazonas, é banhada pelo Rio Urubu e inúmeros paranás do Rio Amazonas, o chamado Paraná de Itapiranga. Faz limite direto com os municípios de Silves, bem como é próxima de Itacoatiara, São Sebastião do Uatumã e Urucurá. A população é estimada em 9.064 habitantes, seu clima é quente e úmido.

Figura 5. Município de Itapiranga de frente para o Rio Urubu.



Fonte: Disponível em <<http://portalgazetadoamazonas.com.br/?p=19347>> Acesso em: 25/03/19.

1.2 – Formação do camponês-ribeirinho no Médio Amazonas

Homem da Roça – 1995

Letra: Jucimar José de Araújo Barbosa

Cultiva a terra
 Limpa o roçado para ganhar o pão
 Essa vida cansada do caboclo roceiro de pé no chão
 Terra firme e varzeada
 Terçado e enxada na mão
 Nesses longos campos, neste nosso interior
 Luta, trabalha e sua
 O homem da roça também tem valor
 Mas a festa na roça pro caboclo é trabalhar, cultivar e plantar
 Sorriso cansado e sonhar
 A mandioca, a lenda viva desse habitar
 Presente da natureza que alimenta o caboclo
 E dá o seu sustentar
 A farinha d'água, a tapioca, o tucupi, o carimã, o arubé, caldo da caridade, pirão e xibé.

Para Shanin (1980) o “camponês é uma mistificação”. Logo, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um “braço” contratado romperão muito frequentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Shanin define campesinato como:

Uma entidade social com quatro faces essenciais e interrelacionadas: a exploração agrícola familiar como unidade básica multifuncional de organização social; a lavoura da terra e a criação do gado como principal meio de vida; uma cultura tradicional específica intimamente ligada a forma de vida de pequenas comunidades rurais; e a subordinação à direção de poderosos agentes externos (SHANIN, 1980, p.8).

Predominam-se muitas indagações para o termo camponês utilizado por muitos pesquisadores que estudam a Amazônia, visto que as realidades escritas pelos autores como Shanin, Kautsky e Chayanov são diferentes das vivenciadas na região norte do Brasil. Porém os elementos que caracterizam a produção camponesa descrita pelos autores são semelhantes às praticadas nos interiores do Estado do Amazonas, por exemplo. Tendo a

característica determinante a unidade familiar como equilíbrio na produção e consumo, como afirmam Kautsky e Chayanov:

Qualquer que seja o fator determinante na organização da unidade econômica camponesa que consideramos dominante, por muito valor que atribuimos à influência do mercado, a extensão de terra utilizável ou a disponibilidade de meios de produção e fertilidade natural, devemos reconhecer que a mão de obra é o elemento tecnicamente organizativo de qualquer processo ou de produção. [...] Devemos aceitar que o caráter da família é um dos fatores principais da organização da economia camponesa (CHAYANOV, 1974, p.47).

Uma sociedade que não apenas produzia os seus gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, os seus móveis e utensílios domésticos; fabricava mesmo a maior parte de suas ferramentas grosseiras com que curtia peles, preparava o linho e lã, confeccionava as suas roupas, etc. (KAUTSKY, 1968, p.25).

As premissas para um entendimento quanto à definição deste conceito de quem é o camponês se dará a partir do contexto econômico e social em que estiver inserido, para compor os elementos e identificá-lo dependerá de qual atividade ligada às práticas com a terra é exercida por esse indivíduo, se asseguram então os elementos que caracterizam a produção camponesa (Quadro 1), para Oliveira (2007) e Paulino (2006), tais como: Força de trabalho familiar, Ajuda mútua entre os camponeses, Parceria, Trabalho acessório, Jornada de trabalho assalariada, Socialização do camponês, Propriedade da terra, Propriedade dos meios de produção, Jornada de trabalho, e Variedade de cultivos.

Quadro 1: Elementos que caracterizam a Produção Camponesa

Elementos	Características
Força de trabalho familiar	é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo.
Ajuda mútua entre os camponeses	é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados
Parceria	é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; [...] a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e conseqüentemente aumentar suas rendas

Trabalho acessório	é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa
Jornada de trabalho assalariada	aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; essa força de trabalho assalariada na unidade camponesa pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada
Socialização do camponês	é importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando criança camponesa é pequena, brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando é criança crescida, já trabalha com esses instrumentos
Propriedade da terra	é, na unidade camponesa, propriedade familiar, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar se está diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser camponês-proprietário, ser camponês-rendeiro (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser camponês-posseiro (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra)
Propriedade dos meios de produção	exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, portanto mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses; como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas
Jornada de trabalho	é outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois nesse caso não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando muitas vezes nem mesmo o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais da jornada de trabalho)
Variedade de cultivos	A variedade de cultivos é um fator positivo para o camponês, pois há maior possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente (PAULINO, 2006, p.112)

Quadro 1: Elementos que caracterizam a produção camponesa.

Fonte: Oliveira (2007) e Paulino (2006). Org: Dilson Nascimento, 2016.

Se distanciando do conceito mais generalista de camponês e com uma aproximação regional norte que abriga parte da Amazônia Brasileira, se utiliza o termo camponês-ribeirinho, dado o processo de caboclicização na Amazônia, resultando na formação deste sujeito social assim denominado. Conforme Cruz (2007), “ribeirinhos, aqui entendidos, literalmente, como quem mora às margens do rio, ou em alguns casos, sobre o rio, em casas flutuantes ou palafitas. Assim, temos ribeirinhos no campo e no urbano, os quais moram às margens do rio, dos igarapés”. Pontua Harris (2006), que ribeirinho é um modo de ser no tempo, de enfrentar as imprevisibilidades alheias.

De acordo com Queiroz (1963), “o gênero de vida que levam é marcado pela coletivização das atividades, sendo a principal delas a ajuda mútua no trabalho, sob a forma de mutirão, puxirum, batalhão ou outro nome qualquer: quando, para determinada tarefa, se requer quantidade de mão de obra, os habitantes da comunidade atendem à convocação, sabedores de que poderão contar com o auxílio dos outros, em condições idênticas.”. Após a definição geral e regional de camponês de acordo com os autores citados e por visão externa para identificá-lo, chega o momento de reconhecer e enxergar através dos olhos do sujeito quem ele é e como se intitula a partir de sua vivência com o lugar.

Assim (Fraxe, 2000; Oliveira, 1991; Cruz, 1999; Witkoski, 2006; Castro, 1997 apud Cruz 2007), os autores que pesquisaram a região amazônica com base no conceito de camponês designaram diversos termos para este morador da várzea amazônica. A autora Fraxe (2000) utilizou o termo “homens anfíbios”; para identificá-lo, procurando representar o modo de vida desses moradores que habitam dois ambientes: a terra e a água.

Já Oliveira Jr (1991), em sua pesquisa na região das ilhas, município de Gurupá-PA, próximo à foz do rio Amazonas, identificou dois tipos, que ele denominou de “ribeirinhos”, para os moradores da várzea, e “roceiros” para os moradores da terra firme. Por outro lado, Cruz (1999) no trabalho desenvolvido no Careiro da Várzea, estado do Amazonas, designa para esses habitantes “caboclos-ribeirinhos”. Witkoski (2006) no seu estudo na calha do rio Solimões-Amazonas denomina para os moradores da várzea de “camponeses amazônicos”. Castro (1997) reconhece como “ribeirinhos”, mostrando a estreita relação desse morador das margens dos rios, lagos, paranás e igarapés com a natureza na região:

Encontramos nos denominados *ribeirinhos*, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagem de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar

ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada. (CASTRO, 1997 apud CRUZ, 2007, pg. 7).

Dessa forma partindo da existência do camponês-ribeirinho, o conceito geográfico de lugar constitui a essência de mundo deste morador, é certo que haverá moradores que nasceram e conviveram nesse ambiente rural e migrarão para o urbano por diversos motivos, mas aquele morador que fincar raízes com as práticas de sua terra, ali irá permanecer por toda a sua vida. Há camponeses ribeirinhos na cidade, em terra firme e distante das águas? A resposta é sim.

Essa definição ainda é carregada por eles, pelo fato da independência de estar presente ou não no meio rural, o lugar também parte além da presença de sua paisagem, está relacionada à continuidade da prática de seu modo de vida, seja em um quintal de sua casa ou em uma propriedade no urbano. Pois sentem a necessidade de reconstituição do lugar, ou seja, o lugar é levado pelo ser onde quer que ele esteja logo o homem também representa a personificação do lugar.

Considerando o camponês-ribeirinho que vive no campo e nascido no berço das águas, conforme Carlos (2007), “o lugar é à base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar”. O camponês está ligado diretamente com a natureza, no qual o seu corpo é a sua direção e se apropria dos espaços os transformando através de suas formas de uso para atender suas necessidades e a de sua família, logo o sujeito escolhe o seu lugar e como irá praticar suas atividades para assim conservar e manter o seu modo de vida interiorano. Este local escolhido pelo sujeito ganhará significado a partir do seu uso, pois terá sentido a partir dos novos arranjos espaciais que através da sua força de trabalho constrói.

Esse espaço constituído como o lugar na comunidade rural, e vivido pelo camponês-ribeirinho é apropriado através de seu corpo e com ele a sua produção e reprodução são levados a diante, como fragmentos de empenho do seu ser, nestes fragmentos estão contidos os sentimentos, que são a dedicação, o tempo, o conhecimento do saber fazer e lidar com a terra, a esperança, o cuidado, a força de trabalho, enfim, é tudo aquilo que está contido

no produto que chega as nossas mesas e nos alimentamos, e está na formação do cultivo do plantio da macaxeira, mandioca, melancia, laranja, mamão, carambola, graviola, limão, manga, coco, milho, feijão, hortaliças e etc.

O conhecimento herdado de suas gerações e adquirido durante a vida por esses camponeses-ribeirinhos, de acordo com Witkoski (2006:163) o habitus, como sistema de disposições duráveis, imprime à vida prática camponesa uma ação organizadora da sua própria vida, que é repassada de geração em geração, através das relações sociais constituídas e constituintes. A multifuncionalidade que funda suas características básicas, decorrentes do seu modo de vida, imprime-lhes um habitus, no sentido sociológico, compreende Bourdieu:

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e estruturados das práticas e representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. Bourdieu (1983, p. 60-1).

A condição de existência de vida do camponês-ribeirinho se faz da sua experiência com a natureza, é um ser portador do simbólico e da linguagem, a sua leitura da paisagem se unifica como parte do lugar, atribui e compreende os elementos da sua natureza com a cultura, em um diálogo de percepções e fenômenos. No processo de leitura e aprendizado com o meio ambiente amazônico que não é homogêneo e possui diversas continuidades e paisagens. Compreende as mazelas ambientais que interferem nos limites de capacidade de regeneração da natureza. Nessa interligação se compreende,

A natureza e o universo não constituem simplesmente o conjunto de objetos existentes, como pensava a ciência moderna. Constituem sim uma teia de relações, em constante interação. Os seres que interagem deixam de ser apenas objetos. Eles se fazem sujeitos, sempre relacionados e interconectados, formando um complexo sistema de inter-retrorelações. (Boff, 1997, p.72).

Na intenção e motivação de continuar a fazer parte do ciclo econômico que é base e abastecedor da produção rural no município, portanto os lugares e sujeitos são interligados, assim o seu modo de vida é justificado pelas ações que este camponês-ribeirinho pratica, tais como: a pesca, meliponicultura, o plantio e suas relações sociais. Pois os camponeses-ribeirinhos que exercem a atividade em meliponicultura⁹ moram as margens do Rio Urubu, em terra firme na comunidade São José da Enseada e na terra de várzea a comunidade Santa Ana do Paraguai.

Tendo como base a conceituação das várias definições que alguns autores buscaram para “encaixar” o ser da Amazônia, no qual temos como embasamento teórico o conceito de camponês-ribeirinho, se considera também a forma como este sujeito social se autodenomina e se reconhece, ao se perguntar como ele se declara visto que trabalha diretamente com a terra e colhe aquilo que planta, além de ter aprendido no seu meio social e absorver está denominação, este ser da Amazônia se diz caboclo ou produtor. Para entender suas características e relações com o meio social, vamos associá-lo ao conceito que a academia traz, mas para compreendê-lo no âmago interno do seio familiar de seu convívio, se respeita a maneira como os itapiranguenses se auto referem.

⁹ Carvalho-Zilze et. al. (2012:50), meliponicultor: criador de abelhas sem ferrão.

1.3 – Modo de vida campesino: comunidade e o real imaginário do lugar

Para Noda et. al. (2013), os grupamentos humanos encontrados no interior da Amazônia são frequentemente denominados “comunidades”, o termo tem sua origem em ações missionárias da Igreja Católica, iniciadas nos anos 1960, e carrega à conotação de coletividade ligada as orientações do movimento popular católico. Assim as comunidades são formadas por famílias que possuem suas casas próximas e que compartilham de um mesmo espaço para diversas atividades de um bem comum a todos.

1.3.1 Ambiente de terra de várzea

A comunidade Santa Ana do Paraguai está em um ambiente de várzea, na pesquisa de campo observou-se o processo de deposição de material (Figura 6). O rio estava enchendo e as gramíneas presentes em toda a parte baixa de área de depósito de sedimentos não foram retiradas, justamente para bloquear e servir como obstáculo de entrada da água. De acordo com Rebelo (2010) afirma que os riscos naturais estão relacionados direta ou indiretamente com a natureza.

Figura 6. Processo de deposição de sedimentos na comunidade Santa Ana do Paraguai.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagens: Oliveira, 2018.

A natureza não se comporta de forma linear, a erosão e deposição são simultâneas. Observou-se o efeito da erosão provocada pelo solapamento do banzeiro¹⁰ das ondas nas margens do rio. Na terra de várzea em alguns trechos mais afastados do rio há uma concentração maior de moradores, enquanto que próximo às águas se vê poucas moradias que se fixam distantes umas das outras, devido às condições que a natureza oferece, ocasionando o sentimento de insegurança e risco de vida em que a erosão é acentuada e há muitas perdas, decorrente do comportamento da dinâmica fluvial.

Também foi notado uma turbulência do fluxo corrente ascendente, helicoidal e vórtice, com pressão hidrostática e solapamento da base das vertentes ocorrendo forte erosão de suas margens implicando muito para a população que mora nessa localidade, que presenciam a dinâmica deste fenômeno, assim os moradores mudam suas casas para metros longe do rio para que não sejam levadas pelo desbarrancamento. Sobre os estudos da geografia física o autor Christofolletti, diz:

A dinâmica do fluxo, os mecanismos de transporte e os processos morfogenéticos atuantes no curso de água só agem quando possuem forças suficientes para ultrapassar essa resistência. Devido à inconstância do material dendrítica há facilidade para movimentação dos sedimentos e para a esculturação de formas topográficas. Nesta perspectiva a topografia do leito surge como de natureza deformável e de rápida mutabilidade (CHRISTOFOLETTI, pág. 75).

Segundo Bahri (1992), citado por Cruz (2007, p. 130), identificou um intenso processo de deposição nessas novas terras surgidas devido à deposição de sedimentos após a época de cheia, os moradores instalam culturas de ciclo curto, como por exemplo, couve, alface, feijão de praia e culturas como milho e a mandioca, que geralmente são cultivados na restinga antiga.

¹⁰ Para Freire, Sergio (2017:35), Banzeiro s.m. – pequena onda que se forma nos rios amazônicos causados pelo movimento dos barcos e dos ventos, semelhante à onda do mar.

Ao longo do trecho (Figura 7), nas comunidades de várzea se observa a diferenciação na organização do espaço geográfico do local, associando a dinâmica fluvial, como resultado do processo de erosão e deposição. As terras novas que surgem tratam-se de depósito de acreção (depósito de canal) e acreção vertical (depósito de transbordamento) que é muito intenso no Rio Amazonas e na sua área de topografia é bem caracterizada, apresenta como vegetação capim, conhecidos como capim murim (*Paspalum fasciculatum* (*Poaceae*)) e alguns arbustos como a airana.

Figura 7. Terras novas no trecho da comunidade Santa Ana do Paraguaí.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

Devido a esse mecanismo o maior volume de sedimento se deposita na margem formando as restingas que são as elevações do terreno, onde os moradores fazem suas moradias e plantações. Destaca-se o fato de que a várzea é um sistema, e muito frágil. Controlada pelo Rio Amazonas, esse sistema sofre anualmente transbordamento parcial ou total. Durante o período de cheia o rio principal deposita grande volume de sedimentos sobre as áreas deprimidas da planície, fazendo com que muito dos lagos, lagoas e canais se tornem rasos ou até mesmo desaparecendo completamente. Esse fato é relevante, pois quando acontecem as grandes vazantes muito dos lagos e lagoas secam completamente provocando sérios problemas sociais e ambientais. (Fala do Professor Dr. José Alberto Lima de Carvalho, Aula em campo da disciplina de Epistemologia da Geografia em 30/04/2017.).

O trabalho feminino é presente na atividade de meliponicultura (Figura 8), alterando a ideia que se tem do papel das mulheres no campo que abrange apenas o ambiente doméstico. A articulação das mulheres para se praticar outras atividades tem se intensificado. Ressalta Queiroz (2013), a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho fora de casa, que depende de uma complexa combinação de situações pessoais e familiares como a situação conjugal e a presença dos filhos.

Todo esse conjunto ainda está atrelado à idade, escolaridade e a particularidade do grupo familiar das trabalhadoras. A divisão do trabalho é igual para todos os camponeses-ribeirinhos que desempenham a atividade de meliponicultura, todos os filiados são responsáveis pelas tarefas de limpeza, organização, e manutenção do meliponário.

Figura 8. Trabalho feminino presente na atividade de meliponicultura na comunidade Santa Ana do Paraguai.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagens: Oliveira, 2018.

A organização sócio-espacial na Amazônia está fortemente vinculada a religiosidade que se espacializa de acordo como o viés ideológico, nas comunidades há a presença de igrejas do preceito católico e evangélico. No espaço que se encontra a igreja evangélica não há determinados elementos

do lazer e do profano. A toponímia¹¹ é um reflexo muito forte do perfil da comunidade, as igrejas evangélicas geralmente estão ligadas ao codinome bíblico (Monte Sinai, Monte Sião, Nova Jerusalém e etc.).

Durante a pesquisa de campo na comunidade de várzea, havia bandeirolas que indicavam um sinal de festa, os moradores estavam muito solícitos e alvoroçados, pois a missa já havia sido realizada cedo pela manhã, à tarde continuariam os preparativos e a noite iriam comemorar a festa do padroeiro religioso São José, observa-se (Figura 9) que a forma como as casas são construídas, ao redor da igreja formando um grande círculo, deixando a área central chamada de “praça” para suas manifestações culturais. O mastro com brinquedos seria derrubado e distribuído para as crianças.

Figura 9. Igreja e casas na comunidade de terra de várzea Santa Ana do Paraguai.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagens: Oliveira, 2018.

Na igreja católica a toponímia está relacionada a um santo padroeiro, que é um santo da comunidade, a identidade ocorre no período de festa do padroeiro, em que o lazer e o profano se encontram. Do ponto de vista da geografia humana e cultural há influência da religiosidade na comunidade é muito forte, no passado predominavam principalmente os católicos e se

¹¹ Refere-se à identificação da comunidade ou localidade que está sempre remetido ao nome de santos, e se alteram a partir do preceito religioso.

percebe que muitas comunidades se dividiram e surgiram comunidades evangélicas. Na Igreja católica o santo e o profano se imiscuam.

A igreja representa um ponto de centralidade, no caso da igreja católica como a sede, sendo núcleo central da comunidade em torno do qual as escolas e casas se espalham encontrando o profano. Observou-se a dinâmica nos processos construídos, com a ocorrência das cheias dos rios, muitas construções migraram para a terra firme. Tudo está vinculado da residência para o rio e geralmente os caminhos que contornam a margem são chamados de “rua” nas comunidades do Estado do Amazonas.

O rio é elemento de lazer, e principalmente no período da enchente que se fica com a mobilidade comprometida, e quando qualquer barco passa as pessoas se aglomeram na janela pra olhar, é o momento que se quebra a monotonia do não ter pra onde ir quando se está dentro da casa cercado de água ao ver o barco passar.

Observou-se (Figura 10), a forma de construção das casas sempre no mesmo molde em madeira e suspensas devido às cheias dos rios, assim como a igreja católica que foi construída do lado oposto do rio e com a sua fachada/frente ao centro comunitário, formando assim um círculo, uma centralidade de reunião e diversão dos moradores. A igreja diferentemente das outras moradias é construída com tijolos, um material mais resistente, simbolizando o poder em sua essência indestrutível como aquilo que alimenta a fé e a esperança para o plantio e a colheita.

Figura 10. (A) Forma de construção das casas. (B) Igreja católica São José. (C) Centro Comunitário, na comunidade de terra de várzea.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagens: Oliveira, 2018.

Constatou-se uma ruptura espacial dividindo a comunidade em outro segmento religioso (Figura 11), essas discontinuidades são muito presentes e comuns nas comunidades amazônicas, a igreja evangélica por sua vez é construída defronte ao Rio Urubu, sem casas a sua vista, a base é totalmente alinhada ao terreno, com janelas gradeadas para proteger seus equipamentos ou suscitar um alerta antifurto para possíveis criminalidades ocorrentes no local, os materiais da construção em área rural como a alvenaria e cerâmicas indicam uma força maior de investimento e adeptos a religião evangélica na comunidade que conseguiu galgar uma infraestrutura que por vezes é mais comum na zona urbana.

Figura 11. Igreja evangélica na comunidade de terra de várzea Santa Ana do Paraguai.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

Compreender como os camponeses-ribeirinhos sobrevivem aos impactos da cheia (Figura 12) e como se alteram o seu cotidiano. Nos meliponários esses camponeses-ribeirinhos levantam os cavaletes (Figura 13) com as colônias um por um, aumentando o seu suporte para que a água não cubra, essa é uma estratégia adotada durante o período de cheia dos rios, também se constroem marombas para levantar as casas e para isso mantêm a relação de ajuda mútua (ajuri ou mutirão), entre os moradores como um tipo de cooperação. Os moradores permanecem e não migram, ocorre o inverso do que sempre se imagina sobre as terras de várzea, moradores da zona urbana se deslocam em busca de refúgio e paz. Percebeu-se uma grande relação de topofilia que envolve os camponeses-ribeirinhos.

Figura 12. Camponeses-ribeirinhos no meliponário na comunidade Santa Ana do Paraguai.



Imagem cedida por: Antonilson Oliveira Rodrigues, s/d.

Figura 13. Meliponário na época da cheia, na comunidade Santa Ana do Paraguai.



Imagem cedida por: Antonilson Rodrigues, s/d.

Na comunidade Santa Ana do Paraguai houve uma breve conversa aberta com os moradores que relataram sobre o que fazem para sua sobrevivência, os impactos da cheia e do seu cotidiano. De acordo com o relato da camponesa-ribeirinha A. C. O. (37 anos), a maior cheia enfrentada foi no ano de 2012¹² e a partir desse ano passaram a não mais produzir farinha e açaí, no período da cheia se constroem marombas para levantar as casas e para isso a relação de ajuda mútua (ajuri ou mutirão), ocorre entre os moradores como um tipo de cooperação.

A escola fica na comunidade São Francisco em que o barco escola encaminha os alunos. Sobre a saúde todo o início do mês um agente de saúde funcionário da prefeitura visita a comunidade. Todas as terras são compostas em sua maioria por famílias, novos moradores somente a partir da venda da propriedade. A água é taxada no valor de quinze reais por mês, e a luz com contador. Os pescadores são registrados e recebem seguro defeso¹³, que até aquele momento da pesquisa de campo no mês de outubro de 2018, ainda não haviam recebido a verba. Questionada se durante a cheia ela ou algum morador costumava sair da comunidade e se refugiar em outro local ou município ela respondeu que todos permaneciam e não migravam, o que ocorria era o inverso havia pessoas do urbano procurando se instalar na comunidade em busca de refúgio e paz, percebendo se uma intensa relação de topofilia dos moradores.

Como ressalta Nogueira (2008), ao adentrar nas comunidades é preciso se despir de qualquer ideia e conceitos até então adquiridos, enxergar com o olhar do outro a partir do mundo que os cerca, para assim compreender suas práticas cotidianas através dos fatos ali presentes na realidade vivida por aquelas pessoas, um olhar atencioso e não mecânico para desvendar aquela

¹² Ano: 2012 – Cota máxima da enchente registrada em 29,97m em 29/05/2012. Níveis Máximo e Mínimo do Rio Negro. Disponível em <<https://www.portodemanaus.com.br/?pagina=niveis-maximo-minimo-do-rio-negro>> .Acesso em: 18/04/2019.

¹³ Dispõe à Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Seguro Defeso do Pescador Artesanal é uma assistência financeira temporária, no valor de um salário-mínimo, concedida ao pescador que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, no período de defeso.

cultura ou modo de viver, sem alterar ou modificar por suas próprias experiências a autenticidade da sociedade, para assim traduzir de forma ilegível o que foi presenciado, vivido e sentido em campo.

Existe uma influencia acentuada no padrão de ocupação humana, pois resiste em morar em uma área que se está erodindo. Essa relação do apego e pertencimento do individuo ao seu local de origem é muito forte nas comunidades da Segunda Amazônia¹⁴, pois os bens de uso comum da natureza estão expostos de uma maneira que aparenta ter uma infinitude nos seus mais longos dias considerando assim a vivência de um tempo diferente, cíclico e ecológico em que os habitantes da comunidade têm a autonomia do controle do tempo e de sua relação íntima com a terra, como apontam Oliveira e Scherer:

A percepção dos caboclos ribeirinhos acerca do lago, roça, casa de moradia, casa de farinha, ambientes florestais e aquáticos, como elementos geográficos naturais ou antrópicos, que dão forma e concretude em seu mundo vivido, muitas vezes sofrido, mas rico de buscas e realizações que dão sentido a organização econômica, social e política de sua vida em uma comunidade que não deixa de considerar a sazonalidade do ciclo das águas - enchente, cheia, vazante e seca, tendo no âmago da sua visão de mundo a concepção do tempo como tempo ecológico. (OLIVEIRA e SCHERER, pág. 234. 2006).

Para Woortmann (2009), o camponês ribeirinho mantém um dialogo estabelecendo reciprocidade entre Deus, Homem e o Trabalho, esse tripé faz sentido para o camponês, pois faz humanização da natureza em que não há separação ou dicotomia entre o homem, a natureza e a espiritualidade, e essa concepção fundamenta as práticas éticas com a terra que orientam a compreensão da lógica de organização agrícola referente à leitura que o camponês ribeirinho faz da natureza. É comum a pergunta: o porquê dos camponeses ribeirinhos na Amazônia não prosperarem e continuam na mesma situação? Pois não vivem no tempo acíclico e cronológico, já que muitos consideram erroneamente que o camponês ribeirinho não possui saber

¹⁴ Para Batista, Djalma. (2007:113) A outra Amazônia é a das cidades do interior, tanto as que se encontram em fase de desenvolvimento ou são sedes municipais, muitas delas apenas com o rótulo de cidades.

suficiente ou que sua renda é muito baixa e por isso não consegue prosperar. Portanto o modo de vida camponês não significa atraso, e sim uma forma de produção e reprodução no seio familiar para atender as necessidades de sua família, lidando com a terra e o trabalho.

A tranquilidade e o silêncio deste lugar, segundo seus habitantes é a razão maior de não desejarem outro lugar para morar, as experiências topofóbicas com a cidade fez que muitos dos que partiram retornassem. Se queremos fazer uma geografia que se aproxime da realidade dos lugares é mister que nossas interpretações sobre os lugares partam da experiência de quem os vivenciam cotidianamente assim sendo estaremos diminuindo os riscos , de analisar os lugares a partir de nossos “sobrevoos” pelos lugares. (NOGUEIRA, 2008).

Sobre a fertilidade entre a várzea e a terra firme Sioli (1991) diz que os nativos do Médio Amazonas já tinham confirmado acerca da fertilidade e produtividade da várzea (Figura 14), com boas safras no plantio de milho, feijão e etc., e mais tarde da juta, a água turva farta em matéria depositável e quimicamente mais rica em nutrientes, inunda a várzea durante as cheias anuais penetrando nos lagos.

Figura 14. Cultura temporária: plantação de milho na comunidade Santa Ana do Paraguai.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

A produção camponesa (Quadro 2) varia de acordo com a cultura a ser plantada, o período se cheia ou vazante, e a localização de terra firme ou terra de várzea, a variedade de cultivos é um dos elementos que caracterizam a produção.

Quadro 2. Quadro de produção camponesa no município de Itapiranga/AM.

Tipo	Produção	Quant. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Rendimento Médio (kg/ha)
LAVOURA PERMANENTE	Banana	150	150	15.000
	Cacau	11	26	423
	Coco-da-baía	28	08	3.500
	Laranja	88	04	22.000
	Limão	03	01	3.000
	Mamão	28	03	14.000
	Maracujá	45	03	15.000
LAVOURA TEMPORÁRIA	Abacaxi	78	78	19.500
	Arroz	15	10	1.500
	Feijão	30	20	1.500
	Mandioca	5.400	450	12.000
	Melancia	345	15	23.000
	Milho	90	30	3.000

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Org: Oliveira, 2019.

1.3.2 Ambiente de terra firme

A comunidade São José da Enseada está em um ambiente de terra firme, a área de estudo apresenta características de risco natural com bastante vulnerabilidade à erosão de margem, resultando em diversos impactos socioambientais, principalmente o risco de vida aos habitantes da área. Uma peculiaridade que envolve as terras caídas ocorreu de forma gradativa na comunidade, que originalmente se situava as margens do Rio Urubu em terra de várzea, conforme ocorreu à perda de terras, os moradores foram se ajustando a nova realidade e modificando as suas casas para as partes mais

altas de terra firme onde hoje residem. Em relação à questão do espaço deve ser considerado também o contexto da territorialidade nesse ambiente, de acordo com Sternberg:

“O terreno hoje depositado amanhã poderá ser removido”, dessa maneira o morador da várzea se adapta constantemente devido a essa dinâmica estabelecendo sua territorialidade no Lugar e aproveitando as áreas mais férteis do terreno para a atividade agrícola. (STERNBERG,1998).

A terra firme é utilizada para o plantio de diversas culturas, a água utilizada para uso comum nas comunidades é retirada do Rio Urubu, através de bombas centrífugas. Observou-se árvores em algumas porções de terra, pois a técnica da coivara¹⁵ é utilizada pelos moradores que cortam e queimam a base das plantas, para cultivar culturas temporárias de subsistência, pois considerando a época de cheia e vazante o solo é lixiviado e os seus nutrientes são retirados, empobrecendo assim o cultivo futuro.

Esse sistema de rodízio da coivara faz com que o solo possa se regenerar, e trocar banco genético com outras plantas e proporcionar ao camponês-ribeirinho mecanismos para sua produção e reprodução. Assim sobrevive da pesca e agricultura no plantio de hortaliças diversas (Figura 15) (chicória, cebolinha, couve, alface, cheiro verde), que são vendidos no Mercado Municipal de Itapiranga/AM.

¹⁵ Segundo Witkoski, (2007:234), no Brasil, o sistema da coivara ou queimada, também conhecido com o cultivo swidden, é aquilo que podemos chamar de pousio de longa duração – que possui um conjunto de andares: em primeiro lugar, desbasta-se a terra ateando fogo na vegetação mais grossa e densa que fica exposta na superfície; depois, planta-se de maneira entremeada nos troncos que ainda sobrevivem, não necessitando a terra de nenhum tipo de adubação; a seguir, dependendo do tipo de terra que se tem no local onde foram procedidas a derrubada e a queimada, pode ser usado por um, dois, três ou mais anos; no momento seguinte, a terra é posta em descanso por um certo tempo – o que sempre depende da avaliação do camponês –, para que se reponha de sua fertilidade; enfim, com uma terra novamente fértil, o camponês volta a cultivá-la. Essa sucessão de passos é repetida com outras áreas da propriedade camponesa, até que o camponês mesmo volte à terra onde iniciou seu primeiro cultivo.

Figura 15. Tipologia das Casas e Produção Hortaliças na Comunidade São José da Enseada.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagens: Oliveira, 2018.

As comunidades tanto situadas na terra firme como na várzea possuem elementos do urbano, como a incorporação da energia elétrica¹⁶ que traz mudanças e uma dinâmica diferenciada no interiorano causando alteração na rotina, hábitos dos moradores, e na qualidade de vida, que embora continuem com as atividades de pesca, agricultura e meliponicultura, traz para o cotidiano dos camponeses-ribeirinhos novas informações.

Observou-se os elementos urbanos presentes na comunidade São José da Enseada (Figura 16), como uma motocicleta e uma antena parabólica, isso demonstra que os moradores têm conseguido elevar o seu padrão de vida em área rural, no momento da imagem vários membros de outras famílias camponesas estavam tecendo uma rede de pesca, é aparente a frequência de construção de casas e igrejas com tijolos de alvenaria.

¹⁶ Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica, o *Luz para Todos*, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, foi destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tivesse acesso a esse serviço público. O Decreto no 7.520, de 8 de julho de 2011, instituiu o Programa “LUZ PARA TODOS” para o período de 2011 a 2014, sendo prorrogado pelo Decreto no 8.387, de 30 de dezembro de 2014, até o ano de 2018 e mais recentemente prorrogado até o ano de 2022, conforme Decreto 9.357 de 27 de Abril de 2018. Disponível em <<http://www.eletronbrasamazonas.com/cms/index.php/institucional/programas-e-projetos/programa-luz-para-todos/>>.

Figura 16. Camponeses-ribeirinhos na comunidade São José da Enseada.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

Nas comunidades São José da Enseada e Santa Ana do Paraguai existem a liderança comunitária e administração própria, para conduzir conflitos internos e reivindicar melhoras nas localidades e comunidades.

O tradicional carnaval itapiranguense acontece todos os anos, com bandas nos bairros, blocos de rua e o espetáculo gira em torno da rivalidade dos principais blocos carnavalescos do município. No período de agosto a setembro ocorre os Festejos em Honra a Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do município. Com missas diárias, arraial, leilões, bingo, e atrações.

Atualmente comemora-se no dia 24 de julho e o município fica em festa (Figura 17) com programações diversas como: Feiras, jogos, shows, escolha da miss e míster, gincanas, competições esportivas, cavalos, rabetas, etc.

Figura 17. Festividades no município de Itapiranga/AM.



Imagens: Prefeitura Municipal de Itapiranga/AM. Org: Oliveira, 2018.

O município de Itapiranga é referência no Amazonas pelas aparições de Nossa Senhora Rainha do Rosário e da Paz, datada de 02 de maio de 1994, pelo confidente Edson Glauber e sua mãe Maria do Carmo. Todo o dia dois de cada mês, vários fiéis caminham em romaria ao santuário de Itapiranga, caboclos de vários municípios adjacentes são trazidos pela fé em Nossa Senhora e recebem as mensagens que são transmitidas por Edson cujo pedido é para a conversão das pessoas e a reza do rosário em família para se alcançar paz, no santuário há uma fonte milagrosa onde Nossa Senhora teria lavado seus pés e que a água possui o poder de cura.

As músicas e letras que entoam os festivais e canções do município contam nas entrelinhas a percepção dos filhos de Itapiranga sobre a natureza e as pessoas que vivenciam as mudanças lentas que ocorrem de tempos em tempos, registrando assim nas cantigas as memórias do lugar, que em suas vozes repetidamente se fixam nas gerações. No ano de 2016 durante o Carnapiranga a escola carnavalesca Mocidade Independente de Cajual que

foi o último bloco a se apresentar, homenageou o poeta itapiranguense Jucimar Barbosa com o tema: "Quem tem boca, bacaba e poesia vai a Europa. A história em verso e prosas do poeta itapiranguense Jucimar Barbosa", abaixo algumas letras do compositor e poeta referência no município.

Geração para Geração – 1992

Letra: Jucimar José de Araújo Barbosa

*Nosso boi é assim, é o boi surubim
Dançando pra você e pra mim
De geração para geração
Nosso boi urrou, e o povo cantou
A toada do meu boi
Folclore é cultura de um povo
Que traz a origem do lugar
Digo pedra vermelha
Uatumã, Enseada, Madrubá
E a mata verde dois pra lá, dois pra cá
Lendas de origem cabocla
Que falamos por aqui
Como a mandioca
Rio das Amazonas
Cunhantã e curumim
A vitória régia e o nosso boi surubim*

O Regatão – 1995

Letra: Jucimar José de Araújo Barbosa

*Sou regatão, eu regateiro
Sem temer o banzeiro pelo rio vou
navegar
Vou dar um tempo na fazenda da
Antoninha
Tomar café com farinha, na ribeira
trabalhar
Vou trocar, vou vender, vou comprar
Barracão, beiradão, o lugar da minha
clientela
De sitio em sitio vou negociar
Jacaré, pirarucu lá na casa da tia Zuzu
Barco, canoa, batelão, pelos rios da
região
Me orgulho de ser regatão.*

A relação física humana da geografia e a relação da dinâmica da Amazônia terra firme e várzea é muito intensa, onde os processos mudam rapidamente, repercutindo na vida dos camponeses-ribeirinhos. Se observa na organização espacial das comunidades de terra firme ou de várzea, destacando as que lidam com a atividade de meliponicultura, o quintal agroflorestal (QAF), de acordo com Almeida et.al. (2014) é um sistema tradicional de uso da terra amplamente empregado nas regiões tropicais, praticado por famílias que vivem em zonas rurais, periurbanas e urbanas, classificado como sistema agroflorestal (SAF), implantado nas áreas contíguas às residências, ou seja, no quintal.

A organização dos quintais florestais presentes em terra firme e terra de várzea é semelhante, com hortas suspensas (Figura 18) sendo este cultivo para autoconsumo e fins medicinais, abrigos para a criação de animais de pequeno porte como porcos, galinha caipira ou patos, área para atividades de lazer e convívio entre os camponeses-ribeirinhos (Figura 19), o manejo é

praticado por mulheres, as demais espécies que são cultivadas próximas a casa como as espécies frutíferas como o: mamão (*Carica papaya*), laranja (*Citrus sinensis*), camu-camu (*Myrciaria dúbia*), espécies medicinais: a andiroba (*Carapa guianensis*), mastruz (*Chenopodium ambrosoides* L), mangarataia (*Zingiber officinale* Roscoe), cidreira (*Lippia alba* (Mill.) N.E.Br), capim santo (*Cymbopogon citratus* (DC) Stapf), espécies condimentares: pimenta malagueta (*Capsicum frutescens*), pimenta de cheiro (*Capsicum chinense* Jacq.), cebolinha (*Allium fistulosum* L.), chicória (*Eryngium foetidum* L.), coentro (*Coriandru sativum* L.), a escolha das plantas é de preferência de cada família de acordo com a suas necessidades, para adubar se usa esterco de animais e cascas de frutas.

Figura 18. Horta suspensa na comunidade São José da Enseada na terra firme.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

Além do consumo familiar, as plantas condimentares e aromáticas contribuem para a diversificação e geração de renda, pela comercialização da produção excedente. Dessa forma, tornam-se um fator de complementação da renda dos pequenos agricultores rurais da região Amazônica. Em outro aspecto, é importante ressaltar que a produção de plantas aromáticas e condimentares, assim como de outras espécies de ciclo curto, cultivadas em áreas de várzea da Amazônia, varia de acordo com a

sazonalidade dos rios, ocorrendo em quatro ciclos distintos, com subida e descida das águas, determinando as condições de enchente, cheia, vazante e seca (FRAXE, 2011).

Figura 19. Quintal agroflorestal na comunidade Santa Ana do Paraguai na terra de várzea.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagens: Oliveira, 2018.

Nas comunidades de terra firme e terra de várzea se percebe a estrutura da energia elétrica, pois a chegada da energia pode alterar significativamente o cotidiano dessas populações e influencia no tempo de trabalhos dos camponeses, no tempo de plantar e colher, por exemplo, se o indivíduo tem a televisão durante todo o tempo, uma parte do tempo que ele iria dormir mais cedo acaba (antigamente falava-se que no interior se dormia 7h da noite para acordar 4h da manhã para a alvorada) e com a chegada da energia esse processo é alterado porque se vai conviver com a novela, os filmes, o futebol, e com a absorção de todos esses conteúdos se agrega valores que antes eram tipicamente urbanos.

Além disso a questão do alimentação pode mudar pela aquisição de eletrodomésticos para conservar alimentos, e assim o indivíduo se insere no circuito urbano e passa a ter alterações na sua alimentação, se isso é bom ou ruim não se pode mensurar, não devemos ter essa visão do urbano sobre o outro, são valores que se alteram, é importante se verificar como ocorrem esses processos em que mudam o cotidiano das pessoas e

populações, o urbano tem um tempo totalmente acíclico e cronológico do relógio, no interior o tempo é cíclico e ecológico, observando essa questão do ponto de vista geográfico relacionando com a geografia física, não se pode desvincular a dinâmica do rio da organização sócio-espacial.

Segundo Barbosa (2017), diante das diversas políticas de desenvolvimento implantadas na Amazônia, os camponeses aqui existentes acumularam saberes, conhecimentos dos diversos ecossistemas amazônicos nas suas mais diversas formas de re (existir), como estratégias de sobrevivência e permanência na região, Becker afirma sobre a importância desses sujeitos presentes nas regiões interioranas do Amazonas,

As práticas sociais desenvolvidas na Amazônia são condição crucial da pesquisa in situ: são fontes de informação por seu saber local, facilitam o acesso a matrizes genéticas e protegem a biodiversidade mediante formas diversificadas de sua utilização. (Becker, 2006, p. 42).

Levando em consideração as peculiaridades da Amazônia no período de vazante e cheia dos rios, realizando a dinâmica de interação de realidades que fazem contato constante com estes camponeses-ribeirinhos, que promovem diversas ocupações e formas de viver, fazendo parte do ecossistema como um agente de retroalimentação, pois praticando a atividade de meliponicultura trazem de volta o equilíbrio perdido com a mudança climática e retribuem a floresta o afago e a continuidade da vida.

Para melhor compreender como a atividade de meliponicultura está presente nos municípios do Estado do Amazonas e como se organiza no município de Itapiranga, irá se explorar adiante no capítulo 2 sobre o arranjo da sócio espacialidade pelos camponeses-ribeirinhos, e descrever esse trabalho desenvolvido pela Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas, e demonstrar a dinâmica do uso da terra em áreas de várzea e terra firme.

II CAPÍTULO

A ORGANIZAÇÃO SOCIO ESPACIAL DA ATIVIDADE DE MELIPONICULTURA

2.1 – Historização da atividade de meliponicultura no Estado do Amazonas

As abelhas sem ferrão ou melíponas são espécies nativas das regiões tropicais. No Brasil, eram bastante comuns até a introdução das espécies *Apis mellifera*, das variáveis europeias e africanas, que passaram a dominar a produção nacional de mel. A meliponicultura é uma atividade sustentável, que auxilia na preservação das espécies vegetais e no equilíbrio biológico nos diferentes biomas brasileiros. Essa atividade é praticada por camponeses-ribeirinhos nas comunidades interioranas no Estado do Amazonas, assim como em assentamentos e cooperativas.

Para Nogueira-Neto (1997) “Os Meliponíneos são as abelhas indígenas sem ferrão em que a sua criação constitui a Meliponicultura”. Uma das espécies que presentemente vive na Federação Brasileira é a *Apis mellifera*, introduzida no Brasil em 1839 pelo Padre Antonio Carneiro, em colônias vindas do Porto, em Portugal (Francisco Antonio Marques, 1845 p.1-2). Essas abelhas foram criadas primeiro na Praia Formosa, no Rio de Janeiro. Segundo Nicolau Joaquim Moreira (1878, in "O Auxiliador da Indústria Nacional"), também Paulo Barbosa e Sebastião Cordovil de Siqueira e Mello participaram dessa iniciativa. De acordo com Candido de Jesus Marques (1859) 100 colônias foram embarcadas, mas dessa viagem sobreviveram somente sete colônias, que foram instaladas na Praia Formosa, no Rio de Janeiro.

A criação racional de abelhas sem ferrão passou a ser denominada de Meliponicultura a partir da proposição de Nogueira-Neto (1953), para diferenciar da técnica de criação racional de abelhas com ferrão, conhecida como Apicultura.

A biodiversidade de abelhas no mundo todo é muito grande, são conhecidas cerca de 20.000 espécies (ITIS 2018). Destas, a grande maioria tem hábitos solitários, e cerca de 1.000 espécies são sociais.

O Brasil é muito rico em espécies de abelhas sem ferrão ou melíponas, espécies nativas que já eram bastante manejadas antes da colonização europeia, até a introdução das espécies *Apis mellifera*, das variáveis europeias e africanas, que passaram a dominar a produção nacional de mel.

Os meliponíneos estão presentes na maior parte das regiões tropicais e subtropicais de todo o mundo (Michener, 1974), além de desempenharem uma função importante na manutenção de diferentes ecossistemas, sendo consideradas como principais responsáveis pela polinização de árvores dependendo da área geográfica considerada (Kerr *et al.*, 1999).

Além dos serviços prestados ao meio ambiente, os meliponíneos também fornecem mel e pólen de sabores inigualáveis, apreciados tanto no mercado brasileiro como no mercado internacional. Povos tradicionais também estão aprendendo a utilizar essas abelhas de maneira racional e dessa forma estão contribuindo para o crescimento da meliponicultura no Estado do Amazonas seguindo o exemplo de outras iniciativas em diferentes regiões do Brasil (Kerr *et al.*, 2001).

A atual configuração das políticas agrícolas na Amazônia, ainda segue um modelo não adaptado às condições ambientais da região. Este aspecto é determinante para a permanência do homem no campo. O elevado nível de burocracia estabelecida na busca pelo acesso ao crédito e regularização fundiária, além da baixa capacidade dos sistemas de assistência técnica dificulta o desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais amazônicas. (Cavalcante, 2009, s.p.).

Faz-se necessário o estabelecimento de tecnologias que levem em consideração o potencial ambiental e de biodiversidade local, com impacto ambiental mínimo, baixo custo de implantação e acessibilidade ao mercado, esses fatores podem determinar a permanência do agricultor familiar. Mas o saber da técnica que o camponês carrega no seu seio familiar faz com que prossiga na sua reprodução aplicando assim novas estratégias de estabilidade no campo e desenvolvendo autonomia sobre as práticas mais

diversas de suas atividades para o sustento familiar e o suprimento de suas necessidades, pois a meliponicultura auxilia no incremento da renda familiar e conservam essas abelhas para o equilíbrio do ecossistema amazônico. (CAVALCANTE et.al., 2009).

Os camponeses-ribeirinhos em suas relações com a terra praticam as mais diversas atividades entre a pesca, agricultura, artesanato e no momento presente, a meliponicultura. Para Bustamante et.al. (2016), o Estado do Amazonas possui a maior área de florestas do Brasil onde ocorrem inúmeras espécies de abelhas sem ferrão, algumas ainda desconhecidas da comunidade científica, havendo a necessidade de levantamentos da fauna meliponícola para elevar o conhecimento sobre o manejo, as plantas que podem beneficiar as abelhas e as boas práticas de colheita de mel e pólen das espécies de meliponíneos no Amazonas.

A atividade de meliponicultura é a criação de abelhas indígenas sem ferrão. Melipona é uma palavra que representa um dos gêneros de abelha comum na Região Amazônica, cultura significa a criação e o cuidado para com essas abelhas. Segundo Carvalho-Zilse et.al. (2012), as abelhas fazem parte da vida humana desde as civilizações mais antigas fornecendo alimento e materiais úteis ao homem. Estima-se que existam mais de 20 mil espécies de abelhas no mundo sendo em sua maioria abelhas solitárias, ou seja, abelhas que não formam colônias sociais.

De acordo com Macedo et. al. (2017), a criação racional (Figura 20) apresenta-se como viável para exploração racional e econômica adequada à espécie, com design avançado que facilita o manejo e extração do mel, a exploração dos produtos da colmeia como fonte de renda e a preservação de espécies (VILLAS-BÔAS, 2012).

Figura 20. Meliponário na terra de várzea na comunidade Santa Ana do Paraguai.



Imagem cedida por: Antonilson Rodrigues, s/d.

Acrescenta Carvalho-Zilse et.al. (2005), que os índios, caboclos e outros povos que vivem na Amazônia costumam extrair mel dos ocos dos paus. Às vezes, criam abelhas sem ferrão em cabaças, cortiços (Figura 21), ou até mesmo nos locais onde elas fazem seus ninhos. Para retirar o mel, as colmeias são praticamente destruídas e as abelhas têm muito trabalho para refazer suas moradias e produzir novamente. Isso prejudica a produção e pode até matar a colônia, a percepção de conhecimento dos camponeses-ribeirinhos em relação à fauna de abelhas apícolas já se faz presente.

Segundo Lima et. al. (2017), a forma de criação é distinta entre os meliponicultores, no entanto, verifica-se que há aqueles que a mantêm de forma tradicional optando pela manutenção das abelhas em “cortiços”, nomenclatura utilizada para designar troncos de árvores com diâmetro e tamanho específico para o desenvolvimento dos ninhos das abelhas de acordo com as espécies. Outros optam por caixas mais tradicionais, que em sua maioria apresenta apenas um compartimento, assemelhando-se às estruturas encontradas na natureza. Por fim alguns preferem a utilização de caixas racionais, que apresentam várias subdivisões internas com a finalidade de

melhorar o desenvolvimento dos enxames, aumentar a produção de mel e facilitar o manejo.

Figura 21. Cortiço para a criação de abelhas sem ferrão.



Imagem: Johannes van Leeuwen. s/d.

Borges (2011) ressalta que a meliponicultura é uma atividade de positivo retorno econômico e ecológico, que ainda pode ser intergrada a plantios florestais e agrícolas, contribuir para o reflorestamento de áreas desmatadas e aumento quantitativo da produção agrícola. Isto porque, além da produção de mel, as abelhas sem ferrão desenvolvem papel significativo na polinização¹⁷ de culturas agrícolas, sendo considerada por muitos estudiosos como importantes polinizadores efetivos. Esses aspectos mostram que a meliponicultura pode ser uma excelente proposta de desenvolvimento sustentável para agricultura familiar da região amazônica.

De acordo com Carvalho-Zilze et. al. (2012), a polinização possibilita que as plantas produzam sementes que darão origem a novas plantas. Estas sementes podem ainda ser transportadas, sendo assim dispersas pelas abelhas, favorecendo ainda mais o sucesso reprodutivo da planta.

Em meados do ano de 1998, foram iniciadas através de vários experimentos para conseguir um modelo de colmeia que facilitasse o manejo, a divisão de colônias e a produção de mel. Estes estudos culminaram na elaboração de um método para divisão controlada de colônias de abelhas nativas, denominado “Divisão de uma colônia de Jupará” naquele momento denominada *Melipona compressipes manaosensis* e atualmente, denominada

¹⁷ Carvalho-Zilze et. al. (2012:11), é o transporte de grãos de pólen da parte masculina (estames) de uma flor para a parte feminina (estigma) da mesma ou de outra flor.

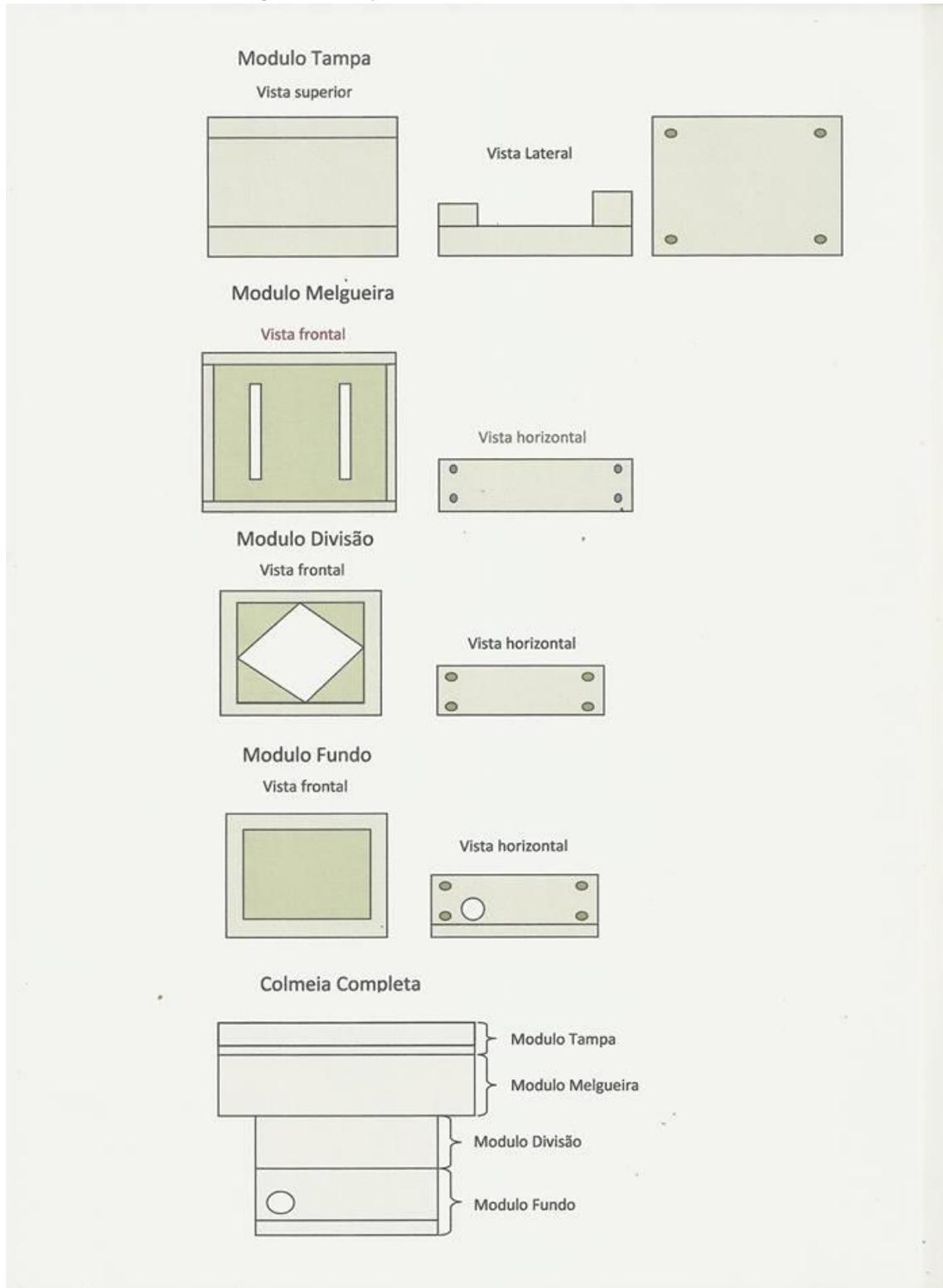
Melipona interrupta, usando uma colmeia modelo Fernando Oliveira (OLIVEIRA, F.; KERR, W. E. 2000).

O modelo de caixa-padrão empregado na meliponicultura é resultado de esforços de vários pesquisadores para o desenvolvimento de um ambiente que reproduzisse as mesmas condições encontradas na floresta (NOGUEIRA-NETO, 1997; BUSTAMANTE *et. al.*, 2008). Trata-se de uma caixa alçada, quadrada, verticalizada, formada pela junção de quatro partes (fundo ou ninho, sobreninho, melgueira e tampa). O modelo de caixa adotada permite a aplicação do método de divisão com “perturbação mínima” que consiste na formação de novos enxames, a partir da manipulação da alça do sobreninho, entre duas caixas-padrão (BUSTAMANTE *et. al.*, 2008).

Segundo o depoimento de A. O. R. (35 anos), os técnicos (Fernando Oliveira e Elizangela Cunha) do Projeto Iraquara (que antecedeu a Associação), realizaram cinco cursos no município de Manaus, com o intuito de disseminar a meliponicultura. Visto que o método adotado era ideal, optaram por implementar o programa em um município do interior do Estado do Amazonas.

Em 2001, com o apoio da Prefeitura de Boa Vista do Ramos, iniciou-se o programa de meliponicultura local com as seguintes atividades: transferência de colônias de abelhas para a colmeia modelo Fernando Oliveira (Figura 22), capacitação das famílias camponesas-ribeirinhas e fundamentalmente, assistência técnica periódica aos meliponicultores locais. Em paralelo a estas atividades os técnicos continuaram a desenvolver seus experimentos para adaptar as colmeias racionais aos métodos e procedimentos de manejo, divisão de colônias e produção de mel, chegando à definição de espaços mínimos necessários para as espécies criadas.

Figura 22. Layout da colmeia modelo Fernando Oliveira.



Fonte: Pesquisa de campo APAMEA, 2018.

Segundo Silva (2006), no ano de 2001, o então Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Prof. Dr. Warwick Estevam Kerr, recebeu alguns representantes de diferentes etnias indígenas e, em especial, os Ticuna e Saterê Mawé que demonstraram grande interesse em aprender as técnicas de manejo na meliponicultura para que pudessem obter fonte de alimento alternativa, melhorar sua renda ou mesmo, resolver problemas específicos como o aumento da polinização do guaraná (*Paullinia cupana* Ducke) no caso dos Saterê Mawé. Numa expedição ao Rio Andirá, em área indígena Saterê Mawé, foi possível identificar algumas colônias de *Lestrimelitta* sp., espécie de abelha ladra que faz pilhagem de materiais (cera, alimento, etc.), prejudicando às outras espécies de abelhas sem ferrão, que estavam sendo criadas em caixas racionais (Coletto- Silva *et. al.*, 2001).

Complementa Silva (2006), nesse relato fica evidente como a falta de conhecimento pode trazer prejuízos à meliponicultura, sendo fundamental o papel dos pesquisadores envolvidos na expedição, que orientaram os índios para não obterem e nem criarem esse tipo de abelha. Tais fatos representam alguns exemplos de avanços e oportunidades para implantação de projetos que tenham como objetivo o desenvolvimento da meliponicultura com conseqüente preservação e conservação das espécies de abelhas nativas, e espécies vegetais por elas polinizadas.

Logo no ano de 2002, foi estabelecida uma parceria com o governo do Estado do Amazonas e cinco polos de meliponicultura foram iniciados, são eles: Carauari, Iranduba, Manacapuru, Benjamin Constant e Tabatinga, que receberam a assessoria e planejamento de técnicos APAMEA até o ano de 2005.

A partir de abril de 2005, com o apoio da Petrobras, Programa Petrobras – Fome Zero, seis municípios foram apoiados para a implantação de polos de meliponicultura, são eles: municípios de Barreirinha, Parintins, Nhamundá, Urucurituba, São Sebastião do Uatumã e Urucará. As ações nestes municípios passaram por mobilização comunitária para a escolha das áreas, prospecção para o levantamento do potencial ambiental, capacitação de

coordenadores, monitores e comunitários, transferência de colônias, ampliação de meliponários e divisão de colônias. Foi realizada pela Apamea uma estimativa que ao final de 12 meses, período do projeto, já havia atingido 120 famílias e o manejo de 400 colmeias, que estavam em processo de reprodução por mais 12 meses, até cada família alcançar um número mínimo de 15 colmeias e a produção de mel.

No município de Itapiranga a Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas chegou no ano de 2006, para trabalhar, desenvolver e disseminar programas de meliponicultura junto aos camponeses-ribeirinhos. A formação da associação se inicia através de vários experimentos para conseguir um modelo de colmeia que facilitasse o manejo, a divisão de colônias e a produção de mel. Estes estudos culminaram na elaboração de um método para divisão controlada de colônias de abelhas nativas¹⁸, denominado “Divisão de uma colônia de Jupará (*Melipona compressipes manaosensis*) usando-se uma colmeia e o método Fernando Oliveira” (OLIVEIRA, F.; KERR, W. E., 2000), utilizado pelos camponeses-ribeirinhos (Figura 23).

Figura 23. Recebimento e troca das caixas racionais na comunidade Santa Ana do Paraguai.



Imagens cedidas por: Antonilson Rodrigues, s/d. Org: Oliveira, 2018.

¹⁸ Carvalho-Zilze et. al. (2012:50), colônia ou colmeia: conjunto de abelhas que vivem em sociedade com divisão de trabalho num mesmo ninho. É comum usar o termo colmeia para designar também a caixa de madeira onde se cria as abelhas.

Em 2007, com a articulação da Rede de Tecnologia Social, a APAMEA implementou polos de meliponicultura nos seguintes municípios, Anorí, Berurí, Codajás, Silves e *Itapiranga*, com acompanhamento técnico garantido até junho de 2008. Paralelo a todas as atividades anteriores sempre a Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas trabalhou junto ao Ministério da Agricultura para adquirir o S.I.F (Serviço de Inspeção Federal) e o Registro para a venda do mel de abelhas nativas sem ferrão no Brasil, destacando que no início do ano de 2009, depois de muita luta, a associação em parceria com a Amazon Ervas, conseguiu o primeiro registro de mel de abelhas nativas sem ferrão do mundo, na ocasião foi vendido uma tonelada e meia de mel.

Segundo Silva (2006), no Brasil a meliponicultura, como atividade, sofre ainda os efeitos da falta de tecnologias, conhecimentos científicos sobre a biologia geral das espécies e, principalmente, a ausência de uma legislação pertinente as suas necessidades. Embora existam esforços de alguns grupos, associações ou mesmo iniciativas isoladas para forçar a legalização da meliponicultura no país, atualmente, quem se envolve nessa atividade, seja por pesquisa, hobby ou subsistência, não está livre de sofrer sanções das autoridades e órgãos ligados ao meio ambiente.

Atualmente a Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas trabalha dentro de um planejamento estratégico que tem como missão implementar e apoiar novos polos de meliponicultura no Estado do Amazonas e em todo o país, garantindo preservação ambiental, trabalho e renda para as atuais e futuras gerações.

Desde o ano 2006 a APAMEA desenvolve o projeto de meliponicultura local no município de Itapiranga, onde se realiza o suporte técnico, tanto na gestão como na coordenação e execução do programa de meliponicultura em parceria com o STRI (Sindicado Dos Trabalhadores Rurais de Itapiranga) e as 40 famílias camponesas-ribeirinhas, oportunizando a melhoria de vida, renda e trabalho para essas famílias. E em consequência à preservação dos ecossistemas locais, com o objetivo de potencializar como

importante estratégia voltada para a sustentabilidade das famílias meliponicultoras no município.

De acordo com Gemim e Silva (2017), considerando a busca por um modelo sustentável de produção familiar baseado no respeito à agro biodiversidade, a meliponicultura se apresenta como uma atividade ideal junto aos Saf's (Sistema Agro Florestal). Visto que a criação de abelhas nativas sem ferrão pode contribuir para o aumento da produção de alimentos e para a perpetuação das espécies naturais, através da polinização, aumentando a renda dos agricultores por meio da venda de mel e outros subprodutos, garantindo também a segurança alimentar e nutricional das famílias.

Segundo Pessoa (2002, s.p., apud REIS, 2011, p.14) o homem faz parte do meio ambiente em que vive, tirando dele sua fonte de alimento, seu sustento e sua diversão. Além disso, a meliponicultura é um instrumento importante para a qualidade de vida dos habitantes do interior, pois à medida que começa a produção, gera uma renda alternativa por meio da comercialização do mel, subprodutos e das colmeias. Os caboclos passam a utilizar com mais frequência o mel na alimentação e na medicina caseira.

Em meados do ano de 2016, vários camponeses que trabalham com a atividade de meliponicultura no Estado do Amazonas, cientistas e instituição ligadas a atividades com abelhas indígenas sem ferrão, dos municípios (Manaus, Boa Vista do Ramos, Manacapuru, Iranduba, Tefé, e Itacoatiara), se reuniram para formular uma legislação com o objetivo de regulamentar a produção de mel por abelhas sem ferrão. Segundo a Assessoria de Comunicação do INPA o "Grupo de Pesquisas em Abelhas (GPA) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTIC), que realiza um trabalho que atinge cerca de 15 mil meliponicultores na região, ajudou a formular a legislação proposta pelo deputado estadual Dermilson Carvalho das Chagas filiado na época ao Partido Ecológico Nacional (PEN)."

Nesse sentido através da mobilização social de lutas das pessoas envolvidas com a atividade entre cooperativas, associações, produtores rurais, pesquisa científica e acadêmica com a meliponicultura, políticas públicas de promoção e visibilidade para a garantia e mudanças na legislação do Estado do Amazonas foram reivindicadas (Figura 24), pois produtores relataram em uma audiência pública trabalhar de maneira clandestina e problemas no acesso do crédito rural, pela legislação aplicada ser inadequada aos anseios propostos. Neste contexto partiram para o enfrentamento das barreiras para a criação desta política estadual para a manipulação, conservação e beneficiamento do mel de abelha sem ferrão.

Figura 24. Reivindicação de política pública estadual na Assembleia Legislativa do Amazonas.



Fonte: Acervo Inpa e Felipe Augusto/Aleam. s/d.

No contexto regional amazônico a luta através das mobilizações sociais que surge de uma demanda única para atender determinados anseios de um grupo é válida e todos se beneficiam. Durante anos se acompanha a luta das pessoas que lidam com as abelhas indígenas sem ferrão no Brasil e em especial no Amazonas do qual trata esse estudo, são demandas que pelas políticas públicas tomam forma e são implementadas das intenções as ações para atender um único anseio das categorias: meliponário comercial, meliponário científico e educativo e meliponário de lazer (hobby) e polinização. No marco temporal legislativo (Quadro 3), se observa as conquistas das mobilizações no Estado do Amazonas a favor da meliponicultura.

Quadro 3. Marco temporal legislativo sobre abelhas.

MARCO TEMPORAL LEGISLATIVO	
Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000 - MAPA. *Regula a identidade e qualidade do mel e restringe as melíponas.	Considerando a necessidade de padronizar o processamento dos produtos de origem animal, visando assegurar condições igualitárias e total transparência na elaboração e comercialização destes produtos, resolve: Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel, conforme o Anexo a esta Instrução Normativa.
Resolução nº 346/2004 do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente).	Prevê a utilização das abelhas silvestres nativas e vendas, aquisições, guardas, manutenção e utilização das abelhas e seus produtos somente de criadouros autorizados pelo órgão ambiental competente em caso de meliponários com menos de 50 colônias.
Lei nº 3.785/2012, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental do Amazonas.	Licença Ambiental Única – 3702 - Criação e comercialização de fauna e silvestre nativa e exótica, partes, produtos e subprodutos. *Não incluía a atividade na categoria de animais silvestre, o que eleva a taxa a ser paga. Atividades com animais silvestres levam em consideração o número de animais e não colônias.
Portaria ADAF nº 253 de 31 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas no dia 1º de novembro de 2016.	Aprova o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel de Abelha Social Sem Ferrão, conforme anexo a esta Portaria, com aplicação em todos os estabelecimentos processadores e/ou manipuladores de produtos das abelhas sociais sem ferrão e derivados registrados sob a égide do Serviço de Inspeção Estadual.
Lei 4.438/16, efeitos a partir de 16.1.2017. * Código LAU 3709 acrescentado.	Art.5º. § 4º Ficam isentas do pagamento de Taxa de Licenciamento Ambiental no âmbito do Estado do Amazonas, as entidades que tenham atividades voltadas para a reciclagem de resíduos, bem como as atividades relativas aos códigos 3704, 3705, 3706, 3707, 3708 e 3709, previstos no Anexo I desta Lei. LAU 3709 - Criadouro de abelhas silvestres nativas sociais para fins de comercialização de colmeias, partes, produtos e para consumo próprio e familiar.
Instrução Normativa (IN) nº 02/2017 – IBAMA - MMA, publicada no Diário Oficial da União no dia 10 de fevereiro de 2017.	Instrução Normativa que estabelece diretrizes, requisitos e procedimentos para a avaliação dos riscos de ingredientes ativos de agrotóxicos para insetos polinizadores.
Resolução CEMAAM (Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas) órgão da SEMMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente) Nº 22 DE 03/04/2017, publicado no DOE - AM em 20 de abril 2017.	Estabelece normas para a criação, manejo, transporte e comercialização de abelhas sem ferrão (meliponídeos) e seus produtos e subprodutos no Estado do Amazonas e dá outras providências.

Fonte: Pesquisa de campo. Organização: Oliveira, 2019.

2.2 – Iniciação da Associação e parcerias

Os camponeses-ribeirinhos possuem contato com a atividade de meliponicultura desde o ano de 2006 no município de Itapiranga/AM, com a instalação da Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas, voluntariamente e de forma gradativa as quarenta famílias foram se integrando (Quadro 4) e compondo o número de associados no município.

A introdução da atividade de meliponicultura se deu através de reuniões com os moradores para que de livre e espontânea vontade se tornassem associados, pois o interesse desses camponeses ao adentrar a este projeto foi principalmente a motivação econômica, visto que não teriam custos com a manutenção dos meliponários, apenas benefícios e essa nova atividade não impediria de desempenhar outros trabalhos como a pesca ou o roçado, por exemplo, e assim complementariam as necessidades básicas da sua família.

A APAMEA participa da formatação do processo junto ao Ministério da Agricultura para a construção do primeiro entreposto para mel de meliponíneos, já constituiu parceira com a Amazon Ervas de Manaus, e a Fundação Daniel Dazcal, para a terceirização da então produção de mel da safra de 2005, com o uso do S.I.F.¹⁹ da Amazon Ervas, que no caso desta empresa é para mel de Apis e não de melíponas.

A Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas é uma organização não governamental, que acessa

¹⁹ O Serviço de Inspeção Federal, conhecido mundialmente pela sigla S.I.F. e vinculado ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA é o responsável por assegurar a qualidade de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis destinados ao mercado interno e externo, bem como de produtos importados. Atualmente, o SIF tem atuação em mais de 5 mil estabelecimentos brasileiros, todos sob a supervisão do DIPOA. O selo surgiu quando foi editado o primeiro regulamento para a criação do serviço de inspeção dentro dos estabelecimentos processadores. Até receber o carimbo do SIF, o produto atravessa diversas etapas de fiscalização e inspeção, cujas ações são orientadas e coordenadas pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/Mapa). Todos os produtos de origem animal sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento são registrados e aprovados pelo S.I.F. visando garantir produtos com certificação sanitária e tecnológica para o consumidor brasileiro, respeitando as legislações nacionais e internacionais vigentes.

serviços com os órgãos para licenciamento ambiental pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), cuja atividade: criadouro de abelhas silvestres nativas sociais para fins de comercialização de colmeias, produtos e para consumo próprio e familiar, inserido pela Lei nº 4.438/17. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para a atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre - criação comercial, todos os camponeses-ribeirinhos possuem autorização para o manejo de 49 caixas racionais.

Quadro 4. Integração de camponeses-ribeirinhos a APAMEA.

Ano	Comunidades	Número de Famílias
2006/2007	São José da Enseada/ Ilha Grande/Santa Maria do Madrubá.	15
2008	São José da Enseada/ Ilha Grande/Santa Maria do Madrubá	20
2009/2010	Terra Nova	25
2011/2013	Santa Ana do Paraguai	30
2014/2016	Santa Ana do Paraguai	35
2017/2018	Zona Periurbana	40

Fonte: APAMEA e Pesquisa de campo. Org: Oliveira, 2018.

Todos os camponeses-ribeirinhos ainda não possuem autorização do órgão ambiental competente como previsto na Resolução nº 346 do CONAMA, no entanto, se amparam no § 2º do Art. 5º deste mesmo instrumento pelo fato de possuírem menos de cinquenta colônias destinadas à produção artesanal de abelhas nativas em sua região geográfica de ocorrência natural. Entretanto, com o aumento gradativo do número de famílias envolvidas na meliponicultura como pode ser visualizado no Quadro 04, bem como do número de colônias por família, a APAMEA está buscando o Cadastro Técnico Florestal - CTF para os meliponicultores com mais de 50 colônias e a regularização dos meliponários junto ao IPAAM.

Embora muito burocrático e até que as novas regras a serem estabelecidas pelo CONAMA entrem em vigor, esses procedimentos vão auxiliar a retirar da clandestinidade os criadores de abelhas sem ferrão, fortalecendo uma cadeia que tem crescido e se estruturado cada vez mais, pois na legalidade, os meliponicultores terão todos os direitos garantidos, com isso,

facilitando acesso a crédito e aos selos de certificação para comercialização de seus produtos.

Todas as famílias são cadastradas pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) e possuem a Carteira do Produtor Rural, que é um benefício do governo do Amazonas destinada exclusivamente para pessoa física que exerça a atividade de produção rural. É regulamentada pela Lei Estadual nº. 2.826 de 29 de setembro de 2003, o objetivo é incentivar o desenvolvimento rural sustentável, para que o setor primário se desenvolva. Também tem o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapiranga (STRI), com a representação e o apoio nas articulações de logística e desenvolvimento das atividades de campo.

Para ajudar a desenvolver estas atividades com mais rapidez, se faz necessário novos investimentos como a manutenção dos meliponários, prestar assistência técnica, coletar e envasar o mel dentro dos padrões de higiene estabelecido pelo Ministério da Agricultura e ampliar um laboratório para envase e beneficiamento do mel das safras. Com as realizações dessas atividades se afirma que essas quarenta famílias camponesas contribuirão para a geração de renda, criação de oportunidades de trabalho e conseqüentemente a conservação dos ecossistemas locais e entorno.

Atualmente a Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura, possui uma parceria com a Fundação Amazonas Sustentável e o Fundo Amazônia/BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), pois como a associação é uma organização não governamental, buscou investimento através do Edital “Floresta em Pé”, que é uma iniciativa estimulante aos arranjos produtivos sustentáveis nas comunidades ribeirinhas, promovendo o empreendedorismo de base comunitária, a conservação ambiental e modelos inovadores de desenvolvimento, fortalecendo associações de base e cooperativas, criando mecanismos financeiros para o fortalecimento da economia local, e proporcionando investimentos em infraestrutura social comunitária no Estado do Amazonas.

A iniciativa prevê recursos para financiamento no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para cada empreendimento entre

2017 e 2019, além de assistência técnica, capacitações em elaboração e gestão de projetos, e encontros periódicos para a troca de experiências. Os recursos do Edital são provenientes do “Programa Bolsa Floresta (+): redução do desmatamento por meio do associativismo, renda sustentável e monitoramento de resultados socioeconômicos” apoiados pelo Fundo Amazônia/BNDES, em um montante total de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

De acordo com Aragon et. al. (2017), a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Fundo Amazônia, criaram e organizaram a chamada de propostas de apoio a projetos de arranjos produtivos sustentáveis em áreas de entorno, preferencialmente e mosaicos de áreas protegidas e corredores ecológicos no Amazonas.

A chamada do edital publicado teve por finalidade selecionar parceiros (Organizações de direito privado, sem fins lucrativos, formais e regulares, como associações comunitárias, Organizações da Sociedade Civil, cooperativas e outras, com atuação dentro e em áreas de entorno, mosaicos de áreas protegidas e corredores ecológicos no Amazonas), que colaborem com o incentivo aos arranjos produtivos sustentáveis, o empreendedorismo de base comunitária, o fortalecimento das associações de base criando mecanismos financeiros mais duradouros para os investimentos em infraestrutura social comunitária, bem como contribuir para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Complementa Aragon et. al. (2017), a estratégia adotada no edital decorre do reconhecimento de que o controle do desmatamento e degradação na Amazônia está associado, entre outros aspectos, à redução da vulnerabilidade social e ao fomento às alternativas econômicas sustentáveis.

Outro fator que justifica a complementação de programas voltados para a meliponicultura é que na região já se faz presente à criação em colmeias racionais, onde as famílias ribeirinhas já receberam capacitação para manejar as colmeias segundo um calendário de desenvolvimento onde a compreensão da biologia das abelhas é de muita importância para alcançar um

nível de desenvolvimento das colônias e ter uma boa produção no final de cada safra.

A APAMEA (Figura 25) descreve alguns benefícios ao se trabalhar com as abelhas nativas sem ferrão, como: geração de renda para as populações de comunidades tradicionais, incentivo a preservação das espécies por meio de técnicas de manejo, manter a floresta em pé por que fazem 95% da polinização das plantas frutíferas dos pomares das famílias aumentando a qualidade dos frutos, pois 30% das plantas sem as abelhas nativas não sobreviveriam.

Figura 25. Sede da APAMEA e “entreposto”.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

Todas as etapas de manejo são ministradas com os devidos acompanhamentos técnicos junto aos camponeses-ribeirinhos alcançando um nível maior de conhecimento para que possam executar as atividades para o bom desenvolvimento do projeto. Dependendo do calendário proposto são realizadas as atividades de acordo com o desenvolvimento das colônias, o calendário é elaborado pelo coordenador técnico e repassado para as famílias executarem as atividades de acordo com as normas estabelecidas.

A associação também busca parcerias com empresas que apoiam práticas sustentáveis na região, no ano de 2018 firmou vínculo com a empresa Mil Madeiras Preciosas pertencente ao Grupo Precious Woods (PW)

que fundamenta suas atividades nos princípios da sustentabilidade, é uma corporação empresarial de capital aberto, com ações comercializadas em Zurique-Suíça. As atividades da empresa Mil Madeiras são desde a colheita, através do manejo florestal, até o processamento da madeira em sua própria indústria, que possui Manejo Florestal certificado, a madeireira possui Certificação FSC®: Certificação que tem como objetivo promover a gestão florestal responsável, salvaguardando as funções econômicas, ambientais e sociais das áreas florestais, e Certificação FSC/COC²⁰: Certificação de cadeia de custódia, onde se atesta a origem correta do produto através de sua rastreabilidade, no caso de madeira, desde a tora colhida até o produto final ao consumidor.

A busca desta parceria surgiu após um levantamento realizado pelos membros da associação junto às comunidades que verificaram uma grande demanda para a troca das caixas racionais, pois uma grande quantidade já havia sido deteriorada pelas chuvas com o encharcamento ou a ação de cupins (*Isoptera*), ou tamanduás (*Myrmecophaga tridactyla*) que estavam destruindo as caixas racionais à procura de alimento.

Segundo o relato da camponesa V. M. C. (53 anos), os meliponários estavam regularmente sofrendo com constantes ataques de tamanduás, que destruíram grande parte do meliponário localizado na Comunidade São José da Enseada em sua propriedade e de outros vizinhos, que com o passar do tempo foi aumentando, atraindo mais tamanduás ao redor que procuravam alimento, trazendo também seus filhotes, eles gastaram com a proteção do meliponário, com o aumento da cerca e arames farpados para impedir a entrada, mas espertos estes animais subiam pela árvore e pulavam, destruindo e derrubando as colmeias. Neste contexto, mesmo tendo suas respectivas colônias atacadas os meliponicultores não utilizaram qualquer tipo de armadilha para ceifar a vida do animal.

²⁰ Forest Stewardship Council (FSC) é uma organização independente, sem fins lucrativos, não governamentais criadas para apoiar o manejo ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável das florestas do mundo. É uma certificação florestal acompanhada de técnicas contra o desperdício de recursos florestais. Pertencente ao Conselho e Manejo Florestal, identifica produtos que contem madeira proveniente de florestas bem manejadas, sejam elas nativas ou plantadas.

Assim foram encomendadas as doações para a associação em parceria com a empresa Mil Madeiras que doou as colmeias-padrão totalmente prontas para instalação no meliponário, que compõe em cinco partes: tampa, melgueira, sobreninho, ninho, lixeira. (Figura 26).

Figura 26. Distribuição de caixas racionais aos camponeses-ribeirinhos que exercem a atividade de meliponicultura.



Imagens cedidas por: Antonilson Rodrigues, s/d. Org: Oliveira, 2018.

O associativismo está presente de muitas formas na atividade humana, sendo uma forma de desenvolver atividades em grupo, com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos contribuindo para uma melhor distribuição de riquezas, equilíbrio e estabilidade social (ABRANTES, 2004).

Outro aspecto importante é o tipo de liderança exercido pela APAMEA em relação aos camponeses-ribeirinhos, o líder não faz parte das comunidades itapiranguenses, ao ocorrer às assembleias (Figura 27) os camponeses preferem não assumir responsabilidades no caso para eleger outro membro como líder ou presidente da associação, pois não possuem conhecimento de como funciona os tramites burocráticos do financiamento, rotinas administrativas, e beneficiamento do processo do mel, não dispõem de tempo para este engajamento visto que possuem muitas atividades referentes

à sua unidade familiar e do lidar com a terra, assim como não possuem incentivo para o conhecimento de noções dessas etapas.

De acordo com Carneiro (2016:12), a classificação por estilo de liderança vai além da simples tipificação do comportamento e das atitudes tomadas pelo líder em cada situação, seja no que se refere à tomada de decisão, à programação dos trabalhos, à divisão do trabalho ou à participação do líder, pois irá influenciar o comportamento da equipe, a motivação e a satisfação no trabalho, à produtividade e a qualidade das tarefas executadas, de acordo com a eficácia da liderança.

Figura 27. Assembleia e reunião com os camponeses-ribeirinhos.



Imagens cedidas por: Antonilson Rodrigues, s/d. Org: Oliveira, 2018.

O estilo de liderança adotado pela associação é autocrático em que a tomada de decisões é apenas o líder decide e fixa diretrizes, sem qualquer participação do grupo. Pois no momento da convocação dos camponeses-ribeirinhos para uma reunião o líder já expôs uma identidade apresentando assim a missão, visão e valores já formados, logo coube aos camponeses se identificar com a proposta. Quanto à programação dos trabalhos o líder determina providências para a execução das tarefas, uma por vez, na medida em que são necessárias e de modo imprevisível pelo grupo. O modelo de trabalho que já foi executado em outros municípios com

características semelhantes, e já está pré-determinado, sendo os camponeses informados de como funciona a atividade de meliponicultura.

Mesclando outro tipo de liderança esse líder opta em outro momento pelo estilo democrático, pois não pode interferir nas regras internas da unidade familiar camponesa, quanto à divisão do trabalho, a divisão das tarefas fica a critério do grupo e cada membro tem liberdade de escolher seus próprios pares, ou seja, o membro a se associar é de um posicionamento que vem da família, sem a interferência do líder ou preferência de escolha por gênero, assim como da rotina de manutenção e cuidado do meliponário.

A participação do líder que procura ser um membro normal do grupo é um objetivo e estimula com fatos, elogios ou críticas, essa participação envolve um bom relacionamento interpessoal com todos os camponeses. (CHIAVENATO, 2005, p.187).

É evidente a relação amigável entre o líder e os camponeses-ribeirinhos, os estilos de liderança aplicados não afetam o comportamento dos liderados, visto que de comum acordo seguem as regras apresentadas, assim como a posição da hierarquia estabelecida desde o início da instalação da associação no município.

O camponês agrega aquilo que lhe convém de acordo com as necessidades da sua família, sem que haja modificações no seu modo de vida (Figura 28) que alterem sua rotina ou imponham subordinação. Apenas o líder controla as decisões para articular, negociar, solucionar conflitos e etc., o líder ao concentrar todas as atividades da associação durante muito tempo fica sobrecarregado, mas não procura delegar funções e estimular os camponeses a participarem das rotinas internas da associação.

Figura 28. Atividades da unidade familiar camponesa: cultura temporária de feijão e pesca.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagens: Oliveira, 2018.

Segundo Assis (2013), o interesse pelo tema liderança ocorreu devido à importância desta para o êxito das organizações. As associações possuem peculiaridades na sua forma de gestão uma vez que reúnem um grupo diversificado de pessoas, com objetivos comuns, mas com características e aspirações diferentes, tornando necessário administrar uma complexa rede de relações de forma a alinhar os interesses dos associados aos da organização, já que as decisões são tomadas em conjunto. E para que ocorra a coesão do grupo em determinadas situações é necessário o surgimento de um líder que tenha habilidade de mobilizar as ações realizadas pelo grupo (BERGAMINI, 2006).

2.3 – Diferentes formas de uso da terra

As comunidades São José da Enseada e Santa Ana do Paraguai possuem diferentes dinâmicas quanto ao uso da terra pelos camponeses-ribeirinhos. Segundo Rodrigues (2001), as formas de uso e propriedade da terra, nas organizações sociopolíticas e da atividade produtiva deste segmento social, cuja grande maioria tem sua origem ligada ao meio rural, tendo por base

conhecimentos do lidar com a roça, o fazer dos pais, o ajudar desde cedo na atividade produtiva da família.

As famílias situadas nas unidades camponesas adquiriram uma percepção da função ecológica das abelhas para a produção e manutenção da biodiversidade, os caboclos/produtores já conheciam as abelhas com ferrão em que buscavam em cavidades de troncos de árvores vivas, para coletar o mel e utilizar para fins medicinais, utilizando o seu etnoconhecimento. Os camponeses fazem o uso de dois ecossistemas: a terra de várzea e a terra firme.

Na comunidade de terra firme São José da Enseada, o uso da terra é individual familiar, enquanto que na terra de várzea na comunidade Santa Ana do Paraguai, o uso da terra é coletivo em sua diversidade de culturas (Figura 29) e criações (Figura 30). Para Raffestin (1993), a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade–espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.

Figura 29. Plantação de bananas na comunidade Santa Ana do Paraguai, de uso coletivo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

Figura 30. Criação de gado na comunidade São José da Enseada, de uso coletivo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

A interação entre os camponeses-ribeirinhos e a natureza resulta na sociobiodiversidade, são sujeitos ecológicos que trazem o equilíbrio que outros seres humanos com intenções de exploração ou pesca predatória, por exemplo, já retiraram da natureza a sua possível exaustão, quando se fala até na extinção de espécies e animais. Portanto traz consigo o desenvolvimento da visão sócio ambiental,

A visão sócio ambiental orienta-se por uma racionalidade complexa de interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora, aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela. (CARVALHO, 2012, p. 37).

Nesse sentido, os camponeses-ribeirinhos criadores de animais de grande porte, como no caso da criação de gado na comunidade São José da Enseada, são considerados os rios, lagos, terras de pastagem um “bem comum” e por isso a utilização é coletiva. Salienta Leff:

Estes pescadores polivalentes vivem mais afastados dos centros urbanos em povoados ou pequenas vilas situadas às margens dos rios, igarapés, furos e paranás manejados com suas técnicas tradicionais. Eles dividem o tempo em atividades vinculadas aos ecossistemas terrestres, tais como pequena criação, lavoura agrícola, caça, coleta, extrativismo, desenvolvidos ciclicamente durante o ano; lavram a terra (própria ou arrendada), criam gado, cultivam juta, caçam, coleta sementes, frutos, resinas, fibras silvestres e fabricam carvão, moem a farinha de mandioca ou de peixe para comercialização e consumo. A pesca se destina primordialmente ao autoconsumo e em segundo plano a comercialização. (LEFF, 2009, p.388).

Para Sack (1986), a territorialidade é um comportamento humano espacial. Uma expressão de poder que não é nem instintiva e nem agressiva, apenas se constitui em uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar o uso social do espaço, abarcando escalas que vão do nível individual ao quadro internacional. Ou seja, "a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica. Essa área será chamada de território" (p. 19). Sack admite que o território seja um lugar que está sob o controle de uma autoridade, acatando a concepção de Soja (1971) de que se trata de um espaço organizado politicamente.

Desse modo, Sack evidencia a questão da acessibilidade a recursos como uma propriedade da territorialidade, porquanto "é uma estratégia para estabelecer diferentes graus de acesso". A territorialidade se manifesta, então, como um tipo de delimitação espacial, onde vigora uma forma de comunicação, que evidencia controle de acesso tanto ao conteúdo interno quanto à entrada/saída externa (SANTOS, 2009, p. 1).

De acordo com Campos (2000:81), terras de uso comum ligado aos interesses da comunidade é provavelmente a categoria mais evidente, ocorrendo em diferentes espaços do território brasileiro. Em termos

gerais assim se caracteriza: existem as propriedades individuais e margeando estas a presença de áreas abertas “livres”, terras “sem dono”. Por isso a comunidade acha-se no direito de utiliza-las coletivamente, sem restrições e preocupação com qualquer regime jurídico de propriedade.

No caso da plantação de bananas na terra de várzea na comunidade Santa Ana do Paraguai, é plantado coletivamente pelos membros da comunidade e a renda também é dividida em partes iguais a todos. No caso da criação do gado em terra firme na comunidade São José da Enseada, a criação é individual por família, porém o espaço que é utilizado para pastagem, se faz o uso coletivo, a divisão é feita por cercas de madeira. Complementa Witkoski (2007):

Para o camponês amazônico, a floresta de terra firme constitui uma espécie de território não demarcado. A ausência de demarcação da floresta de terra firme, como um ecossistema particular, feito território, faz com que ela não possua fronteiras estabelecidas. Assim, a floresta de terra firme, com toda a riqueza que ela carrega, na forma de propriedade privada, não aparece como um problema agrário para o camponês. Entretanto, mesmo aqueles que não as possuem, utilizam, eventualmente, áreas de terra firme que não lhes pertencem – embora essas sejam percebidas como territórios coletivos. Até onde a força de trabalho da unidade de produção familiar possa abarcá-la, como floresta de trabalho, assim procedem o camponês e sua família. Além do território da floresta de terra firme, o camponês e sua família utilizam, de modo intenso, a floresta de várzea como uma espécie de lugar conquistado. Ainda que esse lugar possa transcender os limites legais de sua propriedade, no sentido de que o trabalho dos membros da unidade de produção familiar realizam-se na sua propriedade e nas imediações de sua propriedade. (Witkoski, 2007, p.250 e 251).

Assim em toda a complexidade e imensidão da Amazônia, na concepção e percepção do posseiro amazônico, “a terra para o camponês em geral e para o posseiro em particular, é vista basicamente como instrumento de trabalho”, frisa Velho (1982:70). O uso comum dos recursos naturais integra a vida de muitas populações presentes neste ambiente. Há de se considerar essa complexidade, devido às distancias e dificuldades de acesso a esses espaços, logo a posse advém da ocupação acompanhada do cultivo e da

moradia. Os caboclos/produtores não registram precisamente em sua memória há quanto tempo a sua família se estabelece naquele lugar.

Complementa Barbosa (2017), os camponeses estabeleceram-se ao longo dos grandes rios, muitos são moradores de terras de várzea e em terras firmes, e muitos destes ainda não possuem o título de propriedade da terra. Para Campos (2000), a terra comum é onde, com a família entre os parentes, camponeses estabelecem as regras e as práticas referente ao uso individual coletivo da terra, organiza a vida familiar e as relações entre parentes, definem os direitos de uso de bens essenciais, terras, capoeiras e etc.

Nos meliponários instalados nas comunidades estudadas no município de Itapiranga, as formas de uso da terra são distintas (Figura 31). Na comunidade São José da Enseada, os meliponários e outras atividades que desempenham como a agricultura ou a pesca, tem o aproveitamento total da produção familiar individual. Logo cada unidade camponesa cuida individualmente da manutenção do meliponário, que por família são separados fisicamente, assim quando ocorre o período da coleta do mel, cada família recebe a quantia em dinheiro após as vendas, de acordo com a sua produção anual, sendo o valor das vendas repassado ao camponês-ribeirinho referente à quantidade de mel coletada em cada unidade familiar.

O empenho para uma boa produção depende do esforço de cada família para com a atividade de meliponicultura executada, isto também implica na sua permanência junto a APAMEA que oferece todo suporte necessário para a execução da atividade, salvo em casos adversos de baixa produção as famílias continuam associadas, como por exemplo, ataque de forídeos²¹, situação climática, inimigos naturais como as formigas, cupins e etc.

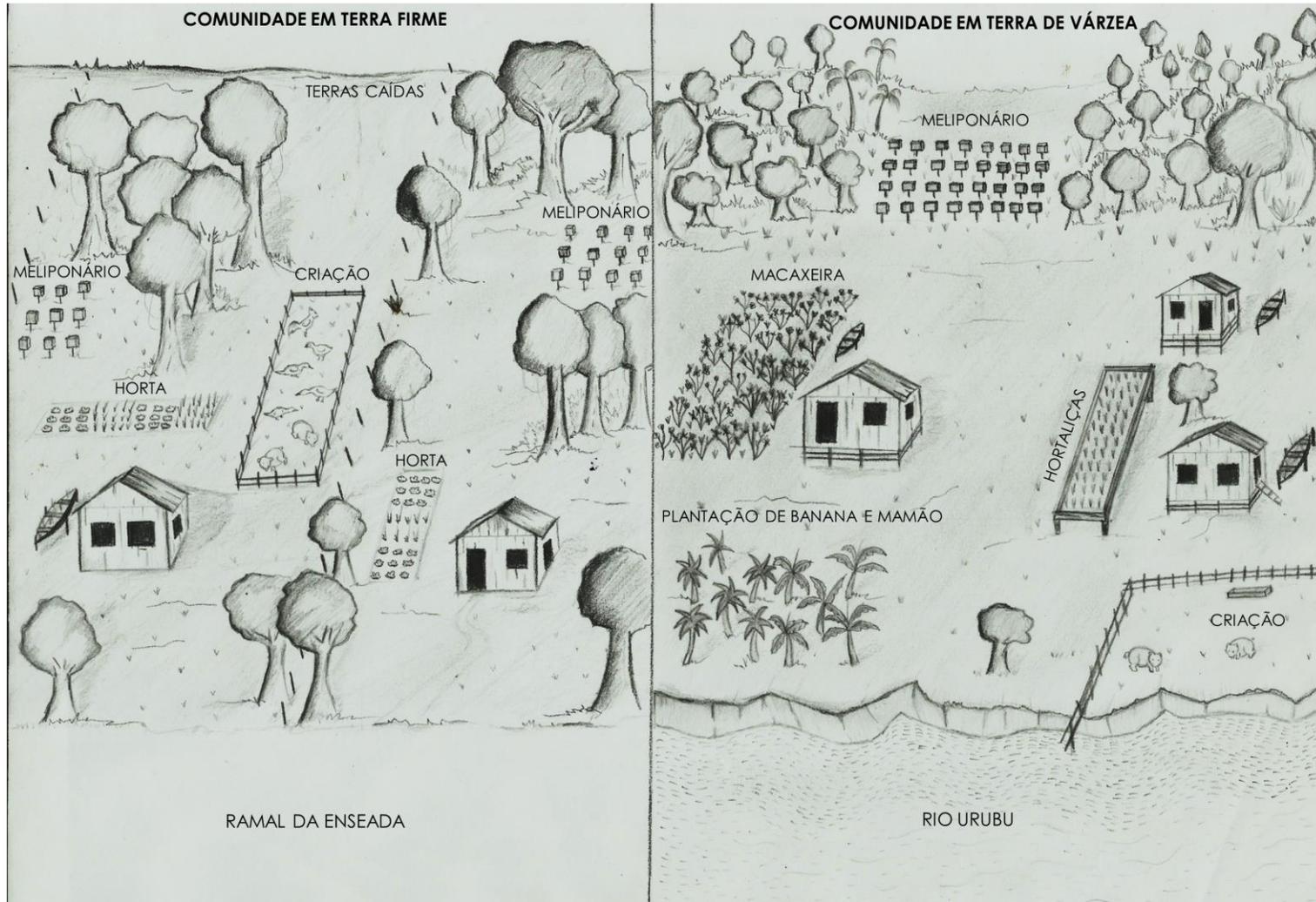
²¹ Carvalho-Zilze et. al. (2012:48), são moscas pequenas e ligeiras que invadem as colmeias pela entrada, frestas ou mesmo durante o manejo pelo meliponicultor. Elas depositam seus ovos em potes de pólen ou obre o alimento em células de cria ainda abertas. Quando eclodem, suas larvas são vorazes em comer pólen, mel e fezes das abelhas. Essas larvas crescem, infestando e até destruindo toda a colônia.

A comunidade de terra de várzea Santa Ana do Paraguai, toda a sua produção familiar extraída é coletiva, exceto a atividade de pesca. Assim os meliponários também possuem o cuidado coletivo de todos os associados, quando ocorre a coleta do mel, o valor obtido nas vendas é dividido em partes iguais para todos camponeses-ribeirinhos.

Essa prática coletiva advém como uma forma de fortalecimento entre si dos camponeses-ribeirinhos, pois na produção coletiva em que a responsabilidade da manutenção do meliponário e demais produções é de todos os envolvidos, as chances das produções resultarem em um rendimento baixo, são pouco prováveis, logo a expectativa cresce visto que de acordo com a sazonalidade e tempo de cada fruto a ser plantado, há um maior engajamento de todos os camponeses-ribeirinhos nas atividades com a terra durante todo o ano.

Contudo em ambos os territórios de terra firme e de várzea as práticas são realizadas em tempos diferenciados, a produção de uso coletivo se distingue da produção individual que acontece na área de terra firme, em que essa iniciativa de acompanhar ou não esse “*cronograma*” das plantações é uma decisão interna familiar, ou seja, uma opção, pois com a mudança para a terra firme passaram a complementar sua renda de outras formas, como por exemplo, o trabalho assalariado na zona urbana do município. Assim sendo, os camponeses tem a total apropriação de seus processos produtivos.

Figura 31. Representação da comunidade em terra firme São José da Enseada e na terra de várzea Santa Ana do Paraguai no município de Itapiranga/AM.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018. Organizadora: Oliveira, 2019. Desenho: Rildo Oliveira Marques, 2019.

As comunidades de terra firme são próximas à zona urbana do município, logo a terra passa a ter outra noção de valor comercial, isso justifica a delimitação das unidades camponesas com cercas e muros. A comunidade São José da Enseada hoje situada na terra firme já pertenceu à terra de várzea (Figura 32), no ano de 2017 ocorreu na área o fenômeno das terras caídas que forçou uma mudança brusca de toda uma comunidade para a parte mais alta, a terra firme, em que se reconstruíram e mudaram totalmente seu modo de vida, devido à nova dinâmica da realidade vivenciada.

Figura 32. Construções abandonadas na antiga comunidade São José da Enseada.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

De acordo com Alves et. al (2008), as cidades situadas nas margens dos rios de água branca que apresentam maior quantidade de vegetação aquática e rios de água barrentas ocorrem com mais frequência os processos de transporte (Itacoatiara, Urucurituba, Urucará e Itapiranga) estão mais susceptíveis ao fenômeno de terras caídas, devido ao fato de que os solos apresentam siltes e argilas que são materiais finos e fáceis de serem transportados. Além disso, a frente destas cidades apresenta as suas margens em forma de encostas.

Com a mudança mais acentuada para a terra firme, foram poucos os moradores que resistem a continuar suas moradias na terra de várzea, a maioria dos camponeses-ribeirinhos migraram para a terra firme alterando algumas práticas de roçados e suas plantações que anteriormente eram de forma coletiva e passaram a ser individual e de transporte da produção que passou a ser pela estrada para a venda na feira municipal, antes a produção do roçado era transportada pelo percurso fluvial, hoje utilizam este meio de transporte apenas para se locomover para outras comunidades varzeanas ou para a pesca.

Os camponeses-ribeirinhos que habitam várzeas (Figura 33) possuem saberes tradicionais e os aplicam na construção de barcos e habitações adaptados as condições ecológicas. A moradia flutuante também é utilizada por vezes como comércio, não há maneira precisa de demarcar as águas para habitação, na pesca (extrativismo animal), o ambiente aquático é dividido em duas partes, dependendo da intenção de quem percorre esses territórios, sendo os rios com rotas de tráfego aquático são públicos, os lagos são entendidos, por vezes, como território aquático coletivo, no sentido da pesca.

Destaca Witkoski (2007: 328), a parceria, realizada na atividade da pesca entre camponeses pescadores, pode ser considerada como um dos elementos mais importantes de integração social da vida rural, na várzea amazônica; integração social intracomunitária (parcerias como membros da mesma comunidade) e intercomunitária (parcerias como membros de comunidades diferentes).

Assim Leff (2009:388) esses “amazônidas” tem uma visão e uma prática onde a floresta e o rio se encontram interconectados, todo um modo de vida e de produção foi se tecendo, combinado a diferentes partes dos ecossistemas amazônicos com a agricultura, o extrativismo e a pesca.

Figura 33. Moradia flutuante de camponeses-ribeirinhos no Rio Urubu- Itapiranga/AM.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

Os camponeses possuem na comunidade São José da Enseada a casa de farinha comunitária (Figura 34), no qual o uso é de forma coletiva, porém a produção é individual por família, então revezam entre as famílias os dias disponíveis para a produção artesanal. O camponês-ribeirinho se beneficia do próprio valor de uso produzido na produção da farinha, possuidor e detentor da técnica, não tem a necessidade de comprar o produto.

Figura 34. Casa de farinha comunitária na terra firme São José da Enseada.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

A produção da farinha de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) inicia na plantação e passa por um processo demorado de fabricação artesanal, que necessita da força de trabalho dos membros da unidade familiar, a realização passa por diversas etapas da produção farinha de mandioca (Quadro 5), sendo este produto fonte de renda para os camponeses e tem um grande papel na dieta de alimentar, este um alimento regional que marca culturalmente o morador da Amazônia.

Quadro 5. Compilação das etapas da produção da farinha de mandioca.

Etapas da produção da farinha de mandioca	
1. Preparação do solo /Plantação	8. Esfarelamento
2. Colheita e transporte	9. Peneiramento
3. Recepção e seleção	10. Escaldamento
4. Armazenamento das raízes	11. Uniformização
5. Lavagem-descascamento	12. Torração
6. Amolecimento	13. Resfriamento

7. Ralação	14. Empacotamento
8. Prensagem	15. Armazenamento

Fonte: Pesquisa de Campo. Org: Oliveira, 2018.

Na comunidade de terra de várzea Santa Ana do Paraguai os camponeses-ribeirinhos também possuem a casa de farinha (Figura 35), o uso também é coletivo e produção individual por família. Acrescenta Witkoski:

A cultivada mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) – planta leitosa, cujos grossos tubérculos radiculares, ricos em amido, é de largo emprego na alimentação, servindo para fazer farinha de mesa, e da qual há espécies venenosas. Além da farinha de mesa, destacam-se como subprodutos da mandioca o tucupi (tempero e molho de manipueira com pimenta), a goma (fécula) e a farinha de tapioca. Cabe rápida nota explicativa: há, fundamentalmente, dois tipos de farinha: a farinha seca ou branca, que é de uso geral em todo o Brasil, e a farinha d'água, que é praticamente consumida somente no Vale Amazônico. A farinha, resultado da mandioca como produto (subsistência camponesa) ou mercadoria (subsistência do homem da cidade), é uma grande fonte de amido para alimentação do homem da Amazônia, notadamente das camadas sociais menos favorecidas – sendo, também, consumida por outros agrupamentos sociais. (WITKOSKI, 2006, p. 211).

Figura 35. Casa de farinha na terra de várzea na comunidade Santa Ana do Paraguai.



Fonte: Pesquisa de Campo. Org: Oliveira, 2018.

Ambas as comunidades em terra de várzea e terra firme possuem diversidade de plantio para a comercialização durante o ano inteiro e para sua subsistência. Salientando que não há presença de agentes intermediadores ou envolvidos na comercialização (atravessadores) da produção dos camponeses-ribeirinhos. Realizam a venda direta para o consumidor no mercado municipal (Figura 36), no porto do município, para escolas municipais através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)²² através da agricultura familiar e regional que abastece a alimentação escolar, e também para consumidores de outros municípios vizinhos.

Figura 36. Mercado Municipal de Itapiranga Urbano Fernandes da Costa.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

Nas comunidades de terra firme e de várzea, foi observada uma configuração de resistência declarada a influencia externa a mudanças, por parte desses camponeses-ribeirinhos, sobre as suas praticas do lidar com

²² Oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. São atendidos pelo programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). Vale destacar que o orçamento do PNAE beneficia milhões de estudantes brasileiros, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal. Disponível em < <https://www.fn.de.gov.br/programas/pnae>>.

a terra e as lógicas do capital, como por exemplo, a negação de associação destes camponeses a empresas que costumeiramente monopolizam o território pelo capital que neste processo o capital contraditoriamente monopoliza o território sem, contudo, territorializar-se. Isto significa que o capitalismo se expande de forma contraditória, ou seja, não expropria os camponeses, porém os transforma e efetua a metamorfose da renda da terra (CRUZ, 2007, p. 2).

Consideram uma prática invasiva realizada pelos empresários, a sujeição da renda da terra ao capital no qual os camponeses não são expropriados dos meios de produção, ou seja, de suas terras de trabalho, mas são forçados a vender a sua produção a um preço ou valor bem inferior ao trabalho nele contido, essa apropriação da produção gera um ciclo de estagnação pois só poderá produzir aquilo que a empresa solicita e dependência do mercado, quando o camponês-ribeirinho vende sua produção em determinada época do ano, sendo obrigado em outro período a comprar a um preço bem mais alto, o mesmo produto, no qual, foi fornecedor (PAULINO, 2006). Logo a empresa controla a produção e comercialização de apenas um produto ou serviço.

Esses camponeses-ribeirinhos temem um ciclo de estagnação e subordinação, preferem controlar o tempo junto a sua força de trabalho e os meios de produção, visto que não concebem junto as suas práticas uma noção de valor de mercado ou acúmulo de capital. No seu modo de vida estabelecem relações com o capital, mas unidos determinam o limite da circulação do capital para que não modifiquem suas práticas de liberdade com a terra. Praticam o autossustento vendendo apenas o excedente de sua produção para a manutenção das necessidades básicas da sua família (Figura 37) e (Figura 38).

Figura 37. Peixe vendido na Feira Municipal de Itapiranga-AM.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

Figura 38. Variedade de produtos vendidos na Feira Municipal de Itapiranga/AM.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem: Oliveira, 2018.

Comenta Leff (2009:389) essas comunidades ribeirinhas, cuja forma de vida não se rege por uma racionalidade econômica mercantil, estão envolvidas em diversos conflitos na disputa de seus recursos naturais com empresas capitalistas e a mercantilização de sua natureza.

Há casos notórios de monopolização do território pelo capital, como evidencia uma pesquisa recente sobre os Cultivadores de guaraná: um estudo do processo de monopolização do território pelo capital no município de Maués-AM, que demonstra o papel da Empresa de bebidas AmBev, que compra o guaraná de Maués desde o início do século XX, e está instalada no município desde 1964, comprando diretamente mais de 80% de toda produção do guaraná da região, não somente de Maués, mas de outros municípios do Amazonas, como Urucará, Parintins, Apuí, Boa vista do Ramos, etc. além de uma parcela do Estado da Bahia. (COSTA, 2017:89).

As transformações que trazem a monopolização do território pelo capital consistem em eliminar práticas agrícolas tradicionais, que possuem uma diversidade de cultivos e criação de animais de grande e pequeno porte, para introduzir atividades que visam satisfazer as demandas do mercado, provocando consequências como a diminuição da produtividade natural de terras firme e de várzea, afetando as condições de subsistência das populações camponesas, e gera dependência econômica de um determinado processo produtivo.

Os camponeses-ribeirinhos ao participarem entre si essas situações que ocorrem em outros municípios do Estado do Amazonas relacionados à monopolização ou entre outras maneiras que notem como uma ameaça ao seu modo de vida, se fortalecem ao promover reuniões entre seus líderes para que a harmonia dos seus meios de produção e a força de trabalho não sejam repassados a terceiros e percam sua autonomia no lidar com a terra, pois temem o desaparecimento da sua organização produtiva e a dependência de empresas. Neste contexto, sobrevivem da venda de sua produção, ou seja, está inserido o trabalho da família, diferentemente do trabalho assalariado que vendem a sua força de trabalho.

Para estes camponeses a terra tem valor de uso, pois só interessa o que dela se cultiva e dela provém no seu modo de vida, o capitalismo está presente, porém não norteia as relações sociais e de produção. Segundo Martins (1986, p. 100 apud CAMPOS, 2000, p. 242), a terra como um instrumento de trabalho “é a partir dessa concepção moral de terra, como instrumento de trabalho, que se desenvolveu nos últimos anos a concepção de terra como um bem comum”. Essa concepção já estava embutida nas formas de vida de diferentes tipos de trabalhadores rurais nas diversas regiões brasileiras. (grifo do autor).

Se a frente da propriedade surge uma ilha/novas terras, quem é que pode plantar ou usar? Como é convencionado o uso da terra, é coletivo? Uso compartilhado/acordado ou uso linear a partir da propriedade a partir da largura do terreno. Não há nenhum tecido jurídico que trate dessas ilhas/novas terras como propriedade, é território federal até a margem e tem o direito do usufruto, mas quando se constitui área estratégica é da marinha, portanto não há titularidade.

A renda média da população camponesa local resume-se na exploração dos recursos florestais, na produção e venda de frutas, hortaliças e principalmente mandioca e seus derivados, na pecuária, pesca e prestação de serviços de empreitada e diarista, no comércio, carpintaria, confecção de redes de pesca, construção de barcos regionais, aposentadoria e de funcionalismo público e do comércio local. Os camponeses-ribeirinhos associados à atividade de meliponicultura vivem em comunidades afastadas e também na sede do município.

Em relação ao poder público, as famílias recebem apenas assistência na educação e saúde, às vezes muito precárias devido à falta de projetos que possam proporcionar uma melhoria de vida dessas famílias, como por exemplo: falta de saneamento básico, estas carências proporcionam muitas das vezes doenças principalmente as crianças como a diarreia, vômitos entre outras enfermidades.

III CAPÍTULO

A REDE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO MEL NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

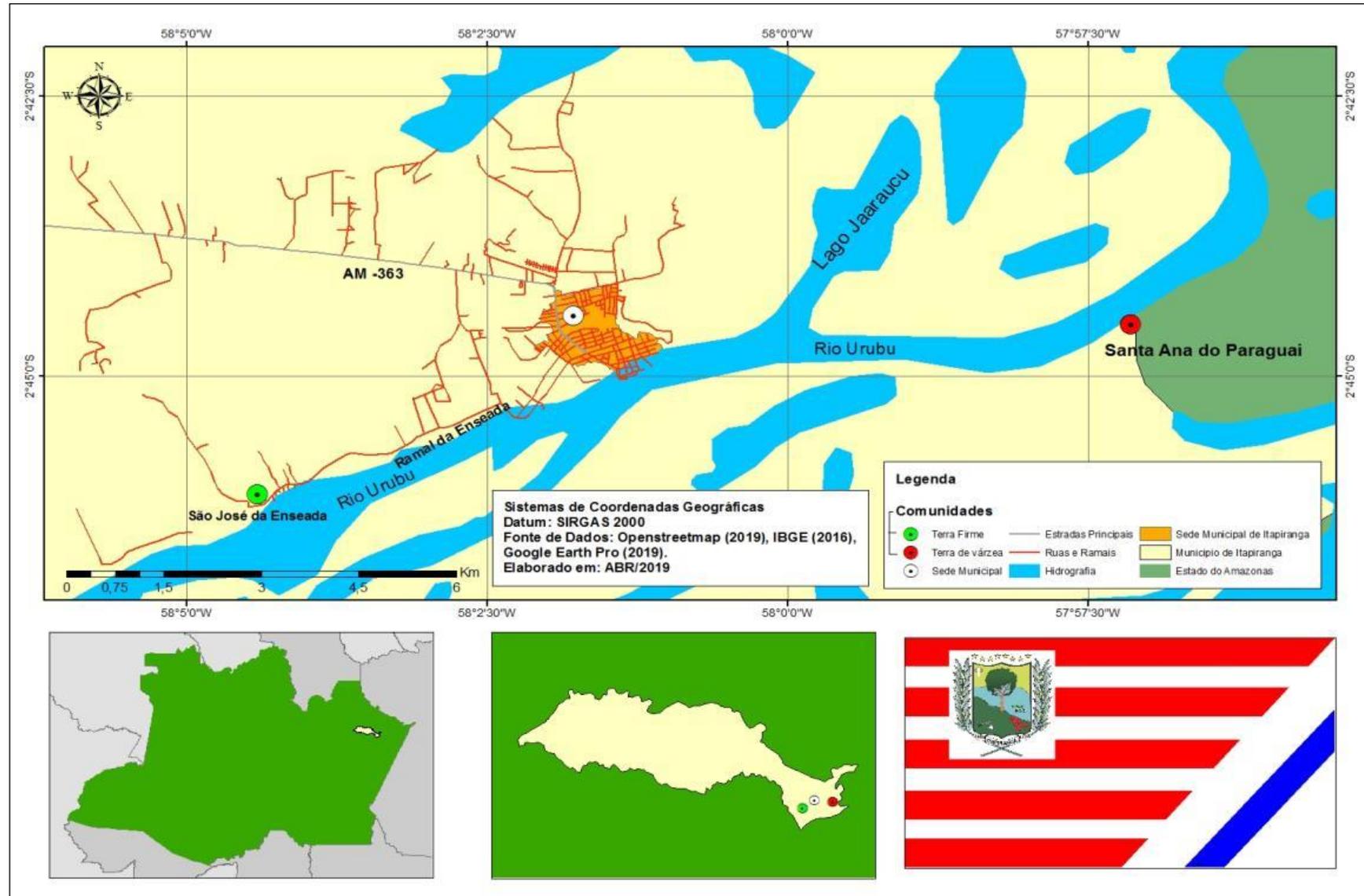
3.1 – Espacialização das comunidades Meliponicultoras

Conforme a ABEMEL (Associação Brasileira dos Exportadores de Mel) a agricultura brasileira tem crescido significativamente em produtividade e qualidade técnica nas últimas décadas situando o Brasil como um dos polos produtores mundiais de alimentos. De acordo com o IBGE (2016), a produção de mel no Brasil alcançou no ano de 2015 a quantidade de 37.815 toneladas e na região norte foram 948 toneladas produzidas anualmente. No município de Itapiranga ao todo são 60 colônias cultivadas nas comunidades rurais e na sede do município.

O responsável pela Associação dos Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado, Antonilson Rodrigues, informou que a atividade deve gerar 40 empregos diretos e mais de 90 indiretos, além da produção média de mais de 1,1 tonelada de mel por ano. "Cada colmeia produz de 3 a 4 litros de mel e a expectativa é aumentar essa produção". Ele explicou que, futuramente, os produtores pretendem comercializar o produto para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, e Curitiba, pois há clientes interessados no produto.

No município de Itapiranga há atualmente seis comunidades que se integraram a Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas. As comunidades são: São José da Enseada, Santa Maria do Madrubá, Terra Nova, Sede de Itapiranga, Santa Ana do Paraguai e Ilha Grande, no qual abrange quarenta famílias. Em destaque no mapa de localização (Figura 39) apenas as comunidades estudadas: em terra firme São José da Enseada e na terra de várzea Santa Ana do Paraguai.

Figura 39. Localização das comunidades de terra firme São José da Enseada e na terra de várzea Santa Ana do Paraguai no município de Itapiranga/AM.



Fonte: IBGE (2016). Org: Igor Amorim, 2019.

A seguir a distribuição quantitativa de famílias por comunidades camponesas-ribeirinhas (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição Quantitativa de famílias por comunidades camponesas.

Terra Firme	Quant. Camponês/Famílias	Várzea	Quant. Camponês/Famílias
Comunidade São José da Enseada	10	Comunidade Santa Ana do Paraguai	10
Santa Maria do Madrubá	05	Comunidade Ilha Grande	03
Terra Nova	05	-	-
Zona Periurbana	07	-	-
Sub-Total	27	-	13
Total = 40 famílias			

Fonte: Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura em Itapiranga-AM.
Org: Oliveira, 2018.

A quantidade de mulheres e homens envolvidos com a atividade de meliponicultura (Quadro 6) nas referidas comunidades é expressiva. A quantidade de homens envolvidos na atividade é maior porque geralmente são os chefes de família, em alguns casos as mulheres são as chefas de família, como a adesão a associação é voluntária, fica a critério de cada liderança familiar se candidatar a desempenhar essa atividade. E para agregar mais renda a família camponesa em comum acordo entre os pares, por vezes a uma divisão em que o homem já está filiado a outros sindicatos e atividades, logo a mulher se interessa por assumir o controle desta atividade para contribuir com o sustento da família.

Quadro 6. Demonstrativo Quantitativo de Gênero na atividade de meliponicultura no município de Itapiranga/AM.

Comunidades	Gênero Masculino	Gênero Feminino	Número de camponeses	Faixa etária
Terra Nova	05	-	05	36 a 60
Ilha Grande	02	01	03	31 a 57
Santa Maria do Madrubá	04	01	05	23 a 55
Santa Ana do Paraguai	05	05	10	31 a 71
São José da Enseada	08	02	10	34 a 66

Zona Periurbana Itapiranga	07	-	07	33 a 45
Total	31	09	40	-

Fonte: Pesquisa de Campo. Org: Oliveira, 2018.

Na coluna da faixa etária, se observa a ausência de jovens inseridos na atividade de meliponicultura, este fato ocorre pela migração desses jovens para estudar em outros municípios do Amazonas, pois ao estudar em escolas cuja tendência pedagógica é liberal tecnicista no qual o papel da escola é produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho (QUEIROZ; MOITA, 2007).

Então compartilham esse conhecimento para o âmbito familiar e participam com os pais o seu interesse em se adequar ao que a sociedade hegemônica capitalista molda, em ter uma classe operária qualificada e fragmentada em diversas profissões para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho majoritário que esteja àquela determinada população, um exemplo a ser citado é o Polo Industrial de Manaus (modelo econômico dependente de incentivos fiscais).

Para Gadotti (2012), a educação deve ser voltada para as necessidades dos sujeitos da educação e não submetida aos ditames do mercado, às necessidades da produção voltada para o lucro, uma concepção produtivista e mercantilista de Educação Profissional e Tecnológica, uma concepção voltada só para a empregabilidade imediata, atrelada ao lucro, à rentabilidade da empresa. Assim jovens itapiranguenses migram para se profissionalizar muito cedo, perdendo o vínculo com as práticas da terra. Esse abandono do interior, pela ausência de políticas públicas suficientes, e que possam conter essa migração, ou para que este jovem tenha apenas a alternativa de outras atividades econômicas.

Os indivíduos que estão à frente como líderes em diferentes papéis educacionais por vezes desqualificam o permanecer deste jovem no interior, é incutida a ideia da busca do seu desenvolvimento, não se constrói sujeitos

autônomos e com uma visão voltada à sustentabilidade do local em que vive, mas dependentes das demandas do mercado, apenas uma visão de mundo é posta a esses estudantes em sua formação, que migram com perspectivas de qualificação e emprego, às vezes retornam e já perderam sua conexão com a terra e sua qualificação não se adapta ao que oferece para empregabilidade no município, assim outras problemáticas surgem na vida dessas pessoas.

Assim esses jovens são incentivados pela escola e pelos pais a procurar níveis mais avançados de estudos que não são oferecidos em grau maior no município, geralmente graduação em nível superior ou cursos técnicos de sua escolha, e migram para outros municípios que consideram ter um nível de desenvolvimento maior, formam famílias e não voltam mais a morar em sua moradia de origem, são poucos os casos em que ocorre o retorno do filho que foi estudar e voltou ao seio familiar, mas quando regressa já não desempenha atividades ligadas com a terra.

Portanto estes jovens se tornam desempregados ou subempregados quando retornam ao município, ou produzem para um determinado segmento do mercado, a retirada deste camponês-ribeirinho de suas práticas com a terra, provoca um desequilíbrio em sua unidade familiar, já que passa a adquirir sua fonte de renda em outras condições, e que por vezes não permite suprir as necessidades básicas da sua família.

Assim empresas se fortalecem ao atrair pessoas que acreditam em suas propostas de trabalho assalariado, os governantes discursam a entrada destas empresas como sinônimo de desenvolvimento, cabendo ao campo à ideia de atraso que se propaga aos interiores.

Esses impactos que em longo prazo provocam desestruturação não são partilhados a população, o que importa é o fazer agora, prevalece o imediatismo para “solucionar” problemas que o sistema público do governo não consegue resolver, devido a tantas demandas e corrupção de dinheiro público.

As forças externas que permeiam o ambiente de convívio deste jovem o influenciam, assim como a força interna dos pais que utilizam a

expressão popular, para que os filhos sejam “*alguém na vida*”, isso traz futuramente algumas consequências para as unidades familiares camponesas, pois estes filhos não poderão substituir os pais quando houver diminuição de atividades pelos pais mais velhos, haverá de tempos em tempos uma redução da continuidade de famílias ativas nas comunidades de várzea e terra firme.

Este novo cenário traz uma hipotética situação, a tomada desses terrenos por empresários ou pessoas de um poder aquisitivo maior, que queiram desempenhar outras atividades, pois numa terra em que quase nada se produzem ou estejam improdutivas, devido à redução da força de trabalho, tais donos se enfraquecem e vendem suas posses, se rendem visto que não há como continuar com as atividades produtivas de outrora, não havendo filhos para comandar e assim terminar com miseráveis aposentadorias rurais.

Contudo a presença de mulheres em relação aos homens na atividade de meliponicultura seja menor, nas comunidades São José da Enseada e Santa Ana do Paraguai, demonstra que essa atividade pode ser exercida não apenas por homens, mas também por mulheres, bastando apenas que o camponês-ribeirinho possua o conhecimento necessário para a aplicação das técnicas de manejo.

Segundo Fraxe (2000), a participação feminina “segue a trilha de produção e de comercialização, desvenda uma divisão sexual do trabalho. Trata-se de uma divisão não abstrata, mas colocada a um processo de socialização, em que os filhos homens são iniciados na arte de pescar e em preparar as covas nos roçados e as filhas se especializam em fazer o plantio.

As mulheres iniciam na fase da adolescência em atividades consideradas mais pesadas e praticadas por homens, e quando inseridas em quaisquer atividades e também na meliponicultura executam e acompanham todas as fases do processo produtivo, nas famílias visitadas as mulheres possuem autonomia e liderança tanto quanto liberdade para praticar e gerir as atividades.

As famílias são numerosas e há muito trabalho, os cônjuges dividem as tarefas para que possam maior êxito para garantir um tempo hábil maior na produção, assim como a inserção de acompanhamento das crianças no processo para que compreendam e convivam desde menores com a forma e o sistema de vida, para que na fase adulta um ou outro filho possa se interessar e assumir o papel dos pais provedores do sustento da família.

Em relação à educação a concepção de formação humana deve proporcionar ao caboclo a oportunidade de se compreender criticamente na realidade em que vive, pois o mercado de trabalho deseja obter pessoas formadas para continuar alimentando e mantendo aos interesses da dimensão econômica principal. Esse camponês deve deslocar o papel da centralidade econômica vigente tornando-se protagonista das suas relações sociais e de trabalho. Assim esse sujeito pode se posicionar quanto à decisão de servir a sociedade hegemônica capitalista com a venda da sua força de trabalho ou se irá contrapor esse modelo e se tornar resistência da luta e permanência do seu modo de vida.

3.2 – Redes de Estrutura e Produção do mel

O papel da criação das abelhas indígenas sem ferrão tem sustentação em três aspectos: Bustamante et. al. (2017) o ambiental, o econômico e o socioeducativo. São eles:

➤ O ambiental

As abelhas indígenas sem ferrão são responsáveis por um dos fenômenos mais importantes para a geração de alimentos e vida no planeta: a polinização que gera frutos que servem de alimento para os animais, sendo fundamental para a manutenção da vida na floresta ou em qualquer outro ambiente que tenha a presença de plantas, cujas flores sejam utilizadas pelas abelhas como fonte de alimento para coleta do néctar (para a transformação e produção do mel), de pólen (pó, cuja cor varia conforme a espécie de planta em amarelo, branco, alaranjado e avermelhado) ou dos dois

elementos, tanto néctar e pólen, na mesma espécie de planta. (Bustamante et. al. 2017:14).

Algumas espécies de planta também fornecem resina (uma espécie de cola natural, mas com efeito bactericida e fungicida), que é empregada como instrumento na defesa da colônia de muitas das espécies de abelhas na Amazônia.

De acordo com Bustamante et. al. (2017), além da polinização, investigou-se a presença de sementes nas colônias de jandaíra (*Melipona seminigra merrilae*) e jupará (*Melipona interrupta*) (Quadro 7), e descobriu-se que quando as abelhas coletavam resina para o fechamento de frestas e seus ninhos, levavam consigo sementes de *Zygia racemosa* ou Angelim rajado e com isso espalhavam as sementes ao redor do meliponário, ou seja, as abelhas são responsáveis pela dispersão de sementes na floresta.

As espécies nominadas abaixo foram escolhidas pelos técnicos da APAMEA para a produção de mel, devido a sua adaptabilidade na região norte (Bustamante et. al. 2017:14).

Quadro 7. Ilustração de espécies de abelhas indígenas.

Abelha	Nome Popular	Espécie
	Jandaíra	<i>Melipona seminigra merrilae</i>
	Jupará	<i>Melipona interrupta</i>

Fonte: Pesquisa de Campo. Imagens: Meliponário Araripe/Gilvan Barreto/Ed. Globo. (Google). Org: Oliveira, 2018.

➤ O econômico

São importantes porque elabora um produto muito apreciado o mel. Tem um sabor único, levemente azedo, sugerindo um gosto, ligeiramente agridoce. É um mel com uma quantidade de água maior que o mel produzido pela abelha com ferrão *Apis mellifera* Linnaeus, 1758, muito comercializado em todo mundo. (Bustamante et. al. 2017:14).

Conforme pesquisa de mercado e da Associação de Criadores de Abelhas do Amazonas (ACAM), o valor pago pelo mel das abelhas sem ferrão pode chegar a cinco vezes do valor pago pelo mel das abelhas com ferrão, embora a quantidade de mel seja inferior à produção da *apis mellifera*. A criação pode beneficiar tanto quem cria quanto quem é servido pela visita das abelhas nos seus roçados. Reforça Carvalho-Zilse et.al. (2012), que para a escolha das espécies adequadas é necessário levar em consideração algumas questões como:

- Objetivo da criação: antes de escolher a espécie, deve ser definida a vocação do meliponário, ou seja, qual o objetivo da criação, se produção de mel, de pólen, de própolis ou ainda polinização. A espécie adequada é aquela que se produz o produto que se espera dela.
- Região da ocorrência da espécie: o ideal é que a espécie escolhida para atender a vocação do meliponário seja nativa do local ou região em que o meliponário será instalado.
- Espécie com manejo conhecido: de preferência que esta espécie seja criada de forma técnica, o que facilita a sua exploração.
- Espécie mais produtiva: levar em consideração a capacidade produtiva da espécie quanto ao produto esperado.

➤ O socioeducativo

Como a maioria das abelhas sem ferrão não oferece perigo, embora algumas cheguem a morder os olhos, braços, e a grudar resina no cabelo, podem ser usadas como ferramentas para ensino nas escolas, como

também, de melhoria na qualidade de vida dos camponeses-ribeirinhos. (Bustamante et. al. 2017:15).

Assim a Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas, adota o seguinte procedimento, periodicamente são feitas reuniões para habilitar novos camponeses que queiram voluntariamente participar do projeto, porém o lugar que este camponês possui é avaliado para verificar a sua adequação a implantação do meliponário para o manejo (Figura 09), sendo requisitos: ser próxima aos rios, igarapés, paranás, igapós ou água em um raio de 3 km, pois as abelhas necessitam de água para sobreviver.

O uso desse modelo de “caixa racional” (Figura 40), também é um fator que ajuda a demonstrar que os camponeses da área de estudo não retiram troncos da floresta para criarem suas abelhas, utilizando a caixa no ato da colheita o camponês-ribeirinho poderá obter uma produtividade maior. Ressalta-se que esta prática tem demonstrado a sustentabilidade em relação ao ambiente, pois faz uso de um modelo de caixa que além de aumentar o número de colmeias, ajuda no manejo das mesmas, principalmente quando comparada com a criação tradicional das abelhas que é feita a partir de troncos e cortiços.

Figura 40. Caixa racional para a criação de abelhas indígenas sem ferrão disposta em cavaletes.



Imagem cedida por: Antonilson Rodrigues, s/d.

A caixa racional torna possível a exploração econômica das abelhas no qual o camponês-ribeirinho tem a flexibilidade de uso vertical ou horizontal, esse método de manejo minimiza o estresse das abelhas. Os camponeses-ribeirinhos obtêm suas matrizes através da multiplicação de colmeias que é realizada nos próprios meliponários ou da sede da APAMEA na zona periurbana.

Desde o início dos trabalhos nunca utilizaram abelhas de troncos ou cortiços, pois esta forma arcaica de apropriação dos ninhos em estado natural é considerada agressiva e as abelhas dessas colônias, passam por várias perturbações no ninho, com danos às estruturas, como o deslocamento de potes de alimentos, perda de larvas, e até mesmo a eventual morte da rainha, causando um estresse significativo nas abelhas (ALVES et. al., 2005).

Desta forma, muitas espécies de abelhas indígenas, sem ferrão, estão ameaçadas de extinção em consequência das alterações de seus ambientes, causados principalmente pelo desmatamento, uso indiscriminado de agrotóxico e pela ação predatória de meleiros (KERR et. al., 1996). Causam danos ambientais como corte de árvores e a destruição dos ninhos, ações que contribuem para o desequilíbrio de vários ecossistemas.

As unidades camponesas produtivas dessa abelha objetivam somente a produção de mel que é o produto final resultado de dois produtos primários: o néctar líquido açucarado encontrado nas flores, guardados em estruturas chamadas de nectários e, a abelha, inseto que visita a flor para dela coletar, também o mel, leva-lo dentro do seu corpo, numa região chamada de “estomago de mel” ou “papo de mel”. (BUSTAMANTE et.al. (2016:69)).

Outros produtos produzidos pelas abelhas como o pólen genuinamente vegetal, também chamado de saburá, samburá, samorá ou samora e representa um conjunto de pequenas estruturas, na forma de grânulos, de cor branca ao amarelo presente na flor. Sem o pólen, nas espécies de plantas que dependem da polinização, não ocorrerá à formação dos frutos, que servem de alimento para animais e plantas. Quando colhido é

retirado dos potes de cerume, secados a sombra e envasados em potes de plástico é pode ser utilizado na fermentação de bebidas. (BUSTAMANTE et.al. (2016:71)).

O geoprópolis, batume ou tapagem é um produto elaborado a partir do barro, resina, sementes e ligados pela saliva secretada e manipulada pelas abelhas. É uma estrutura, extremamente rígida, fixada, principalmente na extremidade superior das caixas-padrão. Ele é poroso sendo usado no equilíbrio da temperatura dentro da colônia. Do geoprópolis pode ser extraída uma solução que pode ser empregada como revestimento externo das caixas-padrão, reforçando a cor e proteção da madeira, contra insetos perfuradores. (BUSTAMANTE et.al. (2016:72)).

As abelhas também produzem cera a partir da secreção de suas glândulas cerígenas, não precisando de matéria prima vegetal, mas sim de uma boa alimentação e sendo ainda jovens. As abelhas sem ferrão produzem ainda a geleia real que é adicionada ao alimento larval (mel+pólen+geleia real) a ser provisionado pelas abelhas adultas na célula de cria para as larvas comerem. (Carvalho-Zilse et.al. (2012:35)).

O cerume (mistura de cera com resina) e a cera são utilizados para encerar fios de algodão aumentando sua durabilidade, dar acabamento em pontas de flechas e lanças, na fabricação de adornos cerimoniais, na calafetagem de canoas e na fabricação de diversos outros artefatos. (VENTURIERI: 2008). Assim os outros produtos produzidos pelas abelhas (Figura 41), como a cera, pólen, geoprópolis são descartados pelos camponeses-ribeirinhos que não fazem uso algum, somente o mel é aproveitado.

Figura 41. Produtos naturais produzidos pelas abelhas indígenas sem ferrão: mel, pólen, cera.



Imagens cedidas por: Antonilson Rodrigues, s/d. Org: Oliveira, 2018.

No local em que se estabelece os meliponários deve haver a presença de árvores com flores benéficas às abelhas indígenas sem ferrão como (Quadro 8): o araçá-boi (*Eugenia stipitata*), a azulzinha (*Evolvulus glomeratus*), o cajueiro (*Anacardium occidentale*), a cássia-imperial (*Cássia fistula*), a goiabeira (*Psidium guajava*), a ingazeira (*Ingá edulis*), o margaridão (*Tithonia diversifolia*), o pau-prezinho (*Cenostgma tocaninum*), a sibipiruna (*Caesalpinia peltophoroides*), e o urucuruzeiro (*Bixa orellana*), o ipê-de-jardim (*Tecoma stans*).

Quando não há florada suficiente o camponês-ribeirinho recebe a orientação para fazer a plantação recomendada à alimentação das abelhas, pois a florada é essencial na prática da meliponicultura, pois é por meio dela que as abelhas produzem mel de boa qualidade.

Caso o clima interfira na florada o camponês-ribeirinho é orientado a fazer a alimentação artificial à base de açúcar por conta própria, o ato da compra por vezes mesmo que esporádica acaba inviabilizando a prática, uma vez que o camponês não recebe da associação esse mantimento extra.

Quadro 8. Ilustração de árvores com flores benéficas às abelhas indígenas.

Planta	Nome Popular	Nome científico
	Araçá-boi	<i>Eugenia stipitata</i>

	Pau pretinho	<i>Cenostgma tocaninum</i>
	Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>
	Margaridão	<i>Tithonia diversifolia</i>
	Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>
	Urucum	<i>Bixa orellana</i>
	Ingá	<i>Inga edulis</i>
	Sibipiruna	<i>Caesalpinia peltophoroides</i>

Fonte: Pesquisa de Campo. Imagens: Google. Org: Oliveira, 2018.

Para Fearnside (2005), a grande seca de 2005 na Amazônia fornece um exemplo do tipo de evento que pode ser esperado com mais frequência no futuro. Pode esperar, em geral, que o aquecimento global faça a temperatura das águas no oceano chegar ao limiar, e assim proporcione mudanças deste tipo com maior frequência. As secas provocadas por eventos El Niño levam a vazão nos rios a níveis baixos, com consequências para a várzea. Os problemas de mudanças climáticas, assim como os outros impactos

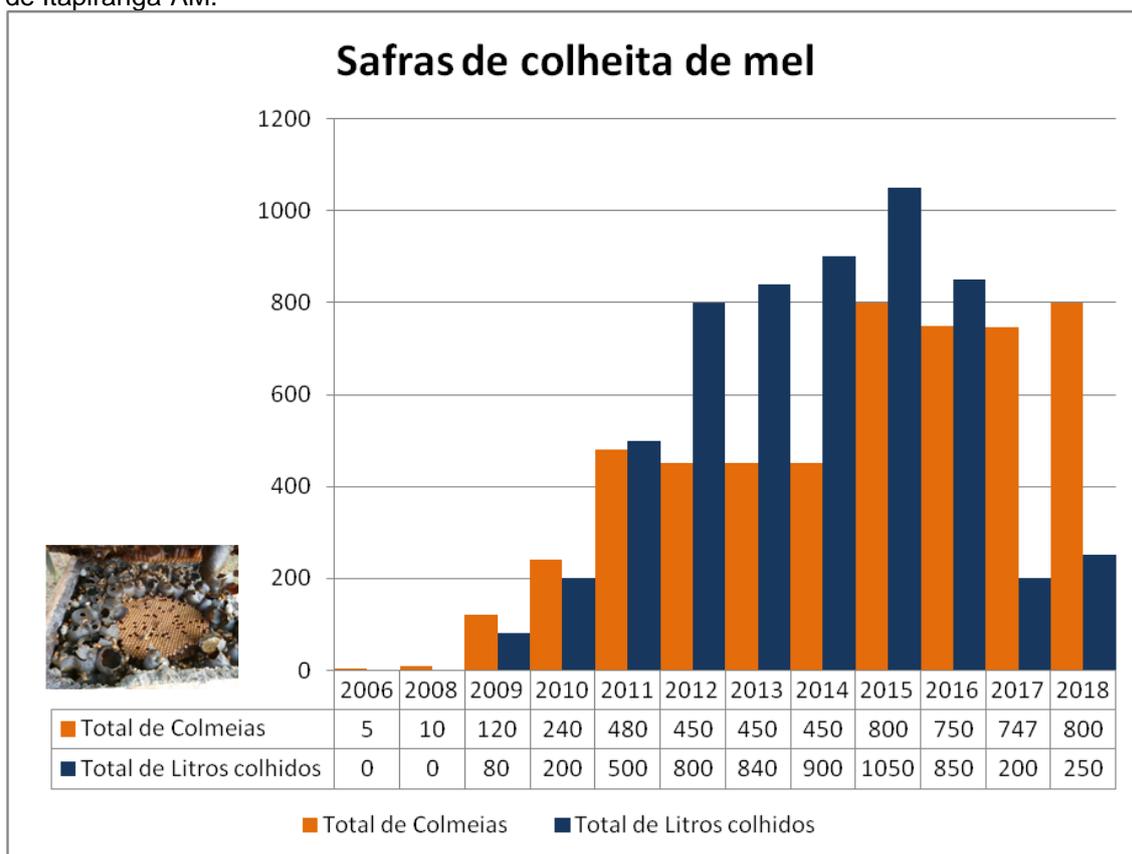
ambientais que afetam a várzea, são o produto de ações humanas e também podem ser diminuídos por ações humanas.

Conclui Fearnside (2005), As previsões futuras para impactos do aquecimento global Amazônia são extremamente severas, com implicações importantes para as condições de habitação da várzea. O maior inimigo é o fatalismo, que paralisa as pessoas e os governos. Medidas precisam ser tomadas para combater o efeito estufa, incluindo a redução drástica da queima de combustível fóssil no mundo e, no caso do Brasil, a redução do desmatamento na Amazônia. O Brasil, e, sobretudo a Amazônia, sendo um dos lugares no mundo previsto a sofrer mais com as consequências do aquecimento global, precisa tomar a liderança nesta batalha. A resposta correta frente a estes problemas não é de correr para outro lugar, mas de ficar e lutar.

A seguir um resumo das safras das colheitas de mel (Figura 42), que demonstram a evolução gradativa de acordo com os anos, o aumento das colmeias, resultado da multiplicação de colmeias, segundo Carvalho-Zilse et.al. (2012), que consiste em usar uma colmeia povoada e uma vazia para distribuir as alças ninho e sobreninho povoados entre as duas caixas.

Na prática, a caixa racional requer assistência técnica, o que não emancipa o camponês-ribeirinho, que permanece a depender da associação, fato que não incomoda esses associados, mas é uma condição que ameaça à continuidade da atividade da meliponicultura, pois a associação quando fica sem o apoio dos financiamentos que tem duração limitada, não se previne para este momento, e sem a manutenção aos meliponários, a produção enfraquece, visto que necessitam de materiais de trabalho.

Figura 42. Gráfico demonstrativo das safras da colheita do mel nas comunidades no município de Itapiranga-AM.



Fonte: APAMEA e Pesquisa de campo. Org: Oliveira, 2019.

Em relação à elevação do aumento dos litros colhidos, destacando o ápice para o ano de 2015 com 1050 litros, resultado de uma boa florada e cuidado dos camponeses-ribeirinhos com os meliponíneos, nos anos seguintes de 2017 e 2018 pelo fato da associação adentrar na busca e implantação de um financiamento, também citando o fator climático relatado pelos camponeses citando as grandes vazantes e pouca florada nestes anos, para justificar a pouca quantidade de mel produzida.

A colheita do mel é realizada anualmente pela APAMEA no mês de setembro, devido a essas dificuldades apresentadas, a coleta do mel do ano de 2018 terminou tardiamente no ano de 2019 no mês de fevereiro. Assim a expectativa é que a colheita da safra de 2019 seja mais proveitosa, já que todos os meliponários receberam visitas técnicas da associação e renovação das caixas racionais, assim como novas orientações aos camponeses-ribeirinhos.

O meliponário deve ser um local protegido pelo sol com sombreamento, pois alta temperatura esquentará o ninho, fazendo com que as abelhas se alimentem do mel e assim diminuindo a quantidade de alimento usado para a formação de uma nova população de abelhas. As colônias devem ficar protegidas pela vegetação próxima a casa ou no quintal do terreno, de preferência em um local arejado. Plantios próximos ou roçados de urucum ou guaraná (*Paullinia cupana*), laranjeira (*Citrus sinensis*) (Quadro 9), pois são fornecedoras de alimentos para as abelhas, com néctar e pólen, sendo assim usadas para a polinização de plantios garantindo uma maior produtividade ao camponês-ribeirinho.

Quadro 9. Ilustração de plantas com flores benéficas às abelhas indígenas.

Planta	Nome Popular	Nome científico
	Guaraná	<i>Paulínia cupana</i>
	Laranjeira	<i>Citrus sinensis</i>

Fonte: Pesquisa de Campo. Imagens: Google. Org: Oliveira, 2018.

De acordo com Villas-Bôas (2012), nesse tipo de meliponário as colmeias são instaladas em suportes individuais (Figura 43), nos quais as caixas são protegidas da chuva com coberturas independentes, que não exigem a construção de estruturas complexas. Uma boa alternativa de cobertura é um simples pedaço de telha de fibrocimento, de tamanho suficiente para proteger a caixa da chuva e auxiliar no sombreamento.

Aconselha-se que meliponários deste tipo sejam instalados em terrenos limpos e sombreados, mas livres da cobertura de árvores com frutos grandes que possam danificar as telhas e colmeias. Este tipo de meliponário facilita muito o trabalho do camponês-ribeirinho, uma vez que as caixas não precisam ser movidas durante as atividades de manejo. É

importante que os suportes tenham uma altura que proporcione conforto ao trabalho, variando de 80 cm a 1 m, conforme a altura do indivíduo.

Figura 43. Meliponário com colônias de abelhas dispostas em cavaletes individuais. Sede em Ipiranga- AM.



Imagem cedida por: Antonilson Rodrigues, s/d.

Os camponeses-ribeirinhos possuem conhecimento da biologia das abelhas mais aprofundado, oferecido pela APAMEA, pois precisam aprender às técnicas adequadas de manejo das espécies, para identificar a entrada dos ninhos dos meliponíneos, as características da entrada variam de acordo com a espécie ou gênero, permitindo, na maioria dos casos, a identificação das abelhas, sendo que possuem diversas formas, as caixas também são dispostas de acordo com cada espécie, não se misturam, mas podem ficar próximas.

Assim a APAMEA presta assistência técnica às quarenta famílias camponesas-ribeirinhas, viabiliza a coleta do mel de cada safra, envasa o mel e comercializa toda a produção das safras dentro das normas de higiene estabelecidas. Os indicadores são famílias camponesas-ribeirinhas sendo assistidos de forma integral, com 1.200 colônias devidamente manejadas, 3.600 litros de mel produzido no primeiro ano e 3.600 produzidos no segundo ano; com uma renda bruta inicial de R\$ 90.000,00 em 2016 e R\$ 90.000,00 em 2017.

A seguir o quantitativo de espécies de abelhas sem ferrão (Tabela 2) que se encontram nas comunidades no município de Itapiranga/AM com os camponeses-ribeirinhos na atividade de meliponicultura, há uma concentração de 55,15% das colônias de abelhas em terra firme e 44,85% das colônias de abelhas na terra de várzea.

De acordo com Carvalho-Zilse et. al. (2012), quanto à distribuição geográfica, estas abelhas ocupam regiões tropicais e subtropicais do planeta e a maior diversidade de espécies está na região amazônica. Há registros de quase 200 espécies de abelhas sem ferrão na Amazônia brasileira, das quais pouco se conhece a biologia e reprodução. Em consequência disso, menos de uma dezena de espécies são utilizadas na meliponicultura amazônica.

Tabela 2. Quantitativo de espécies de abelhas indígenas sem ferrão.

Área	Comunidades	Nº de Colônias Abelhas – Melipona seminigra merrillae (jandaíra)	Nº de Colônias Abelhas – Melipona compressipes manaosensis (jupará)	Área por ha
TERRA FIRME	São José da Enseada	157	-	02
	Santa Maria do Madrubá	20	10	0,25
	Terra Nova	43	-	0,15
	Sede Itapiranga	192	-	1,595
	Santa Ana do Paraguai	300	-	02
VÁRZEA	Ilha Grande	35	-	01
Total		747	10	6,995

Fonte: APAMEA. Dados: 2017. Org: Oliveira, 2018.

3.3 – Fluxos de Comercialização do mel

Segundo Barbosa (2017), indaga como estes sujeitos se estão se (re) estabelecendo mediante o capitalismo contemporâneo? Para entendermos esse processo é preciso destacar três pontos indispensáveis para a compreensão do modo de vida das populações camponesas: o trabalho familiar para a manutenção da unidade familiar e a comercialização.

A unidade de produção familiar tem a sua forma de condução interna pelo camponês-ribeirinho e a sua família, no qual estabelecem relações com a natureza, sócio cultural, fazendo essa interação com o meio externo. Mesmo tendo autonomia interna do lidar com a terra e a água, esse camponês não se torna autosuficiente, essa impossibilidade o estimula a se relacionar com o mercado.

O camponês-ribeirinho se utiliza de um conjunto de valores de uso que não consegue produzir na sua unidade de produção, por exemplo, na compra de alimentos para consumo, limpeza, roupas, materiais que facilitem e otimizem o seu tempo e esforço de trabalho, tais como, martelo, terçado, forno para a produção de farinha, motores e etc. Adquire esses valores de uso para obter outros valores de uso e assim transformar essa produção quando na realização da comercialização deste bem em dinheiro. Logo a unidade de produção camponesa é uma unidade que produz para si e para o mercado, simultaneamente.

Assim como na produção é necessário o envolvimento de familiares, na comercialização também se necessita desta participação, mesmo que em número menor, já que a penosidade do esforço que este camponês irá desempenhar depende da quantidade de pessoas que estejam na unidade familiar, sendo que nem todas as pessoas que compõe esse quantitativo como crianças e pessoas idosas estarão de fato produzindo, mas apenas se beneficiando da produção.

A força de trabalho é o fator principal para se alcançar o resultado de uma boa produção. Diz Witkosk (2007:351), esse camponês produz de modo prioritário, valores de uso voltados para sua condição de

existência (subsistência) e valores de uso para outrem (mercadorias) por isso, possuem relações com o mercado da comunidade, da vila ou, em maior escala, com o mercado da cidade.

O camponês-ribeirinho não produz bens ligados a setores industriais como, por exemplo: televisões ou canoas motorizadas, mas necessita destes equipamentos, como uma das formas de entretenimento ou utilizar na unidade camponesa, de qualquer modo se inserem na esfera da circulação de mercadorias. Com os seus produtos esses camponeses entram na esfera da comercialização, contribuindo com uma renda na venda de suas mercadorias em seu orçamento familiar.

O autor Milton Santos (2006, p. 51), utilizando os conceitos de sistemas de objetos (fixos) e sistemas de ação (fluxos), ao discutir a natureza do espaço, nos ajuda a entender as relações entre a unidade de produção familiar (lugar onde se realiza o fixo) e suas conexões com a sociedade envolvente, espaço onde acontecem os fluxos. Nos fixos estão presentes os instrumentos de trabalho, a força de trabalho, e ocorrem na espacialidade camponesa de produção.

O fluxo envolve a circulação e distribuição de produtos para consumo. Presentes na esfera da comercialização, estes camponeses-ribeirinhos por vezes são reconhecidos pelos seus clientes através daquilo que produzem com uma qualidade maior, por exemplo, é comum ter clientes específicos que gostam mais do produto de um camponês do que de outro, entre os mais variados produtos como a farinha, a pesca e etc., assim estão inseridos na lógica do mercado local e/ ou regional.

Outro tipo de situação que envolve o camponês-ribeirinho na comercialização pode ser um plantio e colheita não satisfatórios, ou quando há uma cheia dos rios muito intensa, ou situações climáticas extremas, e são forçados a vender seus produtos a um preço desfavorável. Para evitar este quadro ao máximo, procuram estratégias de manter diversas produções e culturas em atividade. Nas comunidades estudadas São José da Enseada e Santa Ana do Paraguai, não foram identificados agentes de comercialização

que intermediam a venda do produto, por exemplo, os marreteiros²³. É uma vantagem para o camponês conseguir eliminar esse “entrave”, a desvantagem pode ser a perda de produtos durante o transporte até o local para a venda.

A principal vantagem constatada é o fato das comunidades estarem próximas a cidade onde vendem os seus produtos, na comunidade de terras de várzea esses camponeses são prósperos e possuem meios de locomoção terrestre e aquáticos, na comunidade de terra firme a prefeitura do município disponibiliza uma caçamba para transportar a mercadoria e os camponeses-ribeirinhos até a feira municipal no dia de sexta-feira, em outros dias utilizam os seus transportes terrestres como motocicletas ou carros próprios, se um camponês não possui esse tipo de condução, ele se junta a esse camponês e dividem o valor da gasolina.

Em sua obra intitulada *O Capital*, Karl Heinrich Marx, conceituou o entendimento básico das relações de comercialização e produção, no qual se insere os camponeses estudados e que possuem contato direto e indireto com as relações econômicas, sociais e políticas externas à unidade de produção camponesa. Assim temos o primeiro momento: (M-D-M), quando se vende uma mercadoria para se adquirir dinheiro para comprar outra mercadoria, no segundo momento: (M-D) quando se vende a mercadoria e não se gasta o dinheiro e o valor é guardado, no terceiro momento: (M-M) quando camponeses trocam mercadorias entre si em situações específicas, por exemplo, um camponês troca uma saca de farinha por uma saca de laranja com um camponês que resida próximo a sua unidade familiar.

No entanto esse mercado não modifica suas relações de produção, pois não adentra ao comando interno da unidade familiar, não interfere no tempo ou comportamento do camponês-ribeirinho, que orientado exclusivamente pela sua experiência e aliado aos seus pares, formam uma corrente de auto proteção para que seu modo de vida não seja ameaçado por entidades capitalistas de produção.

²³ Para Freire (2017:87), são vendedores conhecidos como agentes de comercialização dos produtos produzidos pelos camponeses-ribeirinhos.

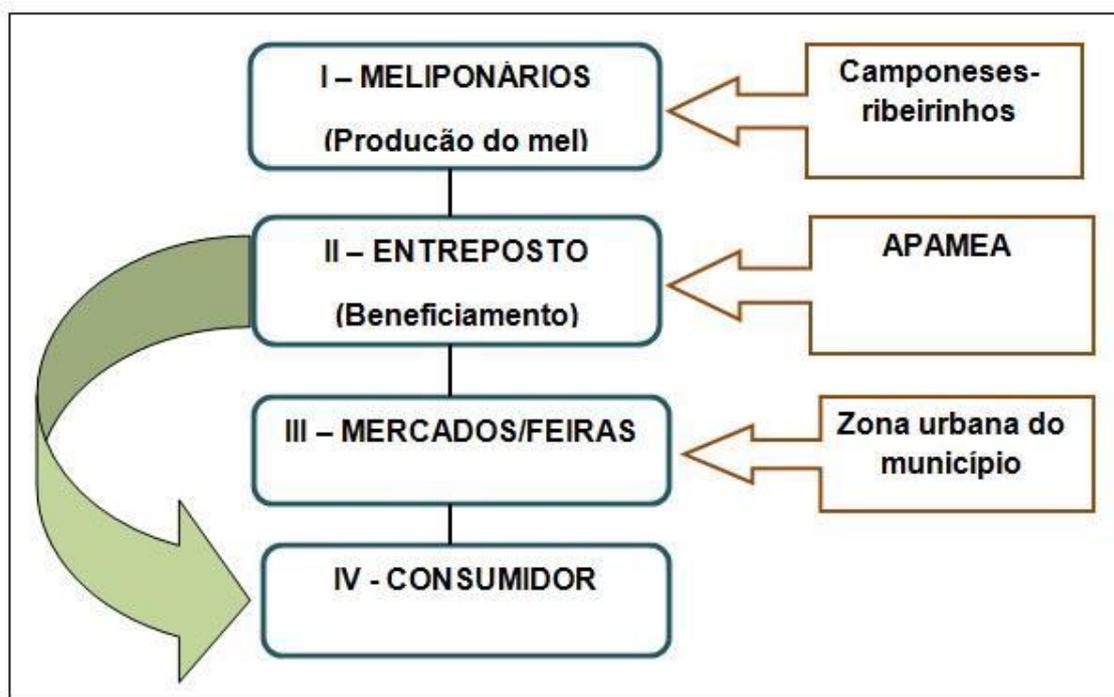
Nesse sentido para entender como funcionam os fluxos de comercialização do mel, é necessário compreender o conceito de fixos e fluxos de maneira que estes elementos podem ser agentes transformadores do espaço, e de que forma promovem os “avanços” e “retrocessos” das técnicas ao longo do tempo. Entendem-se como fixos, de acordo com Santos (2006), os objetos materiais, isto é, aquilo que é concreto, material, que sofreu um processo de transformação ou criação humana e passou a adquirir uma função, um sentido.

O mel em si é apenas um recurso presente na natureza, porém, ao ser transformado pelo homem, por meio da técnica, passa a adquirir um sentido, torna-se um objeto que desempenha determinada função. De tal maneira, o espaço é construído por estes fixos, que são as casas, portos, armazéns, plantações, fábricas, dentre outros (SANTOS, 2006, p. 82).

A configuração territorial das comunidades no município tem um conjunto de sistemas naturais formado pelos camponeses-ribeirinhos, que através de suas relações sociais constroem os meliponários, resultando assim em uma natureza humanizada. Assim para Santos (2009), os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam.

Os fluxos são diversos e amplos, e somam na construção de um novo processo a ser aprendido e desempenhado pelos camponeses. A seguir uma esquematização da cadeia de valor da comercialização do mel (Figura 44), demonstrando o processo geral da formação do produto na atividade de meliponicultura.

Figura 44. Esquemática da cadeia de valor da meliponicultura no município de Itapiranga/AM.



Fonte: Pesquisa de campo. Organização: Oliveira, 2018.

Para que haja uma movimentação os fluxos dependem dos fixos. A necessidade de uma atividade que complemente o modo de vida do camponês preexiste no momento em que se há intenção de obter novas perspectivas para permanecer no campo. Assim os fluxos animados pela força de trabalho exercida pelo camponês, promovem a transformação do mel em mercadoria. Com uma riqueza de informações os fluxos são formados por pontos que interligam a distribuição do processo do mel. A seguir a metodologia da execução dos procedimentos na atividade de meliponicultura (Quadro 10) adotado pela associação.

Quadro 10. Metodologia da execução dos procedimentos na atividade de meliponicultura.

Objetivos	Ações
Prestar Assistência técnica junto às unidades camponesas.	Realizar as reproduções das colônias de abelhas e manutenção dos meliponários.
Viabilizar a coleta de mel de cada safra.	Realizar durante a safra nos meses de junho a dezembro a coleta do mel nas unidades camponesas.

Envasar e comercializar toda a produção de mel de cada safra.	Realizar o envasamento do mel de cada safra. E buscar venda de parte da produção nos supermercados de Manaus e Itacoatiara.
---	---

Fonte: APAMEA. Org: Oliveira, 2018.

Assim para entender como é conduzida pela APAMEA, destacam-se o detalhamento da produção do mel:

➤ Coleta na unidade camponesa

Realizada por equipe de técnicos com equipamentos de proteção (Figura 45). Segundo o depoimento de A. O. R. (35 anos), em 2002, houve a primeira produção experimental de mel, para verificar a quantidade que cada espécie era capaz de produzir e testar os métodos mais apropriados de coleta do mel.

Figura 45. Coleta do mel na comunidade Santa Ana do Paraguai e São José da Enseada.



Imagens cedidas por: Antonilson Rodrigues, s/d. Organização: Oliveira, 2018.

Os técnicos chegaram à conclusão que o uso de uma bomba a vácuo ligada a um vidro coletor de quatro quilos é o melhor mecanismo de coleta e que uma colmeia produzia em média três quilos de mel ao ano. De acordo com Villas-Bôas (2012), na meliponicultura a coleta pode ser realizada em um sistema fechado (Figura 46), onde o mel é retirado de dentro dos potes diretamente para um recipiente de armazenagem e transporte. Essa característica viabiliza a coleta no meliponário, uma vez que o mel tem

condições de chegar ao entreposto tendo entrado em pouquíssimo, ou nenhum, contato com o ar.

Para Villas-Bôas (2012), o modelo mais acessível e utilizado na meliponicultura moderna, entretanto, é o aspirador de líquidos, que são utilizados pela medicina e odontologia. As principais vantagens do uso deste equipamento são a eficiência (agilidade para coleta) e assepsia (limpeza), já que o mel é retirado diretamente dos potes da colônia para um recipiente esterilizado.

Figura 46. Coleta do mel na comunidade Santa Ana do Paraguai na terra de várzea.



Imagens cedidas por: Antonilson Rodrigues, s/d. Organização: Oliveira, 2018.

➤ Transporte do mel

Após o procedimento da coleta do mel nas comunidades de terra firme e terra de várzea, o transporte dos recipientes com o mel são feitos em baldes que comportam 20 litros (Figura 47) é conduzido em carro ou na terra de várzea no percurso fluvial da canoa de alumínio para voadeira²⁴ que também transporta materiais, equipamentos e produção de mel das safras. Esse transporte é realizado pelos camponeses-ribeirinhos que são detentores destes tipos de veículos, juntamente com os membros da associação até a

²⁴ Para Freire, Sergio (2017:122), Voadeira s.f.: lancha de alumínio com motor de popa.

zona periurbana do município de Itapiranga, sendo encaminhado para a sede da APAMEA, o “entrepasto”.

Figura 47. Transporte do mel na comunidade de terra de várzea.



Imagens cedidas por: Antonilson Rodrigues, s/d. Organização: Oliveira, 2018.

➤ Entrepasto

O entreposto pode ser considerado um estabelecimento localizado em um polo produtor ou consumidor do mel. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a obrigatoriedade do entreposto é a garantia de produção do mel de qualidade: estando estes estabelecimentos de acordo com as normas de organização e higiene, assegura-se que o produto final pode ser comercializado.

Logo o mel coletado na unidade camponesa e conduzido ao entreposto que se localiza na sede da Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura, onde o mel é envasado (Figura 48) e (Figura 49) e desumidificado. De acordo com o depoimento do camponês-ribeirinho A. O. R. (35 anos), a construção de um entreposto que atenda a todas as exigências do MAPA para a regularização do mel de abelhas nativas do Brasil está sendo trabalhada, por enquanto se comercializa o mel de forma artesanal, onde, o mercado consumidor é a população geral no município de Itapiranga, adjacências entre outros clientes.

Figura 48. Envasamento do mel na sede da APAMEA em Itapiranga-AM.



Imagens cedidas por: Antonilson Rodrigues, s/d. Organização: Oliveira, 2018.

De acordo com Villas-Bôas (2012), entende-se por desumidificação, ou desidratação, o processo de retirar ou diminuir a quantidade de água de determinado produto. Como a água é o principal “ingrediente” para a vida, retirá-la dos alimentos evita que sejam criadas condições propícias para o desenvolvimento de micro-organismos. O mel de abelhas sem ferrão tem elevado teor de umidade (quantidade de água), que costuma variar de 25% a 35% de sua composição.

Como alternativa para proporcionar maior durabilidade alimentícia do produto, ou seja, impedir a fermentação acelerada recomenda-se que o teor de água do mel seja reduzido para 20% ou menos, de acordo com a Instrução Normativa Nº 11, de 20 de Outubro de 2000²⁵, com essa concentração, o mel dura, em média, dois anos. Para realizar a

²⁵ O Ministro Estado, interino, da agricultura e do abastecimento, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Processo Nº 21000.002119/2000-03 e na Resolução MERCOSUL GMC 89/99, que aprovou o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel, e Considerando a necessidade de padronizar o processamento de produtos de origem animal, visando assegurar condições igualitárias e total transparência na elaboração e comercialização destes produtos, resolve: Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel, conforme o Anexo a esta Instrução Normativa. Art. 2º Revogar a Portaria Nº 367, de 4 de setembro, que aprovou o Regulamento Técnico para fixação de Identidade e Qualidade do Mel. Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, Márcio Fortes de Almeida (*) Publicado no DOU de 23/10/00, Seção I, págs. 16-17.

desumidificação do mel a APAMEA dispõe da máquina de adequada e a sala reservada exclusivamente para este processo.

Figura 49. Processo de envasamento do mel na sede APAMEA.



Imagens cedidas por: Antonilson Rodrigues, s/d. Organização: Oliveira, 2018.

➤ Produto Final

O produto final (Figura 50) é vendido para a população local e municípios adjacentes. De acordo com Villas-Bôas (2012), envasar e rotular são as etapas finais de produção antes da comercialização. Significam dar acabamento a um produto conquistado com muita força de trabalho. Portanto, devem ser muito valorizadas, pois com elas o camponês-ribeirinho se for o consultado poderá estabelecer o layout do seu produto e definir a relação que o mesmo terá com o consumidor.

No caso dos camponeses-ribeirinhos essa escolha é de responsabilidade dos coordenadores da associação, assim como a distribuição do produto nos mercados, feiras e adjacências, toda a parte técnica e distributiva é realizada pelos membros da associação, cabendo ao camponês-ribeirinho apenas o cuidado com o meliponário até a sua coleta na propriedade. Os camponeses-ribeirinhos criadores das abelhas sem ferrão, ainda não possuem um conhecimento aprofundado sobre a totalidade dos produtos que

podem ser gerados a partir dessas abelhas (pólen, própolis, geoprópolis e a cera), e descartam totalmente na natureza.

Figura 50. Produto final na APAMEA em Itapiranga-AM e no mercado do município.



Imagens cedidas por: Antonilson Rodrigues, s/d. Organização: Oliveira, 2018.

➤ Rendimento com a comercialização

A APAMEA responsável pela comercialização e distribuição do produto arrecada a quantia vendida e repassa esse valor ao líder das comunidades, a repartição do valor entre os camponeses-ribeirinhos se difere entre a terra firme e a várzea. Na comunidade Santa Ana do Paraguai na terra de várzea o meliponário que possui trezentas caixas racionais é de uso e cuidado coletivo, logo o repasse do valor é feito ao líder da comunidade e assim é dividido em partes iguais para todos os camponeses-ribeirinhos envolvidos e associados, assim tendo alguns camponeses se esforçado mais no cuidado e manutenção do meliponário e outros se esforçado menos, todos os integrantes recebem o mesmo valor.

Na comunidade São José da Enseada na área de terra firme com pouco mais de cento e cinquenta colônias em seu meliponário, é de uso individual e por família, assim o repasse do valor é feito pela quantidade de mel individual por família que foi coletado, desta maneira se uma unidade

camponesa produziu pouco também receberá pouco pela sua produção, logo nesta área o empenho nesta atividade assim como a renda varia de acordo com a unidade camponesa e de quantas colônias possui, pois o cuidado com o meliponário vai determinar a quantidade de mel coletada.

Os camponeses-ribeirinhos possuem uma boa renda com a atividade de meliponicultura, pois nenhum custo é repassado ou cobrado. A seguir uma exemplificação de um cálculo (Figura 51), para se basear em quanto se arrecada na produção do mel.

Figura 51. Exemplo de cálculo de rendimento do mel coletado.

Exemplo de cálculo:

Cada colmeia produz 3 litros de mel, uma família que tem 200 colmeias significa 600 litros com uma renda bruta de R\$ 24.000,00 por safra.

$$= 200 \times 3 = 600 \text{ l}$$
$$= 600 \times 40 = \text{R\$ } 24.000,00$$

Fonte: Pesquisa de Campo. Org: Oliveira, 2019.

Tendo assim uma escala regional de eficácia do fluxo, como parâmetro para a continuidade das atividades, que tem se intensificado a partir de bons resultados nas vendas ao consumidor final, logo a circulação prevalece sobre a produção. No campo os fluxos não tem a mesma rapidez. Neste espaço geográfico a temporalidade segue no curso da natureza, mas como o mel é um produto refinado e dispõe de muito trabalho e cuidado, se torna valioso diante da sua procura pelos consumidores, já que a sua produção é artesanal.

Em cadeia das etapas que compõe todo o processo do produto, outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo se difundem em múltiplas direções, como os itens de embalagem e também da

comercialização, pois se movimentam com outros agentes além da realidade local. Os meliponários são fixos instalados pelos camponeses-ribeirinhos, tornando as comunidades pontos de referência da produção do mel, os fluxos se dão a partir da comercialização, uma vez que o mel se torna um produto e percorre o espaço geográfico presente.

Os camponeses-ribeirinhos possuem uma postura ativa na sua unidade familiar de produção e uma relação amistosa com a *Apis mellifera*, produzem atualmente o mel de forma artesanal e lutam para a construção de um entreposto adequado para que possam aumentar e expandir suas produções para outros estados, Becker fala da escassez dos canais de comercialização desta produção, que em Itapiranga ainda é pequeno em sua escala, mas que é considerada uma iniciativa que está contribuindo significativamente para a conservação da floresta e renda.

O mel de abelha e a pesca melhorada assumem expressão crescente nos projetos comunitários. O grande mote para os pequenos negócios é agregar valor aos produtos extrativos e/ou agroflorestais. Social e politicamente, os pequenos projetos que obedecem à denominação genérica de "modelo socioambiental", são um sucesso, mas não economicamente. A inadequação gerencial, a escassez de canais de comercialização e as exigências de qualidade, preço competitivo e oferta regular dificultam o seu acesso ao mercado. (Becker, 2006, p. 50).

As estratégias de defesa proposta pelos camponeses-ribeirinhos para continuar a praticar o seu modo de vida na Amazônia de participar e entender a iniciativa da associação os fortalece com novos conhecimentos e práticas sustentáveis que colaboram para que outros municípios possam se beneficiar com projetos como este que recentemente estão sendo ampliados para os municípios de Itacoatiara e Silves. Segundo Paula et. al. (2006:115) uma alternativa de desenvolvimento uma inversão na lógica de apropriação dos recursos naturais: a natureza deixaria de estar subordinada aos interesses imediatos dos capitais privados e passaria a ser incorporada como um bem público, cuja utilização deveria levar em conta tantos as demandas sociais das populações da região, quanto as preocupações mais abrangentes acerca da importância da conservação daquela paisagem para o planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou entender e compreender o modo de vida e a organização social da produção familiar camponesa no município de Itapiranga, no Estado do Amazonas. O recorte espacial realizado foi na terra firme a comunidade São José da Enseada e na terra de várzea a comunidade Santa Ana do Paraguai. Visto que não há até o momento pesquisas acadêmicas no Departamento de Geografia/UFAM voltadas para este município, que foi escolhido através de uma viagem em pesquisa de campo.

A atividade de meliponicultura no município foi descoberta por entrevista na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Produção, permitindo então conhecer sobre as abelhas indígenas sem ferrão do gênero *Melípona*, seres tão pequenos e de uma relevância imensa para a vida humana, e que são imprescindíveis como polinizadores primários, em que a questão do desmatamento na Amazônia tem avançado de maneira incontrolável, nas áreas degradadas a população de abelhas se encontram praticamente dizimadas em muitas regiões. As abelhas aumentam a polinização, a produção de frutos e a dispersão de sementes, além de combater o desmatamento.

Ao abordar a meliponicultura como uma estratégia de produção e reprodução do modo de vida do camponês-ribeirinho, este sujeito social que habita sociedade–espaço-tempo do município nas mediações do Rio Amazonas, tecendo territorialidades, relações sociais, econômicas e políticas. Foi explorada a importância deste camponês que trabalha a terra, a floresta e a água para a conservação do ambiente amazônico, que luta e resiste ao avanço do capitalismo, sendo este modo de ser e viver que tem mantido a Amazônia de erguida com sua imensidão de fauna e flora, todos os grupos sociais como os indígenas, quilombolas, camponeses/caboclos e etc., desempenham seu papel por aquilo que acreditam, pela sua ancestralidade, seu apego ao lugar, um embate sangrento de lutas e de memórias.

O primeiro objetivo alcançado foi *conhecer o contexto de formação do município de Itapiranga-AM e do modo de vida do caboclo/produtor*, contextualizou-se a forma de ocupação da cidade em 1888, após decretos para firmar uma data em 1908 a cidade possui 111 anos, mas considerando essa data estipulada no tempo não real, anteriormente já haviam outros povos indígenas que habitaram essa região como as etnias Caboquenas, Bururus e Guanavenas, os habitantes passaram por várias transformações sociais que hoje formam o núcleo populacional da cidade. Nesse sentido o camponês-ribeirinho está presente na região amazônica e lida com várias atividades de produção sendo reconhecidos por sua polivalência ao acompanhar as cheias dos rios e as consequências do período de seca, assim como da descrição do seu modo de vida e da sua unidade de produção familiar.

O segundo objetivo foi *entender como se constituiu historicamente a introdução da produção do mel no Estado do Amazonas e a organização da produção no ambiente de várzea e terra firme no município de Itapiranga/AM*, neste foi demonstrado o caminho percorrido em relação à atividade de meliponicultura até a chegada ao município de Itapiranga, em que pela Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas os camponeses-ribeirinhos foram chamados de maneira voluntária em uma reunião para conhecer a associação e decidir se agregaria ou não essa atividade ao seu modo de produção, hoje formam um quadro de quarenta camponeses associados, e como está organizada a produção no ambiente do camponês que lida com questões internas e externas a sua produção.

O terceiro objetivo foi *descrever a rede de comercialização e estrutura produtiva de mel no município de Itapiranga/AM*, bem específico ao produto do mel a rede foi bem detalhada e mostrou como este camponês interage com o mercado, ao mesmo tempo em que empenha sua força de trabalho familiar para suprir as necessidades da sua família, vende os excedentes da sua produção para comprar ou não valores de uso, mantendo assim um ciclo confortável da sua manutenção como camponês-ribeirinho que

possui suas regras e políticas internas do seu grupo social, utilizando do fortalecimento das suas práticas para se perpetuar no tempo.

As lutas e mobilizações são um marco temporal a se destacar sobre a atividade de meliponicultura no Estado do Amazonas, no qual camponeses, cientistas e instituições, reivindicaram mudanças e inserções legislativas com políticas públicas que os beneficiassem para prosseguir suas atividades com as abelhas indígenas sem ferrão, conquistas que ao longo do tempo estão sendo alcançadas, para incentivar novas iniciativas com relação ao trabalho, renda, educação da conservação ambiental, demandas como capacitação, licenciamento do manejo das abelhas nativas, e novos projetos que financiem cooperativas e associações.

Aponto para futuras pesquisas outros cultivos e produções que o município desenvolve como o ciclo de produção ativa com: milho, pimentão, melancia, alface, maracujá, macaxeira e cultivo de alface, cheiro-verde, cebolinha, agrião, banana. Destaque para a piscicultura e criação de avicultura. Há novas experiências praticadas pelos camponeses-ribeirinhos na implantação de algumas culturas como o feijão e o café conilon.

A partir do estudo e aspectos analisados sobre a atividade de meliponicultura envolvendo a criação racional das abelhas indígenas sem ferrão manipuladas pelos camponeses-ribeirinhos, se compreende a cadeia de relações entre o homem e a natureza, respeitando o direito da natureza e o seu tempo para se regenerar e dela colher os frutos para a continuidade do seu modo peculiar de vida na Amazônia. Sobretudo conhecer como esta atividade é desempenhada, como funciona sua rede de circulação e transformação do mel em produto, que abastece mercados e feiras, a organização socioespacial e de forças políticas que atuam neste ambiente interiorano do Amazonas. Reconhecer a abelhas como seres que também possuem um organismo social próprio, e desempenham sua função tendo como aliado o ser camponês-ribeirinho como parceiro na sua luta pela sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- ALMEIDA, Larissa Santos de; GAMA, João Ricardo Vasconcellos. **Quintais agroflorestais: estrutura, composição florística e aspectos socioambientais em área de assentamento rural na Amazônia brasileira**. *Ciência Florestal* (UFMS. Impresso), v. 24, p. 1037-1048, 2014.
- ALVES, R. M. O. et al. **Custo de produção de mel: uma proposta para abelhas africanizadas e meliponíneos**. Cruz das Almas: Universidade Federal da Bahia, SEAGRIBA, 2005, 14 p. (Série Meliponicultura, 2).
- AMAZONAS (Estado). CODEAMA (Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas). **Pesquisa Sócio Econômica da 8ª sub-região. Município de Itapiranga**. Manaus, 1984, 111 p. (Série Pesquisas, Ano I, n. 2).
- ARAGON, Carlos. SOUZA, Mickela da Silva. SALVIATI, Victor Augusto. VIANA, Virgílio. **Guia para a elaboração de projetos de produção sustentável de base comunitária para a Amazônia**. Fundação Amazonas Sustentável, 2017.
- ASSIS, Daniela Garcia Corrêa De. **O Papel Da Liderança Na Implementação Da Associação Dos Produtores Da Tradicional Linguíça De Maracaju**. (Dissertação) 2013. 96p. Mestrado. Programa De Pós-Graduação Em Agronegócios. Universidade Federal Da Grande Dourados.
- BAHRI, Sylvia. **L'agroforestie, une alternative pour le développement de la plaine alluviale de l' Amazone – l'exemple de île de Careiro**. Université de Montpellier II – Sciences et techniques du Languedoc, Montpellier Thèse de Doctorat, 1992
- BARBOSA, Salatiel de Lima. **O extrativismo e comercialização da castanha-do-brasil no município de Tefé - Médio Solimões/AM**. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- BATESON, Gregory. **Mente e natureza. A unidade necessária**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. Original inglês.
- BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2 ed. Manaus: Editora Valer, EDUA e INPA, 2007.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BORGES, Luciane Chedid Melo. **Os termos da meliponicultura: uma abordagem socioterminológica**. 2011. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em Letras.

BOURDIEU, Pierre Félix. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

BUSTAMANTE, Norma Cecília Rodriguez; BARBOSA-COSTA, K.; CARVALHO-ZILSE, Gislene Almeida; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; HARA, F. A. S.; MEDEIROS, C. M. 2008. **Conhecer para conservar: Manejo de abelhas indígenas sem ferrão em Manaus**. Coleção Conhecendo a Amazônia. Manaus: Instituto I-PIATAM. 48p.

BUSTAMANTE, Norma Cecília Rodriguez. COSTA, Klilton Barbosa da. LOPES, Marcileia Couteiro. **A Meliponicultura na Região Amazônica: instrumento de sustentabilidade para o pequeno produtor**. Manaus: Edua, 2016.

Camargo, J. M. F.; Pedro, S. R. M. (2008). **Revisão das espécies de Melipona do grupo fuliginosa (Hymenoptera, Apoidea, Apidae, Meliponini)**. Revista Brasileira Entomologia, 52(3), p.411-427.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de Uso comum no Brasil: Um estudo de suas diferentes formas**. 2000. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CARNEIRO, Bruna de Oliveira. **A percepção quanto ao estilo de liderança liberal e os reflexos na satisfação no trabalho**. Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro. Departamento de Administração. 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental a formação do sujeito ecológico**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, José Alberto Lima de. **[Fala concedida em Aula em campo na disciplina Epistemologia da Geografia (Mestrado em Geografia-UFAM), realizado nos dias 29/04/2017 a 01/05/2017, no município de Itacoatiara-AM.]**

CARVALHO, José Alberto Lima de. **Erosão nas margens do rio Amazonas: o fenômeno das terras caídas e as implicações na vida dos moradores**. 185 p. (Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo/UFF) Niterói, 2012.

CARVALHO, José Alberto Lima de. **Terras caídas e consequências sociais: Costa do Miracauera-Paraná da Trindade, município de Itacoatiara-AM,**

Brasil. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

CARVALHO-ZILSE, Gislene Almeida. BOAS, Helio Conceição Vilas. COSTA, Klilton Barbosa da. NUNES-SILVA, Carlos Gustavo. SOUZA, Mariana Trindade de. FERNANDES, Rinaldo Sena. **Meliponicultura na Amazônia.** Manaus: [s.n.], 2012.

CARVALHO-ZILSE, Gislene Almeida. SILVA, Carlos Gustavo Nunes da. BOAS, Hélio Conceição Vilas. SILVA, Alexandre Coletto da. LARAY, Jonilson Paulo. FREIRE, Delci da Costa Brito. KERR, Warwick Estevam. ZILSE, Nelson. **Criação de abelhas sem ferrão** / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea; Brasma: Edições IBAMA, 2005. 27p. 21 em. - (Inidativas Promissoras, 2).

CASSIANO, Karla Regina Mendes ; ALVES, Juliana Araújo; COSTA JÚNIOR, Waldemir Rodrigues; CAMPOS, Giselane dos Santos.; SOUZA, Soraya do Carmo. **Caracterização geológica-geomorfológica das cidades do médio Amazonas? AM.** In: VII Simpósio Nacional de Geomorfologia e II Encontro Latino-Americano de Geomorfologia, 2008, Belo Horizonte - MG. Dinâmica e Diversidade de Paisagens, 2008.

CASTRO, Edna. "Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais". In: CASTRO, E. & PINTON, F. **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997. p. 226 e 227.

CAVALCANTE, Davi Grijó; MATOS, Luciana Lima de. ; PINHEIRO, Eduardo da Silva. **A Meliponicultura como Fator de Permanência do Homem no Campo.** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2009, São Paulo. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária: Formação e contemporaneidade da diversidade sócio-espacial no campo. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária - DG/FFLHC-USP, 2009. p. 1-12.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de La unidad económica campesina.** Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1974. 332 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Geomorfologia.** São Paulo: Blucher, 1980.

COSTA, Luís Fernando Belém da. **Cultivadores de guaraná: um estudo do processo de monopolização do território pelo capital no município de Maués-AM.** 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Caboclos-ribeirinhos da Amazônia: um estudo da organização da produção camponesa no município do Careiro**

da Várzea-AM. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo - USP, 1999.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia.** 274 p. (Tese de doutorado. Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2007.

Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias : 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Agropecuária no Contexto da Economia de Várzea.** In: **Seminário de Apresentação de Resultados dos Estudos Estratégicos do PróVárzea/IBAMA Valorização, Manejo, Uso e Conservação dos Recursos Florestais e Agro-Pecuários da Várzea.** Manaus, Amazonas: Projeto Manejo de Recursos Naturais da Várzea (PróVárzea), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e d, 2005. p. 50-52.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas.** 2a . Edição. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2011. 224p.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Homens anfíbios: uma etnografia de um campesinato das águas.** São Paulo: Annablume, 2000.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. MIGUEZ, Sâmia, Feitosa. WITKOSKI, Antonio Carlos. **O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade.** Ciência e Cultura, v. 61, p. 30-32, 2009.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **O Saber Local e os Agentes da Comercialização numa Comunidade Amazônica: Um estudo de caso na Costa da Terra Nova, no Careiro da Várzea (AM).** Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Manaus, v. V. 4, p. 10-20, 2004.

FREIRE, Sergio. **Amazonês – Expressões e termos usados no Amazonas.** 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2017.

GADOTTI, Moacir. II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica. Debate - **Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória.** 2012.

HARRIS, Mark. **Presente Ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo.** In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade.** São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Produção pecuária municipal 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130200&search=am>

azonas|itapiranga|infograficos:-informacoes-completas> Acesso em: janeiro de 2018.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução C. Iperoig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 332 p.

KERR, Warwick Estevam. et al. Abelha Uruçu: **Biologia, Manejo e Conservação**. Belo Horizonte, MG: Acangaú, 1996. 144 p.: il., (Coleção Manejo da vida silvestre; 2).

KERR, Warwick Estevam; CARVALHO, G. A.; COLETTTO-SILVA, Alexandre Coletto da; ASSIS, M.G.P. 2001. **Aspectos Pouco Mencionados da Biodiversidade Amazônica, Parcerias Estratégicas, Ministério da Ciência e Tecnologia**. 12: 20-41.

KERR, Warwick Estevam; CARVALHO, G. A.; NASCIMENTO, V.A. 1999. **The Probable Consequences of The Destruction of Brazilian Stingless Bess** In:Padoch, C.; Ayres, J.M.; Pinedo-Vasquez, M.; Henderson, A.(eds). *Várzea: diversity, development, and conservation of Amazonia'swhitewater floodplains*, The New York Botanical Garden Press,Advances in Economic Botany, 3: 395-403.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LIMA, Lidiane Nunes.; NOGUEIRA, Eliane Maria de Souza. **Produção e uso dos recursos melíferos por meliponicultores da região de cíceros dantas-BA**. Gaia Scientia, v. 11, p. 73-82, 2017.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACEDO, Carlos Roberto da Costa; AQUINO, Italo de Souza; BARBOSA, Alex da Silva; BORGES, Péricles de Farias; MEDEIROS, Geovergue Rodrigues de; MACEDO, Lucas Targino. **Colmeia Racional Utilizada para Exploração Econômica da Melipona subnitida**. In: II Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido, 2017, Campina Grande - Paraíba. Anais do II Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido. Campina Grande: Realize Eventos e Editora, 2017. v. 1. p. 1-12.

MARQUES, Rildo Oliveira. **Erosão nas margens do rio Amazonas: o fenômeno das terras caídas e as implicações para a cidade de Parintins-AM**. 2017. 175 p. (Dissertação), Mestrado em Geografia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis. Vozes. 1986.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MICHENER, C. D. (1974). **The Social Behavior of the Bees: A Comparative Study**. Cambridge, MA. Harvard University Press. 404 p.

MIGUEZ, Sâmia Feitosa. **Rotas da colonização na Amazônia: legados e novas incursões**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

MONTEIRO, Silvio Tavares. **Anotações para uma história rural do médio Amazonas**. Manaus, Emater/Amazonas, seção de produções gráficas, 1981. p. 81-87.

NASCIMENTO. Dilson Gomes. **Entre a terra e a água: modo de vida camponês no médio Rio Amazonas, Parintins-AM**. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Lugar e cultura: a produção da vida no Careiro da Várzea**. Acta Geográfica (UFRR), v. 2, p. 85-95, 2008.

NOGUEIRA-NETO, P. 1953. **A criação de abelhas indígenas sem ferrão (Meliponinae)**. 1a Ed. Chácaras e Quintais: São Paulo – SP. 280p.

NOGUEIRA-NETO, Paulo. **Vida e criação de abelhas indígenas sem ferrão**. São Paulo: Editora Nogueirapis, 1997. 445 p.

OLIVEIRA Jr, Paulo Henrique B. **Ribeirinhos e roceiros: gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá-PA**. Dissertação de mestrado, USP, 1991.

OLIVEIRA, Adélia Engracia de. **Amazônia: Modificações sociais e culturais**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, Belém, v. 4, n. 1, p. 65-115, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Fernando. KERR, Warwick Estevam. **Divisão de uma colônia de jupará (Melipona compressipes manausensis) usando-se uma colmeia e o método de Fernando Oliveira**. Manaus: INPA / MCT, 2000. 10 p.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHERER, Elenise Faria. **Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 258p.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Mauro César Rocha da. **Sindicalismo Rural, Política e Ambientalismo na Amazônia**. In: Elenise Sherer, José

Aldemir de Oliveira. (Org.). *Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, v. , p. 109-131.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PESSOA, M. C. P. Y. Análise de perigo e avaliação do risco. In: HAMMES, V. S. (Ed.). **Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável: julgar, percepção do impacto ambiental**. Brasília, DF: Embrapa informação Tecnológica, 2002. p. 25-29.

PORRO, Antonio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de. MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Fundamentos sócio-filosóficos da educação**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

QUEIROZ, Jerce Lania Araujo Pinheiro. **Trajetória de vida e trabalho das mulheres empreendedoras de Boa Vista, Roraima: avanços e vitórias**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Uma categoria rural esquecida**. Revista Brasiliense (São Paulo), n.45, p.83-97, 1963.

RAFFESTEIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REBELO, Fernando. **Geografia Física e Riscos Naturais**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. RITTER, Dale F.; KROCHEL, R. Craig; MILLER, Jerry R. *Process Geomorphology*. Published by McGraw-Hill Companies Four, 4^a ed. New York, 2002.

REIS, Vanderlei Doniseti Acassio dos. **Fundamentos para o Desenvolvimento Seguro da Apicultura com Abelhas Africanizadas** [recurso eletrônico] / por Vanderlei Doniseti Acassio dos Reis, Rubens da Silva Pinheiro. - Dados eletrônicos -. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2011.

Resumo Público Manejo Florestal Sustentável. Mil Madeiras Preciosas Ltda. Itacoatiara-AM, Brasil. 2018.

REZENDE, Marília Gabriela Gondim. **Terras, florestas e águas de trabalho na Ilha do Careiro (Amazonas, Brasil): território, governança isomórfica e gestão cibernética camponesa**. 2018. 241 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **A relação homem - natureza nas formas de uso e propriedade da terra na Amazônia: um estudo baseado nas comunidades do assentamento Iporá**. 2001. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2001.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. **“Determinismo Ecológico na Interpretação do Desenvolvimento Social Indígena da Amazônia”** in: NEVES, W. (ed.) *Adaptações e Diversidade do Homem Nativo da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 103-142. 1991.

RUGGIERO M., Ascher J. & al. (2019). ITIS Bees: World Bee Checklist (version Sep 2009). In: *Species 2000 & ITIS Catalogue of Life, 2018 Annual Checklist* (Roskov Y., Abucay L., Orrell T., Nicolson D., Bailly N., Kirk P.M., Bourgoin T., DeWalt R.E., Decock W., De Wever A., Nieukerken E. van, Zarucchi J., Penev L., eds.). Digital resource at www.catalogueoflife.org/annual-checklist/2018. Species 2000: Naturalis, Leiden, the Netherlands. ISSN 2405-884X. **INTERAGENCY TAXONOMIC INFORMATION SYSTEM – ITIS**. Catalogue of life: 2018 annual checklist. 2018. <http://www.catalogueoflife.org/annual-checklist/2018/details/database/id/67> (último acesso em 19/04/2019).

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANTOS, Carlos. **Território e Territorialidade**. Revista Zona de Impacto, Ano. 11 v.13, set/dez, 2009. Disponível em <http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html> Acesso em abril de 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Tempo e Técnica, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. - São Paulo: Cortez, 2007.

SHANIN, Teodor. **A Definição de Camponês: conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap. Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.

SILVA, Alexandre Coletto da. **Implantação da meliponicultura e etnobiologia de abelhas sem ferrão (melipona) em comunidades indígenas no Estado do Amazonas**: Estudos de caso dos meliponários indígenas: Ticuna, Comunidade Guanabara III, município de Benjamin Constant AM; Mura, Comunidade Murutinga, município de Autazes AM e Cokama: Comunidade Nova Aliança, município de Benjamin Constant AM. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Entomologia) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2006.

SILVA, Francisca Alcivania de Melo; GEMIM, Bruna Schmidt. **Meliponicultura em sistemas agroflorestais: alternativa de renda, diversificação agrícola e serviços ecossistêmicos**. Revista Agro@mbiente On-line, v. 11, p. 361, 2017.

SIOLI, Harald Felix Ludwig. **Amazônia Fundamentos da Ecologia da maior região de florestas tropicais**. Ed. Vozes, 1991.

SOJA, E. W. **The political Organization of Space**. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography. 1971.

SPINOLA, Henriqueta Barbosa. BARBOSA, Maria Emília. **Itapiranga: cidade, história e geografia**. Itapiranga: [s. n.], 2012.

SPINOLA, Henriqueta Barbosa. **O ribeirinho: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas**. 108 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. 1997.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **A água e o homem na várzea do Careiro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. 1985.

VELHO, Otávio. **A propósito de terra e igreja**. In: Anais da Semana de Estudos de História Agrária, Assis, UNESP. 1982.

VENTURIERI, Giorgio Cristino. **Uso tradicional dos produtos das abelhas indígenas sem ferrão (Apidae: Meliponini) no Estado do Pará, Amazonas e Amapá**. In: 17º Congresso Brasileiro de Apicultura, 2008, Minas Gerais. Conhecimento Tradicional e Meliponicultura, 2008.

VILLAS-BÔAS, Jerônimo. **Manual Tecnológico: Mel de Abelhas sem Ferrão**. Brasília – DF. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Brasil, 2012.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terra, floresta e água: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Edua, 2007.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações**. In: Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2 São Paulo: Editora UNESP, 2009.